

Harrison Martins Saraiva

**Alexandre de Gusmão:
Oração fúnebre nas exéquias de D. João da Madre de Deus.**

**Belo Horizonte
2010**

Harrison Martins Saraiva

**Alexandre de Gusmão:
Oração fúnebre nas exéquias de D. João da Madre de Deus.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Letras – Estudos Literários da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Letras – Estudos Literários.

Área de concentração: Literatura Brasileira.

Orientador: Prof. Dr. José Américo de Miranda Barros.

**Faculdade de Letras da UFMG
Belo Horizonte
2010**

Dissertação defendida e aprovada, em 29 de janeiro de 2010, pela banca examinadora constituída pelos professores:

Prof. Dr. José Américo de Miranda Barros (orientador).

Prof^a Dr^a Valéria Maria Pena Ferreira (UNI-BH).

Prof^a Dr^a Cláudia Campos Soares (UFMG).

Suplente:

Prof^a Dr^a Maria Cecília Bruzzi Boechat (UFMG).

À memória de minha mãe, Célia Silva Martins, falecida aos 26 de setembro de 2008, quando ainda eu ensaiava os primeiros passos desta pesquisa. A ela dedico esta dissertação de mestrado.

Meus sinceros agradecimentos a:

José Américo de Miranda Barros e ao colega Gilson José dos Santos.

Pesa sobre o século XVII a pecha de ser um século de decadência. No entanto ele está repleto de oradores, epistológrafos, viajantes, moralistas, biógrafos e tantíssimos outros artistas da palavra.

(Silva Neto, *História da língua portuguesa*).

Nossa idéia do século XVII será uma se lermos apenas a obra de Vieira e Gregório de Matos, outra, muito diferente, se as tomarmos em perspectiva com os demais sermões e o resto da literatura escrita que então se publicava.

(Wilson Martins, *História da inteligência brasileira*).

SUMÁRIO

Resumo.....	08
Abstract.....	09
Introdução.....	10
I. Oração fúnebre e rito de exéquias: um breve histórico.....	14
II. O sermão: seu lugar e funcionalidade na América Portuguesa seiscentista.....	25
III. O resgate de autores e obras do período colonial.....	35
IV. Alexandre de Gusmão, sua vida, sua obra.....	41
V. O sermão: análise.....	48
VI. A interpretação figural.....	62
VII. Observações estilísticas.....	71
VIII. Critérios da Edição.....	80
XI. O Sermão: texto editado.....	83
Considerações finais.....	107
Referências bibliográficas.....	110
Anexo do fac-símile de um exemplar da edição príncipe (1686).....	118

Resumo

Esta dissertação consiste, fundamentalmente, na reedição e estudo de uma oração fúnebre pregada na catedral da Bahia de Todos os Santos, no ano de 1686, pelo padre jesuíta Alexandre de Gusmão (1629-1724). Nesta pesquisa, entendemos o gênero sermão como uma importante manifestação literária da América Portuguesa do século XVII. Tal manifestação, associada a outras manifestações literárias, configura, no conjunto da parenética seiscentista, uma tradição literária. Neste sentido, o sermão pregado por Gusmão é estudado em seus aspectos temáticos e expressivos, não apenas como um documento de uma época, mas como obra de arte literária. Optamos por trabalhar com um autor e uma obra pouco celebrados na historiografia literária brasileira. Com isso, queremos contribuir para uma maior valorização da produção letrada da segunda metade do seiscentismo brasileiro.

Abstract

This dissertation consists, basically, in the new edition and study of a funeral oration nailed in the cathedral of the Bahia of All the Saints, in the year of 1686, for the Jesuit priest Alexander de Gusmão (1629-1724). In this research, we understand the gender sermon as an important literary manifestation of Portuguese America of century XVII. Such manifestation, associated with other literary manifestations, configures, in the set of the seiscientista parenética, a literary tradition. In this direction, the sermon nailed for Gusmão is studied in its thematic and expressive aspects, not only as a document of a time, but as literary work of art. We opt to working with an author and a workmanship little celebrated in the Brazilian literary historiography. With this, we want to contribute for a bigger valuation of the production scholar of the second half of the Brazilian seiscientism.

Introdução.

Artur Mota, em sua *História da Literatura Brasileira*, elucida um fato relevante para o quadro da literatura brasileira, qual seja, o esquecimento de importantes autores cujas obras compõem parte do nosso patrimônio histórico-cultural e, especificamente, literário. No segundo tomo de sua *História*, Mota afirma, de modo esclarecedor, que

Há em todas as literaturas casos singulares de escritores que conquistam nomeada dos seus contemporâneos e imergem mais tarde no limbo do esquecimento, tornando-se obscuros, relegados completamente pela crítica e sem posto condigno na história.¹

A afirmação precedente se refere ao caso específico de Nuno Marques Pereira, autor do *Compêndio narrativo do Peregrino da América*, obra editada em 1728, que foi considerada um dos livros mais lidos do período colonial brasileiro; conforme esclarece Afrânio Peixoto.² Caso semelhante se dá com o jesuíta português Alexandre de Gusmão e sua obra. Gusmão é o autor da *História do Predestinado Peregrino e seu irmão Precito*, cuja edição príncipe é de 1682. Há quem identifique certa influência³ da *História*, de Alexandre de Gusmão, no *Compêndio*, de Nuno Marques Pereira.

Nossa proposta de trabalho consiste, pois, em resgatar do ‘limbo do esquecimento’ o padre Alexandre de Gusmão (1629-1724), por meio do estudo e da preparação de uma edição fidedigna de uma de suas obras, a saber, o sermão pregado no ano de 1686, na Catedral da Bahia de Todos os Santos, nas exéquias do Arcebispo D. João da Madre de Deus. A presente pesquisa é apenas parte de um projeto mais geral e complexo, que consiste no resgate da totalidade da obra desse célebre jesuíta. Tal resgate, por meio de uma práxis editorial, poderá propiciar a abertura de novos caminhos às pesquisas do chamado barroco literário.

No primeiro capítulo da dissertação, busca-se situar historicamente a oração fúnebre, com destaque para o rito de exéquias. Começamos por analisá-la, a partir de sua funcionalidade, em Atenas, na antiga Grécia. Conforme Nicole Loraux, com a oração fúnebre, Atenas, ao celebrar os seus mortos, celebrava-se a si mesma e se instituía em modelo. Em seguida, aborda-se a oração fúnebre como *laudatio funebris*, ou *deploratio mortis*, na antiga Roma. Destaca-se, aqui, a finalidade celebrativo-laudatória da oração; o louvor ao defunto. Na sequência, apresenta-se a oração fúnebre como celebração litúrgica, portanto, eclesial. A Igreja, ao celebrar os seus mortos, dirige-se aos vivos fazendo a apresentação das virtudes dos falecidos e apresenta-os como modelos de vida a toda comunidade cristã.

¹ MOTA. *História da Literatura Brasileira*. Época de Transformação, p.35, v.2.

² Cf. PEIXOTO. *Noções de História da Literatura Brasileira*, p. 107.

³ Cf. MARTINS. *História da inteligência brasileira*, p. 209, v.1.

O segundo capítulo tem por objetivo principal proceder a uma breve discussão sobre o lugar ocupado pelos sermões na América Portuguesa do século XVII. Ressalta-se a importância do sermão como elemento de instrução e sua relevância “mesmo literária”, no dizer de José Veríssimo.⁴ Enfim, chegamos à conclusão de que o sermão é um texto em prosa que merece ser estudado e apresentado ao leitor do século XXI como uma das mais importantes manifestações literárias do período colonial brasileiro.

Com o terceiro capítulo, procede-se a uma reflexão, mais crítica do que apaixonada, sobre a necessidade de se proceder ao resgate de autores e obras não figurados no cânone literário colonial. Em relação à oratória sacra, grande parte dos textos encontram-se perdidos ou, o que talvez seja pior, permanecem esquecidos em arquivos e bibliotecas. Com Wilson Martins e Antonio Candido, respectivamente, concluímos que “nossa idéia do século XVII será uma se lermos apenas a obra de Vieira e Gregório de Matos, outra, muito diferente, se as tomarmos em perspectiva com os demais sermões e o resto da literatura escrita que então se publicava.”⁵ e “se não lermos as obras que a compõem [a literatura brasileira], ninguém as tomará do esquecimento, descaso ou incompreensão.”⁶

A proposta do quarto capítulo é a da apresentação, ainda que sumária, da vida e obra do padre Alexandre de Gusmão. Este, com a idade de dez anos, veio ao Brasil com os pais e, depois de entrar para o Colégio jesuítico da Bahia e de ter uma formação humanística prodigiosa, tornou-se, conforme o erudito Serafim Leite, uma “das grandes personalidades do Brasil no último quartel do século XVII e no princípio do XVIII.”⁷

O quinto capítulo é dedicado à análise do sermão pregado nas exéquias do primeiro Arcebispo da Bahia D. João da Madre de Deus. Inicialmente, são apresentadas algumas informações referentes ao folheto no qual foi impresso o sermão, quais sejam, o formato in-oitavo do volume, a composição do sermão em uma coluna, a presença de uma dedicatória, algumas assinaturas, os reclamos e a numeração das páginas. Na sequência, é apresentada a noção de conceito predicável e, a partir daí, o estudo dirige-se ao reconhecimento das principais partes do sermão (exórdio, argumentação e peroração).

No sexto capítulo, estuda-se o sermão como um caso de interpretação figurativa. Essa maneira de interpretar consiste num método exegético de compreensão do texto sagrado por meio da comparação entre dois ou mais termos; tais termos se configuram como realidades a serem aproximadas. No caso do sermão, o padre Alexandre de Gusmão procura aproximar a

⁴ Cf. VERÍSSIMO. *História da Literatura Brasileira*, p.51.

⁵ MARTINS. *História da Inteligência Brasileira*; v.1, pp.206-207.

⁶ CANDIDO. *Formação da Literatura Brasileira*, p.10.

⁷ LEITE. *História da Companhia de Jesus no Brasil*, v.7, p.71.

realidade bíblica descrita no capítulo 35 do livro de Números, a reclusão do homicida na cidade de refúgio, à realidade vivida pela cidade da Bahia seiscentista, a primeira epidemia de febre amarela de que se tem notícia no Brasil.

O sétimo capítulo, que tem por título “observações estilísticas”, busca lançar luz sobre alguns traços recorrentes na prosa do jesuíta Alexandre de Gusmão em sua oração fúnebre. De modo especial, dentre outros casos, apontamos no texto a presença de perífrases, silogismos, epítetos, antanáclases e antíteses; recursos expressivos muito utilizados na prosa barroca do século XVII.

Por fim, no oitavo capítulo apresentamos os critérios adotados na edição do sermão e, na sequência, nono capítulo, é apresentada a edição fidedigna do texto sermonístico. Nas “considerações finais” apontamos as principais contribuições da pesquisa aos estudos literários. Em anexo, o leitor terá a oportunidade de ler o fac-símile de um exemplar da primeira edição do sermão e, com isso, poderá também formular seus próprios juízos sobre a língua literária da época e entrar em contato com um importante documento-monumento que faz parte, originalmente, do complexo cultural que é o século XVII.

CAPÍTULO I

Oração fúnebre e rito de exéquias: um breve histórico.

A oração fúnebre é uma importante modalidade discursiva praticada na América Portuguesa do século XVII, ou seja, era um gênero literário muito comum na colônia. O crítico Hélio Lopes faz uma interessante ponderação, acerca do lugar ocupado por essa forma particular de discurso no Brasil colonial: “Aqui como na península Ibérica e Itálica, onde não lavrou o protestantismo, floresceu a oração laudatória sob a forma do panegírico e da oração fúnebre.”⁸

Reconhecemos, porém, a anterioridade da parenética fúnebre em relação ao seiscentos, pois como afirma Cerdan: “a oratória fúnebre é quase tão velha como o mundo e poderíamos aventurar, como o afirmam alguns autores, que a primeira oração fúnebre foi a que pronunciaram Adão e Eva ao enterrar a seu filho Abel (...).”⁹ Espécie de panegírico religioso, segundo Galvão¹⁰, tem a oração fúnebre um duplo objetivo, em sua configuração temática: o de fazer admirar a virtude dos que se elevaram espiritualmente – por meio de um aperfeiçoamento moral – e, ao mesmo tempo, proclamar o nada das grandezas humanas.

Quanto a esse gênero de prosa, é válido lembrar, ainda, as esclarecedoras palavras do autor de *O púlpito no Brasil*: “(...) é talvez, de todas as composições que se lêem na tribuna evangélica, a mais difícil; sem temor de errar, podemos dizer que é a pedra de toque do talento oratório.”¹¹ Faremos um breve recorte histórico de tão importante gênero a fim de, mais conscientemente, proceder ao resgate e estudo da oração fúnebre pronunciada pelo padre jesuíta Alexandre de Gusmão, no ano de 1686, na catedral da Bahia de Todos os Santos, quando das exéquias do Arcebispo D. João da Madre de Deus.

A eloquência fúnebre pode ser estudada a partir de seu desenvolvimento histórico, tendo por fundamentação crítica uma *perspectiva da funcionalidade* do discurso sobre a morte. Em outras palavras, é possível proceder-se ao entendimento do louvor de exéquias como *manifestação*; como um pronunciamento público que atende a um determinado fim – político, religioso, literário etc.

Na Grécia antiga a oração fúnebre era um discurso de elogio solene. Tal discurso se configurava como uma espécie de cântico de louvor aos méritos e virtudes dos guerreiros que morriam nas guerras. Em geral, na antiga eloquência fúnebre, fazia-se o louvor da coragem e da honra. Exemplo marcante de oração fúnebre na literatura grega é a de Péricles.¹²

⁸ LOPES. Oratória sacra no Brasil. In: *letras de Minas e outros ensaios*, p.432.

⁹ CERDAN. *La oración fúnebre del siglo de oro*, p.80.

¹⁰ GALVÃO. *O púlpito no Brasil*, p.96.

¹¹ GALVÃO. *O púlpito no Brasil*, p.96-7.

¹² PÉRICLES. *Oração fúnebre aos mortos do 1º ano da guerra do Peloponeso*.

Nicole Loraux defende a tese de que a oração fúnebre ateniense se configura como um gênero essencialmente político, uma “palavra política.”¹³ Para honrar seus cidadãos tombados em combates, a cidade ateniense tinha o costume de pronunciar, pela voz de seus dirigentes, um discurso oficial. Celebrando seus mortos, Atenas celebrava-se a si mesma e se instituía em modelo. Na oração fúnebre, os atenienses inventam Atenas a partir da imagem da bela totalidade, harmoniosa, unificada, sem tensão nem facção.

Era costume em Atenas,¹⁴ desde os tempos de Sólon, realizar exéquias públicas em honra dos cidadãos mortos na guerra. Ao término da batalha, procedia-se, então, à cremação dos cadáveres, cujos restos eram depois encerrados em urnas de cedro e transportados para a cidade, onde, depois de expostos durante três dias à veneração do público, eram em seguida sepultados, no bairro exterior da Cerâmica, espécie de panteão reservado aos que morriam pela pátria.

Um ritual próprio regulava a cerimônia fúnebre, acima mencionada. Havia um cortejo em que se levava uma quantidade de urnas que era proporcional à quantidade de tribos a que os mortos pertenciam, e mais uma, vazia, coberta de estofos, em honra dos “invisíveis”, aqueles cujos restos, porventura, não fora possível reunir. Ao fim dos féretros, iam as pessoas de família e o povo da cidade, de um modo geral, podendo mesmo associar-se os estrangeiros.

Eduardo Cruz salienta, no prefácio à *Oração fúnebre aos mortos do 1º ano da guerra do Peloponeso*, que, uma vez chegado o cortejo ao bairro da Cerâmica, procedia-se ao enterro e, logo após, um orador escolhido pelo Senado proferia um discurso fúnebre, de caráter encomiástico, em honra não só dos que tinham sido sepultados naquele dia, mas de todos quantos jaziam nos mausoléus da Cerâmica. Esse é fato, sem dúvida, muito importante, pois há o surgimento, explicitamente formalizado, de uma pessoa que pronuncia um discurso diante de um público — o orador fúnebre.

Loraux recupera um interessante comentário de Tucídides em que ele, ao tratar da prática ateniense dos funerais, estabelece, concomitantemente, uma valiosa consideração sobre o lugar de destaque atribuído ao orador fúnebre, na antiga Grécia:

Uma vez que a terra recobre os mortos, um homem escolhido pela *pólis*, reputado por distinguir-se intelectualmente e gozar de alta estima, pronuncia em sua honra um elogio apropriado; depois disto, todos se retiram. Assim têm lugar esses funerais; e, durante toda a guerra, quando era o caso, aplicava-se o costume. Quanto aos primeiros mortos, Péricles, filho de Xântipos, foi escolhido para deles falar. E, no momento oportuno, deixando

¹³ LORAUX. *Invenção de Atenas*, p. 38.

¹⁴ Cf. Prefácio da *Oração fúnebre aos mortos do 1º ano da guerra do Peloponeso*, p.5.

o monumento, ele avançou em direção a uma alta tribuna, erguida de modo a ser escutado tão longe quanto possível pela multidão, e pronunciou [o discurso].¹⁵

É bom que se ressalte, para um melhor entendimento de como se processava a oração fúnebre na Grécia antiga, que havia nos túmulos representações em relevo de cenas de combates e um epigrama em glória aos mortos do ano em sua base. Os mortos eram louvados através do *logos epitáphios* – discurso fúnebre proferido por oradores oficialmente nomeados para formalizar a oração do rito, ou solenidade, de exéquias.

Fato digno de nota, também, é o da existência de vasos figurados que ganhavam notoriedade nas tumbas.¹⁶ Esses vasos passaram a ser utilizados como monumentos, com a tarefa principal de dar visibilidade aos túmulos privados e veicular aos passantes uma propaganda sobre a virtuosidade do morto ali enterrado, razão pela qual ele deveria ser lembrado. Neste sentido pode-se dizer que o ofício do orador fúnebre, na sociedade grega antiga, encontrava o seu término quando da conclusão da oração fúnebre, porém, a oração fúnebre era perpetuada por meio das inscrições nos vasos, e também nas tumbas, em que o louvor ao defunto era continuado – *ad saeculum*.

Na *Ilíada* há uma interessante passagem, no canto XXIII, em que Aquiles faz os funerais de Pátroclo e pronuncia um breve, mas significativo, juramento fúnebre: “Alegra-te, oh Pátroclo, ainda que estejas no Hades! Vou cumprir o que te prometera: arrastar o cadáver de Heitor, que entregarei aos cães, para que o despedacem cruelmente.”¹⁷ A oração converte-se de um canto de lamento, pela morte do amigo, em uma promessa de vingança.

Acreditamos na possibilidade de se pensar um discurso fúnebre no canto XXIII, da *Ilíada*. Ainda que nem sempre se possa pensá-lo, somente, pelas palavras, pois estas, nesse momento do canto, são poucas; mas pelas lágrimas, pelo sofrimento geral, enfim, pelo contexto discursivo, pois de acordo com o texto homérico “Gemia a grã cidade”¹⁸ e faziam-se “tributos de lágrimas”¹⁹ por Pátroclo. Por fim, quando da cremação, Aquiles exclama alto, possivelmente para todos ouvirem: “Salve Pátroclo, na Plutônia estância!”²⁰ discurso breve, mas mesmo assim discurso. Poucas foram as palavras pronunciadas, mas muitos foram os sentidos interiorizados, por Aquiles e seus companheiros, naquele fúnebre momento, do

¹⁵ LORAU. *Invenção de Atenas*, p.39.

¹⁶ Cf. MEYER. *Epitaphs and Citizenship in Classical Athens*, pp. 99-121.

¹⁷ HOMERO. *Ilíada*, p. 399.

¹⁸ HOMERO. *Ilíada*, p. 399.

¹⁹ HOMERO. *Ilíada*, p. 399.

²⁰ HOMERO. *Ilíada*, p. 403.

amigo que se vai e da saudade que fica, do corpo que se acaba em chamas, mas da lembrança que se eterniza na memória.

Cerdan²¹ propõe, em *La Oración fúnebre*, que a oração fúnebre grega tem uma finalidade, ou funcionalidade, coletiva e ao mesmo tempo política, na medida em que incentivava a população a imitar as virtudes dos heróis; por consequência, estabelecia-se com isso a unificação do estado, ou seja, da antiga cidade, a *Pólis*. A proposta do crítico supracitado é relevante, sobretudo quando se associa à noção de um orador que *prega* um discurso de enaltecimento às virtudes de um elogiado, o defunto, e faz desse elogio um convite, ao público-ouvinte, à vivência das virtudes.

Da Grécia passemos à Roma antiga. O louvor fúnebre – *laudatio funebris* ou *deploratio mortis* – tinha um caráter individual e uma finalidade celebrativa. Solenemente procedia-se ao louvor do defunto ilustre, com muito esplendor, sobretudo quanto às palavras declamativas, enfáticas, enfim, pomposas. Quase sempre tais palavras eram permeadas de certo exagero nos louvores e um falseamento da verdade²² – entenda-se, daquilo que o elogiado realmente foi em vida, sem o excesso de atributos morais e heróicos que costumam perpassar as orações fúnebres mais elogiosas.

Loroux, ao estudar a oração fúnebre romana, faz algumas considerações importantes, que nos possibilitam pensar na organização da primitiva solenidade de exéquias. De acordo com a renomada estudiosa,

a oração fúnebre romana destina-se a celebrar um homem – ou uma família. É pronunciada no fórum, para onde o morto foi levado, por seu filho, ou parente mais próximo, diante de todo o povo reunido, e relembra as virtudes e as belas ações do defunto ilustre (*épiphanés anér*). Ao depositar os restos mortais diante da tribuna, celebrando os feitos do desaparecido e de seus antepassados mais longínquos, as grandes famílias pretendem, na verdade, fazer a comunidade participar de seu luto e oferecer à juventude romana um exemplo de valor.²³

Outra prática comum, entre os romanos, que foi mantida, tempos depois, pelos cristãos, era o costume do banquete fúnebre, ou *refrigerium*, para o qual se reuniam, em dias específicos (terceiro, sétimo, trigésimo depois da morte e no aniversário) junto do túmulo ou do jazigo sepulcral, para recordação do defunto, sem dúvida uma *manifestação de piedade*, ainda que não perpassada por uma acepção cristianizada sobre o sentido da morte. O

²¹ CERDAN. *La oración fúnebre del siglo de oro*, p.81.

²² CERDAN. *La oración fúnebre del siglo de oro*, pp.81-82.

²³ LORAUUX. *Invenção de Atenas*, p.61.

cristianismo revelará, de modo notável, a religiosidade da oração fúnebre, como veremos nas linhas que se seguem.

O gênero discursivo *oração fúnebre* foi apropriado pela Igreja Católica, quando de sua fase primitiva. No século IV aparecem as primeiras orações fúnebres,²⁴ que entram para a constituição da tradição patrística.²⁵ Assume, pois, o louvor fúnebre, um *direcionamento religioso*, sob dois aspectos diversos, porém complementares: o da teologia cristã e o da piedade religiosa.

O louvor fúnebre cristão, de modo geral, se insere no contexto de uma celebração, a de exéquias. A raiz latina da palavra *exéquias* é a mesma encontrada em *execução* e *executar*, tanto no que se refere ao sentido de uma tarefa ou missão, como no que concerne a uma sentença, incluindo a pena de morte, por exemplo. Diante da morte de alguém, os rituais funerários impõem-se como uma tarefa, uma missão a ser executada por familiares e amigos. O elogio às virtudes do falecido é desempenhado por um orador sagrado no panegírico fúnebre.

Segundo Evaristo Eduardo de Miranda,²⁶ para os cristãos a morte é um *fim-meta* e não um *fim-limite*. Chegar à morte para o cristão não é uma fatalidade, mas uma entrega a Deus em sua evolução terrestre. A morte, portanto, não advém como um limite imposto pela biologia ou pela natureza, mas como um fim objetivo, uma *finalidade-destino*. O rito de exéquias celebra essa realidade.

O ritual das exéquias explora com sutileza a dimensão da vida como passagem – passagem entre passagens – a do ser humano – passageiro entre passageiros. As exéquias cristãs, desse modo, lembram que o homem novo, proposto pelo cristianismo, é livre e liberto. Ele vive a plenitude do presente, sem as mágoas do passado ou a ansiedade do futuro. Portanto, a solenidade de exéquias, por meio da parenética fúnebre, torna-se um momento bem propício de evangelização – catequização do público-ouvinte.

Miranda, em seu estudo, ensina que o rito sagrado de exéquias deve acomodar-se, também, ao rito profano sempre implicado pelos funerais. As honras fúnebres são prestadas pela família e amigos ao defunto, por meio de ornamentos, coroas de flores, envio de mensagens, músicas sacras, bandeiras colocadas sobre o caixão e elogios fúnebres.²⁷

²⁴ Por exemplo, as orações fúnebres de Santo Ambrósio (340-397): “Oração a Valentiano” e “Oração a Teodósio”. Cf. AUGÉ (2004, pp. 240-244).

²⁵ Trata-se do conjunto dos escritos dos primeiros padres da Igreja. Por exemplo: Santo Agostinho.

²⁶ MIRANDA. *Agora e na hora: Ritos de passagem à eternidade*. p.23.

²⁷ Cf. MIRANDA. *Agora e na hora: Ritos de passagem à eternidade*. p.27.

Pode-se dizer, diante do que foi exposto acima, que a solenidade de exéquias implica um complexo conjunto de elementos que a propiciam: orações, velas, bíblias, presença dos familiares e amigos etc. Porém, um espaço especial é reservado, no rito de exéquias, à palavra, ao louvor fúnebre. Este assume uma caracterização retórico-poética específica, a do gênero demonstrativo, ou epidítico, em que são apresentadas as virtudes como principal eixo gerador do diálogo sagrado-profano, coisas do céu e coisas da terra, brevidade da vida e universalidade da morte.

De acordo com Augé,²⁸ na Igreja antiga, as honras fúnebres e as celebrações de exéquias eram diferentes, dependendo dos lugares, e tinham origem nos costumes do mundo greco-romano e judaico. A adaptação aos costumes locais, no assunto dos funerais, é expressamente recomendada por Santo Agostinho,²⁹ mas é válido lembrar que os cristãos consideram a morte sob o enfoque teológico da ressurreição de Cristo. Neste sentido a adaptação dos costumes locais estava subordinada a tal concepção teológica.

São João Crisóstomo³⁰ é uma testemunha qualificada desta fé na ressurreição dos cristãos diante da morte:

Antes, para os mortos, havia só demonstrações de dor e de pranto. Hoje há salmos e hinos (...). Naquele tempo a morte era o fim [antes da ressurreição de Cristo]. Agora não é mais assim [após a ressurreição de Cristo]. Cantam-se hinos, orações [de modo especial as fúnebres] e salmos, e tudo isso como sinal de que se trata de acontecimento festivo.³¹

Os ritos e orações fúnebres que a Igreja previu por ocasião da morte de um cristão podem ser vistos como simples prova de sentimento humanitário. Mas se em diversas culturas, na africana, por exemplo, os funerais tiveram um valor e um significado religioso,³² muito mais no cristianismo, a oração fúnebre assumirá um autêntico valor religioso, pois no cristianismo todo o autenticamente humano é susceptível de adquirir sentido sagrado.

A celebração litúrgica da morte, desde a Igreja primitiva, tem seu lugar próprio nos momentos que antecedem imediatamente a morte ou depois dela: o viático³³ e a encomendação³⁴ do moribundo, respectivamente, constituem as ações litúrgicas que

²⁸ AUGÉ. A liturgia das exéquias. In: *Liturgia*, p.240.

²⁹ Cf. AGOSTINHO. *Confissões*, p. 239.

³⁰ Famoso teólogo e escritor cristão (349-407). Cf. AUGÉ. *Liturgia*, p.239.

³¹ CRISÓSTOMO *apud* AUGÉ. A liturgia das exéquias. In: *Liturgia*, 239-240.

³² Cf. REIS. *A morte é uma festa*, p. 115.

³³ Entendido como a preparação do defunto à “passagem” desse mundo ao além. Cf. AUGÉ. *Liturgia*, p.238.

³⁴ Trata-se de uma expressão de solidariedade fraterna no momento supremo do desenlace: a comunidade implora com e para o moribundo a misericórdia de Deus. Cf. AUGÉ. *Liturgia*, idem.

convertem um ato fisiológico (o da morte em si) numa celebração cristã, no qual o mesmo moribundo toma parte ativa.

A morte, portanto, passa a ser objeto de celebração na tradição cristã – à medida que se relaciona ao mistério pascal de Cristo³⁵ – e alcança seu sentido específico quando é o meio para incorporar-se definitivamente à última *páscoa* cristã: a *passagem* desse mundo ao céu; “passar para aquilo que não passa”, na feliz expressão agostiniana.³⁶

O teólogo Matias Augé – em seu tratado sobre a liturgia cristã-católica – faz algumas pertinentes considerações acerca das atitudes da comunidade religiosa quando da celebração do rito de exéquias. Tais atitudes, descritas abaixo, podem ser entendidas como atos de piedade cristã; atos não apenas para com o morto, mas, sobretudo, para com a própria comunidade que se resente com a perda de um de seus membros e procura, de modo saudosístico, fazer memória, por meio da oração, ao defunto:

A presença, facultativa, do bispo ou de um presbítero, é testemunhada desde o início do século III. Quando, no século IV ou talvez antes, em alguns casos começa a ser celebrada a Eucaristia junto ao túmulo, após a inumação, o *refrigerium* é realizado depois daquela cerimônia. Pouco a pouco, porém, a Eucaristia celebrada na Igreja substituirá o *refrigerium*. A Eucaristia, o *refrigerium* e as outras orações que faziam parte das antigas exéquias tinham por objetivo confortar o defunto na sua existência precária e provisória no além e buscar um lugar de descanso, à espera do juízo, no fim dos tempos.³⁷

A princípio, quando das exéquias do cristão, a presença se restringia apenas ao grupo familiar. Mais tarde, como vimos acima, é a comunidade paroquial, embora seja apenas por meio da representação do pároco, que se faz presente tanto no momento da morte como na celebração dos ritos *post mortem*.

Acreditamos ser relevante explicitar aqui a estrutura do rito de exéquias, de acordo com o documento *Ordo romanus XLIX*³⁸. As exéquias, conforme prescreve esse documento, são celebradas da seguinte maneira: após a morte,³⁹ canta-se o salmo 97(96), que é um hino de louvor ao Altíssimo (Deus); depois o corpo é levado em procissão até a Igreja, onde se celebra um ofício de salmos – com leituras do livro de *Jó*; da sagrada escritura de orientação judaico-cristã.

De maneira especial canta-se o salmo 42(43), que exprime a saudade de Deus e do seu templo, e o salmo 4, que é uma oração de confiança em Deus. Uma segunda procissão

³⁵ Mistério da vida, paixão, morte e ressurreição de Cristo.

³⁶ Cf. CANTALAMESSA. *O Mistério da Páscoa*, p.21.

³⁷ AUGÉ. A liturgia das exéquias. In: *Liturgia*, p.240.

³⁸ O mais antigo ritual romano das exéquias Datado dos fins do século VII, segundo Augé (2004).

³⁹ Cf. AUGÉ. A liturgia das exéquias. In: *Liturgia*, p.240.

conduz o defunto ao cemitério: durante o trajeto cantam-se os salmos 15(14), 51(50), 25(24), e se termina com o salmo 118(117), que é um salmo de confiança e agradecimento a Deus, com a antífona:⁴⁰ “Abri-me as portas e depois que tiver entrado, louvarei o Senhor”. Percebe-se a característica pascal de toda a celebração de exéquias. As exéquias são celebradas como o encerramento de um “êxodo” pascalício.

A partir do século VIII o ritual romano das exéquias muda de tom: predomina a visão dramática do juízo, a consciência de que o defunto corre o risco de cair no fogo eterno, etc.: o medo e o pavor caracterizam o comportamento dos fiéis e alguns textos litúrgicos.⁴¹ A celebração da Eucaristia já constitui a parte central dos funerais cristãos.

Cerdan faz uma esclarecedora consideração, sobre a oração fúnebre na idade média: “Através da idade média, escolástica e retórica, a oração fúnebre cristã se modificou significativamente em relação a suas origens até o sermão. O elogio do defunto serve, mais que tudo, para a edificação cristã dos ouvintes, com a valorização dos bens eternos e menosprezo pelos terrestres.”⁴²

Uma parte significativa da liturgia exequial está destinada a doutrinar os fiéis vivos sobre o sentido da morte. A Igreja – de modo especial representada na pessoa do orador sagrado – aproveitando o fato da morte de um dos seus filhos, ministra um ensinamento vivo e eficaz, que serve também para reforçar os laços de união entre todos os seus filhos.

As leituras bíblicas e a homilia constituem uma parte essencial de tal ensinamento catequético, mas também os cânticos e as orações contêm uma grande riqueza doutrinal. Um aspecto interessante deste ensinamento – e que também mostra a vinculação com o defunto – é que, de certa forma, é o próprio defunto que, posto no meio da assembleia, “transmite” a doutrina aos demais com sua presença muda e com uma série de textos ditos *in persona defunti*.

Ainda, no que se refere ao caráter doutrinal das exéquias, pode-se afirmar que um dos primeiros temas que se impõe é o da universalidade da morte. Quanto ao tema há duas possibilidades distintas. Em primeiro lugar, é possível a aceitação, com resignação cristã, e, por fim, a possibilidade da recusa à morte como fenômeno natural, fisiológico.

Pode-se dizer que a oração fúnebre é um sermão que aponta para dois caminhos. O primeiro, conforme Cerdan,⁴³ mostra a miséria do homem pecador sem Deus. O segundo,

⁴⁰ Versículo cantado antes e depois de um salmo.

⁴¹ AUGÉ. A liturgia das exéquias. In: *Liturgia*, p.241.

⁴² CERDAN. *La oración fúnebre del siglo de oro*, p.82.

⁴³ CERDAN. *La oración fúnebre del siglo de oro*, p.86.

ainda de acordo com Cerdan, anuncia a esperança da salvação, que surge a partir do evento da redenção cristã.

Como se pôde perceber das exposições feitas até agora, cada época, cada século, formulou seus modos peculiares de situar-se frente à morte e de manifestá-los nas orações fúnebres. A oração fúnebre, portanto, nesse sentido, é um discurso organizado em torno de duas nuances específicas: o da *morte vivida* e o da *morte sofrida*.

A primeira nuance – morte vivida – se refere à realidade, por exemplo, de uma doença, ou de um ferimento mortal (no caso dos guerreiros) que leva o agonizante ao túmulo e do túmulo ao além. A segunda nuance – morte sofrida – trata da realidade da morte e do seu peso no tocante à dor causada na comunidade, na família.

Portanto, o sofrimento causado tanto pela morte vivida quanto pela sofrida são atenuados pelos ritos fúnebres, ou de passagem, que têm na oração fúnebre uma de suas mais importantes manifestações retórico-poéticas, conforme a perspectiva adotada nesta pesquisa. Diante disso, uma pesquisa interessante seria a do estudo da organização – ou tessitura – lexical, na oração fúnebre, quanto ao seu conteúdo eufemístico-expressivo, ou seja, a suavização da tragicidade da morte por meio do uso de expressões discursivas que privilegiem adjetivos, verbos, substantivos e figuras de linguagem que tenham por objetivo atenuar a fealdade da morte, a fim de se transmitir um determinado saber ou experiência teológico-filosófica.

A oração fúnebre, ao se configurar como um fenômeno de linguagem, assume – de modo especial na materialidade do discurso exequial, a prosa religiosa – um duplo aspecto literário: tanto por seu tema (a morte enquanto objeto de fruição estético-literária) quanto pela forma como a mensagem sobre a morte é produzida, o expressivo (o conjunto linguístico [lexical] quando entra em conformidade com um determinado ideal de beleza e se configura como manifestação estético-literária). Esclareço, porém, que na oração fúnebre podemos unir o fator literário, fruição estética, ao fator histórico, objetividade documental. No texto de Gusmão, por exemplo, não se deixa de culpar o povo da Bahia pelo fato de o vingador, a febre amarela, ainda não haver deixado a cidade (matriz histórica).

A transição histórica do sermão fúnebre, enquanto uma possível manifestação da piedade cristã, para a eloquência religiosa, que estabelece uma visão dialética entre bens da terra e bens do céu, dá-se por meio da *Laudatio Funeris*. Ao exaltar as virtudes do defunto e ao apresentá-lo como modelo de vida aos demais fiéis, a Igreja estabelece a faceta pedagógico-teológica do sermão de exéquias.

Digna de nota é a afirmação de Cerdan, quanto à parenética fúnebre: “A oração fúnebre oscila muito entre o aspecto sermonístico, mais edificante quanto ao fundo e mais austero quanto à forma, e, por outra parte, um aspecto panegírico em que se privilegia a ênfase no elogio tanto no conteúdo quanto na expressão.”⁴⁴

Além da *edificação cristã*, não se pode perder de vista, quanto ao desenvolvimento histórico da oração fúnebre, o aparato e as suntuosas pompas que acompanhavam, de modo geral, as solenes exéquias e honras públicas. Tal constatação parece-nos um dos fios condutores geradores de uma interessante tese de doutorado⁴⁵, que, em linhas gerais, apresenta a oração fúnebre como instrumento discursivo de conservação do poder instituído, como se depreende do excerto que se segue: “Nesse tempo, [século XVII] toda a pompa e circunstância que caracterizaram o aparato fúnebre, na celebração da morte de reis e prelados, tinham importância teológico-política. Por um lado, distinguiam os melhores e confirmavam a hierarquia.”⁴⁶

Na obra *A Literatura no Brasil*, organizada por Afrânio Coutinho, percebe-se bem a importância do conteúdo e da expressão em relação a certo período da história literária:

Foram séculos, principalmente o XVII, em que os autores souberam construir uma atmosfera moral autônoma, sem que esta se desajustasse da unidade evolutiva do espírito de época, ou deixasse de criar as perfeitas sínteses de forma-conteúdo, que se transmitem em processos de estesia, de dramas agônicos da inteligência, de aspiração a um novo comportamento para o homem.⁴⁷

Portanto, uma leitura sociológica da interação *texto sermonístico e sociedade*, é possível⁴⁸, mas não podemos nos esquecer que o sermão materializa um discurso religioso – o católico romano – o qual revela certa visão de mundo configurada no confronto entre terrenalidade e sacralidade, uma tópica barroca. Neste sentido, o sermão, mais do que um *documento* de uma época, pode também ser pensado como *manifestação literária* do período colonial.

⁴⁴ CERDAN. *La oración fúnebre del siglo de oro*, p.87.

⁴⁵ FERREIRA. *Retórica das Lágrimas*, (tese) 2007.

⁴⁶ FERREIRA. *Retórica das Lágrimas*, p. 211.

⁴⁷ COUTINHO (Org). KOPKE. A oratória sacra. In. *A Literatura no Brasil*, v.1, p. 290.

⁴⁸ Como bem fez a autora da tese *Retórica das Lágrimas*. Tese que se assemelha muito ao argumento de Nicole Loraux, que pensa a oração fúnebre como uma ‘palavra política’ em que Atenas celebra a seus mortos celebrando-se a si mesma, a imagem da bela totalidade, harmoniosa, unificada, sem tensão nem facção.

CAPÍTULO II

O sermão:

seu lugar e funcionalidade na América Portuguesa seiscentista.

Se lançarmos um olhar sobre a vasta produção textual da Companhia de Jesus, na América Portuguesa do século XVII, encontraremos obras de vária natureza, desde os sermões às “artes de morrer”, dos tratados de retórica às crônicas e cartas institucionais, dos catecismos às obras pedagógicas – textos que comportam paradigmas de conduta moral e espiritual, que revelam, no seu conjunto, a forte ação e vocação disciplinadora da Companhia.

O sermão, discurso moralizador, desempenhou um importante papel como “elemento de instrução pela discussão de problemas morais e noções de toda a ordem, que ao redor dele forçosamente surgiam,”⁴⁹ fixando-se, em sua forma escrita, como gênero literário representativo da melhor prosa barroca produzida em território colonial. Tal gênero discursivo foi praticado, com maestria, por muitos oradores sagrados, como, por exemplo: Antônio Vieira, Eusébio de Matos, Antônio de Sá, Ruperto de Jesus, Ângelo dos Reis, José da Natividade, Domingos Ramos e Alexandre de Gusmão.

Podem-se ler, ainda, na *História da literatura brasileira*, de José Veríssimo, interessantes considerações sobre o lugar e funcionalidade dos sermões na América Portuguesa do século XVII:

O sermão teve no passado uma importância, mesmo literária, muito grande, muito maior do que tem hoje. Social ou mundanamente foi um divertimento, um espetáculo que, conforme o pregador, podia despertar interesse e atrair concurso tão alvoroçado ou numeroso de ouvintes como outros quaisquer do tempo: um auto de fé, uma corrida de touros, um jogo de canas, uma representação teatral ou alguma solenidade da Corte. Mas, como espetáculo gratuito e aberto ao povo, era mais concorrido do que estes, só a abastados ou favorecidos acessíveis. Tanto mais que não constituía o sermão só por si o espetáculo, mas era apenas um “número” nos que a Igreja oferece aos seus fiéis, com a prodigalidade, a pompa, a encenação semipagã das suas pitorescas cerimônias. Ajudava, pois, o sermão a sociabilidade de uma gente de natureza retraída e triste, qual a portuguesa, em tempo em que à sociabilidade se deparavam poucos ensejos de exercer-se. (...) [os sermões] excitavam as inteligências, punham e resolviam questões, assentavam ou retificavam opiniões, suscitavam emoções e forneciam, como os discursos acadêmicos e parlamentares de hoje, temas às conversações.⁵⁰

Podemos dizer, com Hélio Lopes, que “compreende-se [assim] a importância da oratória sacra em todo o decurso de nosso período colonial. Foi ela o principal veículo de transmissão de cultura. O sermão era o gênero literário predominante. Como cerimônia social de grande relevo, tornou-se o meio por que todas as classes se instruíam”⁵¹

⁴⁹ VERÍSSIMO. *História da Literatura Brasileira*, p.51.

⁵⁰ VERÍSSIMO. *História da Literatura Brasileira*, p.51.

⁵¹ LOPES. Oratória sacra no Brasil. In: *Letras de Minas e outros ensaios*, p.423.

Aos oradores sacros deve ser reservado um lugar, ainda que modesto, na história do progresso intelectual e das conquistas literárias no Brasil. Nesses autores podem-se reconhecer “as idéias, os costumes, os hábitos sociais do mundo em que batalharam.”⁵² Esclarece-se, com isso, a necessidade de se revisitar tais autores (os padres) e tais obras (os sermões) para um melhor entendimento do complexo cultural que é o século XVII. Hélio Lopes diz que “no século XVII (...) floresceu a oração laudatória sob a forma do panegírico e da oração fúnebre”⁵³ Seguindo a necessidade, citada anteriormente, esta dissertação consiste na reedição e estudo de uma oração fúnebre pronunciada pelo padre Alexandre de Gusmão “homem ponderado, sensato, senhor de seus domínios”⁵⁴, que “não deslustra o púlpito com falsos brilhos e não engana a morte com louvores desabusados”⁵⁵

O sermão consta de algumas partes bem definidas. Dante Tringali,⁵⁶ autor da obra intitulada *Introdução à retórica*, apoiando-se num grande número de modelos de divisão do discurso, estabelece a seguinte divisão, que se refere preferencialmente ao discurso judiciário, mas que é passível de ser aplicada ao discurso religioso:

- a) **Tema:** mesmo que assunto a ser tratado.
- b) **Exórdio:** parte introdutória do discurso.
- c) **Proposição:** parte que assinala, em relação ao tema, o partido que o orador vai tomar.
- d) **Partição:** parte em que o orador indica o roteiro que vai percorrer.
- e) **Narração:** parte que, se necessária, consta de fatos implicados pelo discurso.
- f) **Argumentação:** parte densa e substancial do discurso, que visa a comover, convencer ou agradar.
- g) **Digressão:** parte em que o orador sai da estrada real do discurso e toma um “atalho”, para depois retornar, sem que se quebre a unidade do discurso.
- h) **Peroração:** fecho, conclusão, momento decisivo no discurso.

Na sociedade colonial seiscentista não havia imprensa, rádio ou parlamento, deste modo pode-se dizer que

a tribuna eclesiástica constituía um dos mais importantes órgãos de discussão, de propaganda das idéias, sustentadas por uma classe respeitada, o clero. Portanto, a intelectualidade que surgia em seu seio com função de *pensar*, teria que se enquadrar dentro do sistema ideológico vigente – e os desajustamentos sociais encontravam intérpretes nas tribunas sacras, escoradas de versículos bíblicos. Assim mesmo, se as exegeses ultrapassavam

⁵² LOPES. Oratória sacra no Brasil. In: *Letras de Minas e outros ensaios*, idem.

⁵³ LOPES. Oratória sacra no Brasil. In: *Letras de Minas e outros ensaios*, p.432.

⁵⁴ LOPES. Oratória sacra no Brasil. In: *Letras de Minas e outros ensaios*, p.440.

⁵⁵ LOPES. Oratória sacra no Brasil. In: *Letras de Minas e outros ensaios*, p.440.

⁵⁶ TRINGALI. *Introdução à retórica*, pp.82-86.

certos limites, a voz era silenciada pelos meios compulsórios da hierarquia eclesiástica.⁵⁷

A variedade de sermões pregados, no período em estudo, deve-se ao desempenho dos religiosos no ministério da pregação. A pregação se fazia necessária por conta de dois fatores: o ordinário e o extraordinário. No primeiro caso, o sermão era proferido como elemento integrado ao calendário litúrgico. Celebravam-se – desde o Advento ao último domingo depois de Pentecostes – os mistérios de Cristo e da Virgem, tardes de Advento e Quaresma e as festas obrigatórias em homenagem aos santos da Igreja, em dia fixo no decorrer do ano.

Extraordinariamente eram compostos sermões fúnebres, gratulatórios, deprecatórios e penitenciais. Os sermões tinham um conteúdo diverso, e podiam ser doutrinários, panegíricos ou apologéticos – ou haver algo de tudo isso tornando dificultosa uma cristalização tipológica. Pode-se dizer que tais sermões, pregados de modo extraordinário, se configuravam como elemento de adaptabilidade aos momentos que exigiam uma tematização específica da parenética, da pregação religiosa.

Algumas solenidades eram objeto de celebrações circunstanciais, vejamos: a) aniversários de natalícios régios, b) exéquias, c) missões populares e autos de fé, d) assembléias capitulares de ordens religiosas e sínodos diocesanos, e) sagrações de templos e canonizações, f) profissões monásticas e tomadas de hábito, g) devoções de Cristo, englobando os Passos, o sofrimento da Cruz e as sagradas Chagas, e, por fim, para não estender a lista, havia as festas em que se fazia o louvor e pedia-se a proteção da Virgem Maria e ao grande cortejo de santos padroeiros.

Todas as circunstâncias, acima mencionadas, proporcionavam ao orador sagrado uma variedade de temas, ou possíveis conceitos predicáveis. A pregação dos sermões circunscrevia-se a certas categorias retórico-cristãs bem definidas: a catequética, a ascética, a emotiva e a ética – dentro dos limites exclusivamente cristãos da abrangência desse termo; “ética” como conjunto de princípios, normas e regras que devem ser seguidos para que se estabeleça um comportamento moral exemplar na perspectiva cristã. Por meio de uma dessas categorias, ou pela reunião de todas em torno de um tema específico, o orador sagrado buscava estabelecer uma reflexão.

A reflexão estabelecida se configurava como um pensamento em torno de questões de ordem religiosa ou profana. Portanto, podemos pensar em um duplo aspecto do texto

⁵⁷ MENEZES. *Evolução do pensamento literário no Brasil*, p.61-62.

sermonístico. O primeiro aspecto se refere à natureza própria do sermão: refletir sobre o sagrado – e essa reflexão se alarga para algumas correlações, como por exemplo: homem e sagrado, natureza e sagrado etc. O segundo aspecto é mais sutil, pois ultrapassa os limites da exegese teológico-cristã; o sermão torna-se um refletor da sociedade.

As celebrações previstas pelo calendário litúrgico anual e as frequentes ocasiões em que se fazia necessária a manifestação do ato religioso, no sentido de se agradecer ou pedir o auxílio da divina providência, deram lugar a um discurso de reflexão sobre matéria profana. Por matéria profana entendam-se os temas de natureza social e política. O sermão, nesse caso, conservava a argumentação e a expressão do pensamento teológico-cristão, porém a veemência, traduzida pelo temperamento do orador, mobilizava os sentimentos do auditório em relação à ação. Por “ação” entenda-se uma possível mudança comportamental do fiel, ou seja, a passagem dos vícios às virtudes; das trevas à luz etc.

Pode-se dizer que o texto sermonístico constituía, no século XVII da América Portuguesa, um importante meio de comunicação, em que se expunha a doutrina teológico-política do catolicismo romano. Muitas vezes a exposição doutrinária servia ao orador sagrado para estabelecer uma reflexão sobre o cotidiano da população. Em não raras vezes o sermão assumia um aspecto denunciativo. Denunciava-se a corrupção dos costumes, os abusos de poder e a todo desregramento, ou transgressão, que fosse contrário à ordem social, política e teológica defendida pela Igreja, com relação ao Brasil colônia.⁵⁸

O sermão seiscentista, portanto, se configurava como o gênero ideal para o tempo e o meio, em que o falado se ajustava às condições do atraso da colônia desprovida de prelos, de gazetas e de leitores. Nunca o discurso oral foi tão importante e tão adequado, sendo ao mesmo tempo a via requerida pela propaganda ideológica e o recurso cabível nas condições locais.⁵⁹

Nos sermões sentenciosos e moralizantes, deste modo, percebe-se a presença de três lugares comuns: a prática religiosa, a conduta política e o viver social. Trata-se, na realidade, através de um discurso com um fundo mais ou menos doutrinário, de denunciar a incoerência entre a fé e a vida, o agir político contrário à norma cristã e as transgressões sociais, conforme dito mais acima.

José Veríssimo trata, de modo sutil, da questão da influência dos sermões no imaginário coletivo seiscentista a partir de uma propaganda moral:

⁵⁸ Cf. MARQUES. A Revolta e a Mentalidade. In. *A Parenética Portuguesa e a Restauração 1640-1668*.

⁵⁹ Cf. HOLANDA. A Época Colonial. In. *História Geral da Civilização Brasileira*, v.1. p.93.

Foi [o sermão] um grande expediente de propaganda e edificação religiosa, e ainda moral, não só quando as almas eram mais sensíveis a tal recurso de lição oral bradada de cima de um púlpito, mas quando, sendo pouco vulgar a imprensa, e menos ainda a capacidade de leitura, encontrava o sermão nas massas analfabetas ou pouco lidas, ou ainda com poucas facilidades de ler, ouvintes numerosos e de boa vontade.⁶⁰

Quanto ao aspecto formal da organização da mensagem dos sermões há que se considerar seriamente o momento histórico-cultural do seiscentismo brasileiro. Havia na tessitura da prosa religiosa do século XVII uma recorrente presença de recursos estilísticos muito comuns à escola chamada barroca. Tais traços serviam à ornamentação do discurso religioso. Vejamos uma consideração pertinente a esse respeito e que servirá para a construção de uma visão aclaradora da parenética seiscentista:

Acusava o discurso parenético a tessitura e os modismos barrocos que imperavam na oratória portuguesa, sempre dificultosos desafios para os oradores menos dotados de qualidades naturais e de tendências auto-críticas. E, se assim acontecia, não se mostravam capazes de evitarem as imitações medíocres de conceitismos rebuscados e empolamentos verbalistas confrangedoramente ociosos pelo abuso de uma retórica recorrente ao conceito predicável, usado até à exaustão. Cheios de quiasmos, paralogismos, antíteses, metáforas, alegorias, apólogos e aforismos, os sermões estiolavam-se em um barroquismo decadentista e auto-destruidor, tornando a exposição obstrusa e soporativa nos meandros das agudezas pretenciosas.⁶¹

Os desvirtuamentos e excessos que caracterizam o sermão seiscentista em obediência aos modismos retóricos e literários, podem ser contemplados na denúncia de Vieira no sermão da sexagésima. O ilustre jesuíta questionava-se, e questionava o auditório, sobre o motivo de a palavra divina, a palavra de Deus, fazer pouco fruto no mundo e constatou um dos motivos no excerto que se segue:

Será porventura o estilo que hoje se usa nos púlpitos? Um estilo tão empeçado, um estilo tão dificultoso, um estilo tão afetado, um estilo tão encontrado a toda a arte e a toda natureza? Boa razão é também esta. O estilo há de ser muito fácil e muito natural. Por isso Cristo comparou o pregar ao semear: *Exiit, qui seminatur, seminare*. (...). Assim há de ser o pregar. Hão de cair as coisas e hão de nascer; tão naturais que vão caindo, tão próprias que venham nascendo. Que diferente é o estilo violento e tirânico que hoje se usa! Ver vir os tristes passos da Escritura, como quem vem ao martírio; uns vêm acarretados, outros vêm arrastados, outros vêm estirados, outros vêm torcidos, outros vêm despedaçados; só atados não vêm.⁶²

⁶⁰ VERÍSSIMO. *História da Literatura Brasileira*, p. 52.

⁶¹ MARQUES. *O púlpito barroco português*. p.116.

⁶² VIEIRA. *Sermão da Sexagésima*, p.104.

O padre Antônio Vieira foi um dos mais influentes representantes da oratória sagrada do século XVII. Afrânio Coutinho diz que “com Antônio Vieira a estética barroca atinge o seu ponto alto em prosa, no Brasil.”⁶³ Esse ilustre jesuíta percebeu bem a principal deficiência dos sermões de seu tempo: o rebuscamento da forma. Quanto à questão do rebuscamento da forma no sermão e em textos de outro gênero da época, Coutinho afirma também que

Em verdade, faziam parte integrante, inseparavelmente, da estética barroca as faces culterana e conceitista. Eram o fundo comum ao Barroquismo, cujo credo poético propendia à dificuldade, ao obscurantismo graças à agudeza e engenho, de um lado, e à erudição, à dificuldade estilística, ao neologismo e ao rebuscamento sintático, do outro. O dificilismo ou hermetismo eram deliberadamente obtidos mediante a confusão conceitual e a linguagem elevada e culta, a obscuridade e a agudeza dos conceitos, a iniciação altissonante das palavras e o retorcimento da frase.⁶⁴

Ao lado de Vieira, o conhecido “Oráculo português”⁶⁵, havia outros grandes expoentes da arte sermonística, feito Antônio de Sá, o nomeado “Príncipe da Oratória Eclesiástica”⁶⁶ e Eusébio de Matos, o chamado “sol dos pregadores.”⁶⁷ Tendo em vista a produção desses religiosos, e a de outros – cujas obras também são importantes, para o entendimento do complexo cultural que é o século XVII, por exemplo, a obra do também jesuíta Alexandre de Gusmão – pode-se dizer que “a prosa barroca está representada em primeiro plano pela oratória sagrada dos jesuítas.”⁶⁸

Pronunciado do púlpito, o sermão, quase sempre, assumia certa teatralidade – uma teatralização retórica. O orador sagrado compunha-o segundo os parâmetros da retórica clássica, com uma possível finalidade de teatralizar uma ideia ou conceito predicável. Muitos eram os atores envolvidos na enunciação: o pregador, os ouvintes – o próprio espaço da igreja pode ser pensado como uma espécie de palco do sagrado – e, de modo especial, as personagens bíblicas e autoridades em teologia – Santo Agostinho e São Tomás de Aquino, frequentemente evocados no texto religioso.

As ordens religiosas utilizavam-se da oratória para manter os nativos e os reinóis obedientes a padrões éticos e culturais de índole cristã. Comunicado diretamente aos espectadores, o sermão transfundia doutrinas básicas e permitia o acesso à consciência

⁶³ COUTINHO. *Introdução à Literatura no Brasil*, p.116.

⁶⁴ COUTINHO. *Introdução à Literatura no Brasil*, p.119.

⁶⁵ Cf. GALVÃO. *O púlpito no Brasil*, p. 31.

⁶⁶ Cf. GALVÃO. *O púlpito no Brasil*, p. 32.

⁶⁷ Cf. PICCHIO. *História da Literatura Brasileira*, p.108.

⁶⁸ BOSI. *História concisa da Literatura Brasileira*, p.48.

individual e coletiva. Entenda-se por consciência a capacidade de julgar o que é correto e o que não é; de acordo com certos valores morais. Neste sentido o sermão tornava explicitado, ao auditório católico, o pensamento teológico da Igreja como uma visão ‘correta’ acerca das Sagradas Escrituras; o que possivelmente interferia na visão ou consciência pouco esclarecida do fiel ou da sociedade acerca do texto sagrado.

Num ambiente em que a liberdade de pensamento era perigosa, acautelavam-se as ditas ordens, centralizando o ensino e concentrando as fontes de informação (livros) em um só local: eis por que se encontravam no mesmo local a sede da Diocese, a maior biblioteca da colônia, os religiosos mais eruditos e os estudantes mais promissores. A atividade literária na América Portuguesa, particularmente no século XVII, resumia-se quase exclusivamente à poesia. O que não era poesia era oratória sacra, crônica e literatura oficial.

O ensino jesuítico, regido pelo *Ratio Studiorum*, organizado em 1586 e reformulado em 1599, dividia-se em três cursos: o de Artes, abarcando a Filosofia e a Ciência; o de Teologia e o de Ciências Sagradas.⁶⁹ Os estudos de Letras, em cinco anos, faziam-se nos colégios de Pernambuco e Rio de Janeiro, e os de Filosofia e Teologia, que exigiam sete anos, realizavam-se no Colégio da Bahia. Os primeiros constituíam o curso secundário; os demais, visavam a formar sacerdotes para a Companhia de Jesus. As razões de essa última etapa realizar-se na Bahia são indicativas do controle que Coroa e Igreja mantinham sobre as ideias, sobre o pensamento de modo geral, pois a sociedade baiana, juntamente com a pernambucana, era um dos centros mais desenvolvidos economicamente da época. Com isso havia aí uma maior presença do trono e do altar, da nobreza e do clero.

Portanto, pode-se dizer que os sermões, na América Portuguesa do século XVII, serviam aos interesses da Igreja – a pregação de sua moral – e aos interesses do Estado Português – a defesa da ordem política. A prosa jesuítica da América Portuguesa seiscentista consta de obras de elevado valor literário, como por exemplo: os sermões dos padres Antônio Vieira, Eusébio de Matos e Antônio de Sá e os livros de caráter doutrinário e pedagógico do padre Alexandre de Gusmão, destacando-se a *História do Predestinado Peregrino e seu irmão Precito*, primeira novela escrita no Brasil, segundo o padre jesuíta Serafim Leite na obra *História da Companhia de Jesus no Brasil*.⁷⁰

Quanto ao sermão é bom que tenhamos em mente que havia uma consciência do gênero oratório por parte dos oradores. Essa consciência se dividia entre o plano da técnica de

⁶⁹ FRANCA. *O método pedagógico dos jesuítas*. Rio de Janeiro: Agir, 1952.

⁷⁰ Cf. LEITE. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. v.7, p.70-1.

composição – sobretudo quanto à divisão clássica da *dispositio* – e certos efeitos linguísticos – muito próprios à literatura cultista e conceptista da época – trocadilhos e figuras retóricas.

Mais acima vimos a denúncia de Vieira ao estilo ‘culto’ dos sermões de seu tempo. Antônio Vieira, porém, não estava imune aos lugares comuns retórico-estilísticos da época, como bem percebeu Ramiz Galvão: “O principal defeito e poderemos dizer o único que tem Vieira é o horrível emprego das antíteses repetidas e dos trocadilhos de palavras; é na verdade lastimável que tanto se encontre este vício nos seus sermões, os quais seriam todos verdadeiramente belos se não fosse este senão. Era, porém, o defeito de seu tempo.”⁷¹ O momento histórico, pode-se dizer assim, propiciava uma dialética intelectual que esposava as formas, as metáforas, toda a marcha em arabescos da expressão culta.

A opinião do autor de “O púlpito no Brasil” é legitimada, em certa medida, por Carlos Burlamáqui Kopke ao tratar da organização estilística dos sermões, na obra organizada por Afrânio Coutinho, *A Literatura no Brasil*:

O processo técnico pelo qual são vazados certos sermões (e.g. os de Eusébio de Matos ou de Antônio de Sá, de permeio com os de Vieira) é o mesmo. Os efeitos retóricos, trocadilhos, anástrofes, antíteses, hipérbolos, tudo se vincula para irmanar esses pregadores numa situação equânime. Separam-nos, apenas, a capacidade expressiva, a eloquência como dom inato e a imaginação dos temas.⁷²

É possível falar que houve na oratória sagrada do século XVII uma coerente adequação entre o gênero sermão e o momento espiritual vivido na colônia portuguesa (os desdobramentos do humanismo cristão pós-renascentista como, por exemplo, a visão de mundo e de homem fundamentada no pensamento teológico medieval). Podemos entender o sermão – e principalmente o fúnebre, que será objeto de estudo – como manifestação estética-literária por causa dos conteúdos expressivos e temático-ideológicos.

Kopke discute-se ainda, em seu capítulo, na obra acima citada, a importância da oratória sacra como importante gênero literário e como modalidade discursiva adequada à “unidade evolutiva do espírito da época”

O século XVII e o XVIII trouxeram, no entanto, um processo de libertação que, fundamentado numa nova face do condicionalismo histórico, hierarquizou a oratória sacra como o gênero primaz entre os diversos gêneros literários, e em função desse desarvoramento espiritual. Foram séculos, principalmente o XVII, em que os autores souberam construir uma atmosfera moral autônoma, sem que esta se desajustasse da unidade

⁷¹ GALVÃO. *O púlpito no Brasil*. p.28-29.

⁷² COUTINHO (Org). KOPKE. A oratória sacra. In. *A Literatura no Brasil*, v.1, p. 289.

evolutiva do espírito da época, ou deixasse de criar as perfeitas sínteses de forma-conteúdo, que se transmitem em processos de estesia, de dramas agônicos da inteligência, de aspiração a um novo comportamento para o homem.⁷³

Concluindo, o sermão é um texto em prosa que traz em si um conteúdo expressivo e temático próprio. Foi uma importante modalidade discursiva praticada na América Portuguesa do século XVII. Desempenhou não apenas a função religiosa da transmissão da doutrina cristã, segundo as determinações do concílio de Trento. Serviu também, em certa medida, como instrumento de reflexão sobre a realidade sócio-política do seiscentismo luso-brasileiro. Os sermões podem ser percebidos pela crítica como um importante documento-monumento de uma época. Resgatá-los do esquecimento, por meio de reedições e estudos, é uma forma de se preservar parte do patrimônio histórico-cultural e linguístico-discursivo de um período tão importante para a literatura brasileira. Por fim, podemos dizer com José Veríssimo que “a oratória sagrada no Brasil foi sem dúvida, no período colonial e no início do nacional, uma revelação e porventura um estimulante, em estreitos limites aliás, da cultura do momento. Era uma das formas por que se manifestava a inteligência e cultura brasileira, principalmente eclesiástica.”⁷⁴

⁷³ COUTINHO (Org). KOPKE. A oratória sacra. In. *A Literatura no Brasil*, v.1, p. 290.

⁷⁴ VERÍSSIMO. *História da Literatura Brasileira*, p. 54.

CAPÍTULO III

O resgate de autores e obras do período colonial.

Quando voltamos o olhar para a Oratória Sacra praticada na América Portuguesa do século XVII podemos perceber o destaque atribuído ao Padre Antônio Vieira, cujo nome costuma vir acompanhado dos nomes de Antônio de Sá e Eusébio de Matos. Isso é o que se depreende da leitura de importantes obras da nossa historiografia literária.⁷⁵ Essas considerações iniciais pretendem, apenas, mostrar que alguns escritores são constantemente lembrados, ao passo que sobre outros paira aquela “nuvem do esquecimento” a que se refere Joaquim José Nunes⁷⁶ no texto introdutório ao *Ecce Homo*, de Eusébio de Matos.

Entendemos que, no tocante à produção literária, sobretudo religiosa, da América Portuguesa do século XVII, há muitos autores, verdadeiros “artistas da palavra”, como os chama Serafim da Silva Neto,⁷⁷ cujos escritos carecem de ser revisitados pela crítica literária. O resgate de autores e obras do nosso passado literário – particularmente da época chamada barroca – configura-se hoje como um importante expediente para a reavaliação da produção literária da América Portuguesa seiscentista. Esse resgate é parte do processo mais geral de preservação da memória histórico-cultural brasileira – o que lhe confere relevância, pois possibilita um maior entendimento de uma das várias facetas do complexo cultural que é o século XVII.

Não obstante a existência de obras e autores no século precedente, a literatura brasileira entra rigorosamente a florescer somente no século XVII. Nessa época, inicia-se o Barroco, com a publicação da *Prosopopéia* (1601), de Bento Teixeira, período que se encerra com a publicação das *Obras* (1768), de Cláudio Manuel da Costa. O Barroco abarca, como se depreende das datas, um século e meio de produção literária.⁷⁸

A época barroca desenvolveu-se, na colônia portuguesa, principalmente durante o apogeu do ciclo econômico do açúcar, nas áreas que apresentavam condição para a concentração de uma classe letrada: Pernambuco e Bahia. No começo, Pernambuco era a mais próspera das capitanias, seja no cultivo das terras, seja na civilidade dos costumes e comodidade da vida. Entretanto, logo a Bahia viria a se destacar: um conjunto de causas interdependentes propiciou o apogeu baiano à época barroca: sede do Governo-Geral, da Diocese, da Relação, do principal presídio das tropas, situação privilegiada na constelação das capitanias e em relação à Metrópole.

⁷⁵ Cf., por exemplo: *História da Literatura Brasileira*, de José Veríssimo; *A Literatura no Brasil*, obra organizada por Afrânio Coutinho; *História concisa da Literatura Brasileira*, de Alfredo Bosi; *A Literatura Brasileira através dos textos*, de Massaud Moisés; *História da Literatura Brasileira*, de Artur Mota.

⁷⁶ NUNES. *Ecce Homo*, de Eusébio de Matos, p. não numerada.

⁷⁷ SILVA NETO. *História da língua portuguesa*, p.557.

⁷⁸ Cf. MOISÉS. *História da Literatura Brasileira I: Origens, Barroco e Arcadismo*.

Pode-se perceber que essas funções político-administrativas, atraindo uma elite de servidores da Coroa e da Igreja, acabaram por determinar sua projeção no complexo colonial, consolidando politicamente o poder econômico baseado nos engenhos de cana-de-açúcar com mão de obra escrava, no comércio com a Europa, a África e o Prata. Se num primeiro momento o barroco é mais pernambucano que baiano, a partir de meados do século XVII passa a ser predominantemente baiano.

Em relação à oratória sacra desse período, grande parte se perdeu ou permanece esquecida em arquivos e bibliotecas. Neste sentido, é possível olharmos a literatura religiosa produzida na América portuguesa seiscentista para além dos limites impostos pela crítica literária e historiografia da literatura brasileira. Crítica, e historiografia, que cristalizam, e por isso canonizam certos textos religiosos e alguns oradores sagrados, em um nível muito elevado de prestígio, de aceitação, em detrimento de uma maioria de excluídos, de rejeitados, de marginalizados das letras.

Desenvolvida naquele contexto, a oratória colonial era predominantemente sacra. A vertente profana dedicava-se preferencialmente a panegíricos de ocasião ou orações acadêmicas. Enquanto os oradores civis eram poucos, os religiosos eram inúmeros: Antônio Vieira, Eusébio de Matos, Antônio de Sá, Agostinho Bezerra, Frei Ruperto de Jesus, Frei José da Natividade, Domingos Ramos, Inácio Ramos, Antônio da Piedade, Frei Manuel da Madre de Deus Bulhões, Sebastião do Vale Pontes, Ângelo dos Reis, Frei Francisco Xavier de Santa Tereza, Frei Mateus da Encarnação Pina, Inácio Rodrigues, Alexandre de Gusmão, e tantos outros, dos quais os três primeiros se destacam pela extensão e qualidade das obras, destacadas por diversos críticos, de modo especial Ramiz Galvão.⁷⁹

Um primeiro olhar, por exemplo, sobre o conjunto das produções textuais inicianas, tanto em Portugal quanto no Brasil,⁸⁰ no século XVII, revela-nos obras de diversos gêneros: sermões, crônicas, orações fúnebres, artes de morrer, entre outras, que revelam uma forte ação e vocação disciplinadoras. Parte da obra do jesuíta Alexandre de Gusmão, por exemplo, cujo *Sermão pregado na catedral da Bahia de Todos os Santos nas exéquias do ilustríssimo Senhor D. João da Madre de Deus* será, nas próximas páginas, objeto de reedição e estudo, integra o padrão das obras dos muitos discípulos de Santo Inácio, a quem devemos textos que se esforçam por enquadrar em uma perspectiva religiosa, moral e espiritual a vida dos cristãos nos seus diferentes estágios, investindo numa estratégia de expansão do saber,

⁷⁹ GALVÃO. *O púlpito no Brasil*.

⁸⁰ Não havia imprensa no Brasil, por isso fazemos referência ao ato da produção escrita da obra para, depois, nos referirmos a sua impressão na metrópole portuguesa, “com todas as licenças necessárias”.

que, embora condicionada por um programa específico de afirmação ideológica, conserva nos textos de Gusmão “alentada antologia de beleza literária.”⁸¹

A reconstituição do nosso *corpus* literário seiscentista ultrapassa o limite da *possibilidade* de revisão do cânone literário colonial, e se achega à instância da *necessidade*. De modo especial fazemos referência ao gênero sermão, podendo-se, é claro, tal ação reconstitutiva se estender a outras modalidades discursivas, poesia e teatro, por exemplo. A proposta de lutar pela *reconstituição-resgate* de autores e obras da literatura brasileira aproxima esta pesquisa do pensamento das pesquisadoras Maria Cecília Boechat e Valéria Maria Pena Ferreira, respectivamente, como se depreende dos trechos que se seguem:

Em certo sentido, parecemos repetir o esforço de nossos primeiros historiadores e estudiosos da literatura que, no século XIX, se voltaram para o passado, primeiro recolhendo textos, para depois selecioná-los, julgá-los, classificá-los, analisá-los enfim, e assim poder compor um *Corpus* ‘formador’ de nossa literatura e de nosso pensamento crítico.⁸²

A grande celebração em torno da figura de Vieira, embora merecida, parece ter ofuscado quase completamente os outros sermoneiros de sua época. Por isso mesmo, optamos por trabalhar com obras de outros pregadores, sem ressuscitar velhos preconceitos, recolocando-as no painel das letras do período colonial no Brasil, como um documento-monumento de um tempo e de certo fazer letrado, que, embora atualmente em evidência nos estudos da literatura brasileira, ainda se ressentem de maior pesquisa e da divulgação de obras quase desconhecidas.⁸³

Acreditamos, pois, na possibilidade de resgatar autores e obras do nosso passado literário, especificamente do chamado período barroco. É possível que estejamos um pouco na contramão de uma crítica literária que simplesmente “canoniza”, “cristaliza”, alguns autores e obras em detrimento de outros. O que nem sempre fica bem claro em tal crítica são os critérios valorativos, estabelecidos como parâmetros diferenciadores das produções literárias. Vejamos um exemplo em Coutinho: “Como exigir que uma literatura em formação, pobre, sem amplitude de atuação, isolada, influenciada pela portuguesa, não repetisse os cânones europeus?”⁸⁴

Certo é que no primeiro século da colonização não havia um grande número de obras, muito menos de autores; porém, é preciso duvidar-se de certos conceitos de ordem

⁸¹ LEITE. *História da Companhia de Jesus no Brasil*, t.7, p. 71.

⁸² BOECHAT. Uma notícia sobre a crítica de Bernardo Guimarães. In: *Crítica Textual: Reflexões e Práticas*, p.143. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

⁸³ FERREIRA. *Retórica das Lágrimas*, p. 9.

⁸⁴ COUTINHO. *A Tradição Afortunada*, p.165.

sociológica, tais como: *pobreza*,⁸⁵ *desenvolvimento*,⁸⁶ e quem sabe até *subdesenvolvimento* (...) em termos de literatura. No Brasil do século XVII, todavia, como dissemos mais acima, foi grande a quantidade de obras e de escritores, como se depreende da leitura dos trechos seguintes: “Começou bem a literatura brasileira; foi rica e opulenta, logo no primeiro século de sua vida que é o XVII.”⁸⁷ e para completar “com rigor, deve considerar-se que o início da literatura brasileira se verificou em princípios do século XVII.”⁸⁸

Questão complexa — e mais sutil do que uma possível origem histórica da literatura brasileira — e que se faz merecedora da atenção do historiador literário, é a do cânone em literatura. Constantemente, vemo-nos diante de um conjunto bem definido de autores e obras que figuram não apenas nas principais histórias literárias, mas também em obras de crítica literária,⁸⁹ que dedicam longos estudos a autores e obras “consagrados”.

Segue-se um interessante e esclarecedor trecho elaborado por Kothe (1997), relativo ao termo “cânone”:

O cânone de uma literatura nacional é o conjunto dos seus textos consagrados, considerados clássicos e ensinados em todas as escolas do país. O termo “cânone” tem origem religiosa, e não é empregado por alusão gratuita, mas porque conota natureza “sagrada” atribuída a certos textos e autores, que assumem caráter paradigmático e são considerados píncaros do “espírito nacional” e recolhidos num “panteão de imortais”. Há uma redução da produção literária de um território a alguns autores, destes a poucos textos, e destes a determinados trechos; essa seleção segue critérios de conveniência estrutural (...).⁹⁰

As ideias do autor de *O cânone colonial* servem-nos de estímulo, no eixo principal de nossa argumentação: *é possível e necessário* o resgate de autores e obras não referenciados pela tradicional historiografia literária brasileira. Por “tradicional historiografia” referimo-nos não a uma *História da Literatura*, especificamente, mas a várias *Histórias* escritas por vários pesquisadores adeptos de correntes — crítico-literárias — distintas. Apesar de essas correntes, por vezes, serem excludentes entre si, os autores que nelas militam conservam, quase sempre, a mesma lista de autores e obras, analisados em perspectivas distintas, é verdade, porém conservados no lugar que tradicionalmente lhes é atribuído.

Para encerrar este capítulo, propomos a pergunta — que nos serve de desafio: por que conhecer, estudar e divulgar a obra do padre Alexandre de Gusmão? Propomos duas

⁸⁵ COUTINHO. *A Tradição Afortunada*, p. 165.

⁸⁶ ROMERO. *História da Literatura Brasileira*, v.1 p. 59.

⁸⁷ ZILBERMAN & MOREIRA. *O Berço do Cânone*, p.160.

⁸⁸ MOTA. *História da Literatura Brasileira*, v.1, p. 377.

⁸⁹ Cf. LINS, Álvaro. *Os mortos de sobrecasaca*.

⁹⁰ KOTHE. *O cânone colonial*. p.108.

respostas diferentes, mas complementares. Primeira, porque é preciso construir uma visão de conjunto da produção religiosa da América Portuguesa do século XVII. Segunda, porque é preciso que nos livremos de certos preconceitos valorativos oriundos da perspectiva romântica que perpassam nossas principais historiografias literárias. Esses julgamentos tradicionais cristalizaram um *corpus* celebrado – e, em oposição a ele, ocultaram inúmeras obras e autores.

Paralelamente ao cânone literário brasileiro, há, portanto, um *corpus* esquecido – ao qual pertence o padre Alexandre de Gusmão. Laudelino Freire lamenta essa situação e afirma, de modo categórico, ser

(...) injusto o esquecimento que lhe amortalha o nome [o do padre Alexandre de Gusmão], o qual nem sequer referiram os beneméritos brasileiros Joaquim Manoel de Macedo, no *Ano Biográfico*; Pereira da Silva, nos *Varões ilustres*, e Sacramento Blake, no seu *Dicionário*. Pereira da Silva, que no *Suplemento dos Varões Ilustres* chega a recordar dezenas de padres e frades, que vicejaram no século XVII e cujos nomes, segundo declara, seria clamorosa injustiça esquecer, não lembra, no entanto, o de Alexandre de Gusmão, que, como aqueles, e mais do que muitos deles, pela ação social e moral que exercera, incorporado está à vida, ao progresso e cultura da terra que elegera para nela viver, trabalhar, lutar e morrer. (...) no varão austero e eminente que ele foi está o prosador esmerado e puro entre os que melhor o foram no seu tempo: está um clássico e um modelo de vernaculidade.⁹¹

É preciso, também, considerar seriamente as palavras do historiador Pedro Calmon: “O caso do bom padre [Alexandre de Gusmão] reclama exame mais detido.”⁹² Perseguindo esse objetivo, vamos lançar um olhar sobre uma “das grandes personalidades do Brasil no último quartel do século XVII e no primeiro do século XVIII;”⁹³ conforme as palavras de Serafim Leite.

Por fim, desde já, entramos também em concordância com o pensamento de dois importantes críticos da literatura brasileira: Wilson Martins e Antonio Candido. O primeiro quando afirma que “nossa idéia do século XVII será uma se lermos apenas a obra de Vieira e Gregório de Matos, outra, muito diferente, se as tomarmos em perspectiva com os demais sermões e o resto da literatura escrita que então se publicava.”⁹⁴ O segundo quando diz que “se não lermos as obras que a compõem [a literatura brasileira], ninguém as tomará do esquecimento, descaso ou incompreensão.”⁹⁵

⁹¹ FREIRE. Padre Alexandre de Gusmão, p.56. In. *Clássicos brasileiros*.

⁹² CALMON. *História da Literatura Bahiana*, p.36.

⁹³ LEITE. *História da Companhia de Jesus no Brasil*, v.7, p.71.

⁹⁴ MARTINS. *História da inteligência brasileira*; v. 1, p.206-7.

⁹⁵ CANDIDO. *Formação da Literatura Brasileira*. p.10.

CAPÍTULO IV

Alexandre de Gusmão, sua vida, sua obra.

O Sermão que pregou na Catedral da Bahia de Todos os Santos o P. Alexandre de Gusmão da Companhia de Jesus, Provincial da Província do Brasil, nas exéquias do Ilustríssimo Senhor D. Fr. João da Madre de Deus, primeiro Arcebispo da Bahia, em 1686, foi motivado pela ocorrência da primeira epidemia de febre amarela no Brasil, da qual foi vítima o Arcebispo da Bahia. Sobre essa época, registrou Rocha Pita a seguinte observação: “Foram logo adoecendo e acabando tantas pessoas, que se contavam os mortos pelos enfermos. Houve dia em que caíram duzentos e não escaparam dois.”⁹⁶

O cenário da Bahia seiscentista, por essa ocasião, era desolador. A população acorria aos templos, sofregamente, e todos se apegavam às imagens dos santos, sobretudo São Francisco Xavier, considerado o padroeiro na luta contra a epidemia. Constantes eram as orações, com a realização de novenas, exposições do Santíssimo Sacramento nas Igrejas, e não eram poucas as exortações de confiança na divina providência feitas pelos padres ao povo católico da Bahia.

Ao final da segunda metade do século XVII, Pernambuco e Bahia tornaram-se os principais centros de propagação da doença. Em Pernambuco, a peste vitimou o Arcebispo, além de boa parte da população. Na Bahia, tempos depois, ocorreria a morte do Arcebispo, D. João da Madre de Deus, também ele vitimado pela febre. A morte do prelado da Bahia foi sentida pela população; celebraram-se com pompa as suas exéquias – ocasião em que pregou o padre Alexandre de Gusmão, na catedral da Bahia de Todos os Santos.

O sermão foi pregado com eloquência, e, nele, de acordo com frei Apolinário da Conceição⁹⁷, foram expostas muitas das virtudes do Arcebispo D. João. O sermão fúnebre do padre Alexandre de Gusmão foi muito aplaudido, nessa oportunidade. Tão expressivo foi o reconhecimento da pregação, que o cônego Francisco Pereira, chantre na catedral da Bahia, o mandou imprimir e o dedicou, com data de 16 de julho de 1686, ao marquês das Minas do Conselho de Sua majestade, D. Antônio Luís de Sousa Telo e Meneses.

Antes da publicação do sermão fúnebre, nas exéquias do Arcebispo D. João da Madre de Deus, o padre Alexandre de Gusmão já havia publicado as seguintes obras: *Escola de Belém* (1678); *História do predestinado Peregrino e seu irmão Precito* (1682)⁹⁸ e a *Arte de criar bem os filhos na idade da puerícia* (1685). A obra intitulada *Escola de Belém* constitui-

⁹⁶ PITA. *História da América Portuguesa*, pp. 322-323.

⁹⁷ CONCEIÇÃO. *Primazia Seráfica na Região da América*, pp.208-213.

⁹⁸ A *História do Predestinado Peregrino e seu Irmão Precito* logrou, possivelmente, quatro edições em língua portuguesa – 1682, 1685, 1724 e 1728. Serafim Leite, porém, coloca em dúvida a edição de 1724 ao dizer que “a edição de 1724 é dada por Barbosa Machado e repetida pelos mais bibliógrafos, mas nenhum dos subseqüentes indicou a paginação. Como não dá a de 1728, resta averiguar se não será a mesma [edição]” (LEITE. *História da Companhia de Jesus no Brasil*, t.8, p.291).

se de um conjunto de reflexões acerca do nascimento do menino Jesus e apresenta a família de Nazaré como modelo de escola de vida a ser imitado. A *História do predestinado Peregrino e seu irmão Precito*, por sua vez, é uma novela de caráter alegórico-moral – consiste em uma parábola que narra os destinos de dois irmãos, Predestinado e Precito; o primeiro segue o caminho da salvação e o segundo o caminho da perdição. A *Arte de criar bem os filhos na idade da puerícia*, de acordo com Serafim Leite, é “o primeiro grande monumento da Pedagogia Brasileira no seu aspecto específico de educação cristã.”⁹⁹

Após a publicação do sermão, ainda foram publicadas as seguintes obras do padre Alexandre de Gusmão: *Meditações para todos os dias da semana* (1689); *Menino cristão* (1695); *Rosa de Nazaré* (1715); *Eleição entre o Bem e o Mal* (1720); e, postumamente, apareceram *O corvo e a pomba da Arca de Noé no sentido alegórico e moral* (1734) e *Árvore da vida* (1734). A obra denominada *Meditações para todos os dias da semana* é uma reunião de pensamentos referentes à vida cristã; perfazem-na temas como a vocação, a morte, o paraíso, o inferno, o purgatório e outros. Para cada dia da semana o autor seleciona algum tema específico, seguindo o modelo dos *Exercícios espirituais* do fundador da Companhia de Jesus, Inácio de Loyola.

Menino cristão é obra de tendência pedagógica, pois visa à educação das crianças cristãs a partir das virtudes do menino Jesus. *Rosa de Nazaré* é obra panegírica; um hino de louvor que visa à celebração dos méritos e virtudes da Virgem Maria. *Eleição entre o Bem e o Mal* é uma obra estritamente teológica. Há nela uma direção escatológica, qual seja, a de refletir sobre a salvação e perdição eternas. *O corvo e a pomba da Arca de Noé no sentido alegórico e moral* apresenta a noção de que as façanhas encham o coração de presunção perigosa; os erros obrigam o homem a recolher-se em si mesmo e devolvem-lhe aquela prudência de que os sucessos o privaram. O tema central é o da prudência, metaforizado na imagem da pomba. Em contraposição à prudência estão os atos impensados, irresponsáveis e irrefletidos, metaforizados na imagem do corvo. *Árvore da vida* é obra que se estrutura em torno da metáfora da “árvore” – identificada com a cruz na qual Cristo foi crucificado. A cruz, mais do que sinal de morte, é um sinal de vida. A obra é dedicada à Virgem das Dores, Maria Santíssima.

Na *Biblioteca Lusitana*¹⁰⁰, do abade Diogo Barbosa Machado, é noticiado que o padre Alexandre de Gusmão nasceu na cidade de Lisboa em 14 de agosto de 1629 e com a idade de dez anos veio para o Brasil com seus pais — dado biográfico semelhante ao de

⁹⁹ LEITE. *História da Companhia de Jesus no Brasil*, p.291.

¹⁰⁰ MACHADO. *Biblioteca Lusitana*, v.1, p.84.

Vieira, que, também nascido em Lisboa, com a tenra idade de seis anos veio para o Brasil acompanhado dos pais. Aos dezessete anos entrou Gusmão para a Companhia de Jesus.

Ainda na *Biblioteca Lusitana*, Barbosa Machado legou-nos outros dados concernentes à trajetória biográfica do padre Alexandre de Gusmão, tais como os que se seguem:

(...) abraçou o instituto da Companhia de Jesus, quando contava dezessete anos, em o Colégio da Bahia a 28 de Outubro de 1646. Aprendidas com grande crédito da sua aplicação às ciências escolásticas, e tendo ensinado humanidades no Colégio do Rio de Janeiro, onde foi Prefeito dos Estudos, como tivesse particular gênio para o governo, o promoveram os Superiores a todos os lugares da Religião sendo ministro do Colégio da Bahia, reitor dos Colégios de Santos, Capitania do Espírito Santo, e Bahia, companheiro do Provincial, e ultimamente por duas vezes Provincial, deixando sempre saudosos os súditos da sua natural benevolência mais própria da ternura de Pai, que da Severidade de Prelado.¹⁰¹

A formação do jesuíta Alexandre de Gusmão aconteceu, toda ela, no Brasil.

Laudelino Freire confirma isso ao dizer que

À semelhança de *Eusébio de Matos*, serve para mostrar [o padre Alexandre de Gusmão] que já naquele tempo era a Bahia meio próprio à formação e desenvolvimento da cultura literária. Sem jamais daí se haver ausentado, logrou, com os seus livros, celebridade que se refletira nas cortes européias, e logrou fazer-se mestre da sua língua, que versava como os que mais casticamente o fizeram. Por isso todas as suas obras, como reconhece Inocêncio, são estimadas pela pureza de dicção e, no estilo, é escritor menos afetado que a maior parte dos seus contemporâneos.¹⁰²

Vivendo no Brasil, o jesuíta Alexandre de Gusmão foi padrinho do político Alexandre de Gusmão (1695-1753). Este, conforme relato de Chichorro da Gama, era natural de Santos e faleceu em Lisboa. Além de doutor em direito civil pela Universidade de Paris, foi “diplomata, estadista, homem de letras, ornamento da Academia Real de História Portuguesa, gozou de grande prestígio na corte de D. João V, de quem foi secretário particular.”¹⁰³ Participou nas negociações, culminadas com a assinatura em Utreque, dos tratados de paz entre D. João V e Luís XIV, em 1713, e entre D. João V e Filipe V de Espanha, em 1715, que conferiu a Portugal a posse da colônia do Sacramento. Mais tarde, em 1750, foi o redator do Tratado de Madri.¹⁰⁴

¹⁰¹ MACHADO. *Biblioteca Lusitana*, v.1, p.84.

¹⁰² FREIRE. Padre Alexandre de Gusmão. In. *Clássicos brasileiros*, pp. 57-58.

¹⁰³ GAMA. *Breve dicionário de autores clássicos da Literatura Brasileira*, pp.44-45.

¹⁰⁴ Cf. ALMEIDA, *Dicionário de autores no Brasil colonial*, p. 221.

O diplomata brasileiro era irmão de Bartolomeu Lourenço de Gusmão que lhe traz o sobrenome de “Gusmão” por analogia e em homenagem ao padre Alexandre, o orientador da sua primeira formação escolar.¹⁰⁵ Bartolomeu Lourenço de Gusmão (1685-1724) também era natural de Santos. Foi jesuíta. Coursou as primeiras letras provavelmente na própria Capitania de São Vicente, no Colégio São Miguel, então o único estabelecimento educacional da região. Prosseguiu os estudos na Capitania da Bahia. Aí ingressou no Seminário de Belém, em Cachoeira, o qual foi fundado, e por muito tempo administrado, pelo padre Alexandre de Gusmão. Sabe-se também que Bartolomeu Lourenço de Gusmão

era doutor em cânones pela Universidade de Coimbra. Fidalgo capelão da Casa Real, foi também encarregado por D. João V de missões diplomáticas na cúria romana. Ao inaugurar-se a Academia Real de História Portuguesa (1720), entrou no número dos primeiros que a constituíram. Morreu em Toledo [município da Espanha na província de Toledo, comunidade autônoma de Castilla-La Mancha]¹⁰⁶

Laudelino Freire informa que a Bartolomeu Lourenço de Gusmão “cabe a glória da invenção dos aeróstatos, cuja experiência fez em Lisboa, no ano de 1709.”¹⁰⁷ Na capital portuguesa o padre Bartolomeu Lourenço pediu patente para um “instrumento para se andar pelo ar” – que se revelaria ser, mais tarde, o que hoje se conhece por “aeróstato” ou “balão.” A patente foi concedida no dia 19 de abril de 1709 o fato casou celeuma na cidade; a notícia rapidamente se espalhou para alguns reinos europeus, que deram a devida publicidade. O invento, divulgado por meia Europa em estampas fantasiosas, que em geral o retratavam como uma barca com formato de pássaro, ficou conhecido como “Passarola”. Em agosto, finalmente, Bartolomeu Lourenço fez perante a corte portuguesa cinco experiências com balões de pequenas dimensões construídos por ele: na primeira, realizada no dia 3 na Casa do Forte (Palácio Real), o protótipo utilizado pegou fogo antes de subir; na segunda, feita no dia 5 noutra dependência do palácio, a Casa Real, o aeróstato, provido no fundo duma tigela com álcool em combustão, se elevou a 4 metros, quando começou a arder ainda no ar, sendo imediatamente derrubado por dois serviçais armados de paus, receosos dum incêndio aos cortinados do recinto; na terceira, feita no dia 6 novamente na Casa do Forte, o balão, contendo no interior uma vela acesa, logrou fazer um vôo curto, mas se queimou no pouso; na quarta, feita no dia 7 no Terreiro do Paço (hoje Praça do Comércio), o balonete elevou-se a

¹⁰⁵ Sobre essa informação biográfica pode-se consultar: GAMA. *Breve dicionário de autores clássicos da Literatura Brasileira*, p.45 e FREIRE. *Clássicos brasileiros*, p. 56.

¹⁰⁶ GAMA. *Breve dicionário de autores clássicos da Literatura Brasileira*, p.45.

¹⁰⁷ FREIRE. Padre Bartolomeu Lourenço de Gusmão. in. *Clássicos brasileiros*, p.87.

grande altura, pousando lentamente minutos depois; na quinta, feita no dia 8 na Sala das Audiências, no interior do Palácio Real, o globo subiu até o teto do aposento, aí se demorando, quando enfim desceu com suavidade. Em 3 de outubro de 1709, na casa da Casa da Índia, o padre fez nova demonstração do invento. O aparelho utilizado era maior que os anteriores, mas ainda incapaz de carregar um homem. A experiência teve êxito absoluto: o aeróstato subiu alto, flutuou por um tempo não medido e pousou sem estrépito. Cinco testemunhas registraram essas experiências: o cardeal italiano Miquelângelo Conti, eleito papa em 1721 sob o nome de Inocêncio XIII, os escritores Francisco Leitão Ferreira e José Soares da Silva, nomeados membros da Academia Real de História Portuguesa em 1720, o diplomata José da Cunha Brochado e o cronista Salvador Antônio Ferreira, portugueses.

Na literatura brasileira é preciso que se faça a devida distinção entre o religioso jesuíta, Alexandre de Gusmão, e seu homônimo; o diplomata brasileiro Alexandre de Gusmão. Este aparece, talvez com mais frequência, em nossas histórias – tanto literárias como gerais ou políticas. Por isso, há que se estabelecer uma correta diferenciação a fim de que não se confunda um com o outro.

Um dado biográfico digno de nota, relacionado ao padre Alexandre de Gusmão, é o de que importantes dicionários bibliográficos da língua portuguesa¹⁰⁸ e a notável obra de Serafim Leite, intitulada *História da Companhia de Jesus no Brasil*, não registram possíveis viagens do padre Alexandre de Gusmão à Europa; ao contrário do que é relatado em relação ao seu homônimo nascido no Brasil e ao padre Bartolomeu Lourenço de Gusmão, que praticamente viveram na Europa. No *Dicionário de autores no Brasil colonial* pode-se ler a seguinte passagem, que confirma a proposição anterior, relativa à permanência do padre Alexandre de Gusmão no Brasil depois de ter vindo de Lisboa com sua família: “Era [o padre Alexandre de Gusmão] ainda um jovem quando, em 1644, partiu com os pais para o Brasil, onde permaneceu até ao final da sua longa vida.”¹⁰⁹ Laudelino Freire também sugere residência permanente do padre Alexandre de Gusmão no Brasil, não fazendo referências a possíveis viagens à Europa: “foi como jesuíta que aqui passou toda a sua vida, consagrada com verdadeiro fervor à missão de educar e instruir a juventude.”¹¹⁰

¹⁰⁸ Cf. MACHADO. *Biblioteca Lusitana*, p.84; ALMEIDA, *Dicionário de autores no Brasil colonial*, p.219; LEITE. *História da Companhia de Jesus no Brasil* tomo VII p.66-71 e tomo VIII p.289-298; SILVA. *Dicionário bibliográfico português: estudos aplicáveis a Portugal e ao Brasil* tomo I p.31.

¹⁰⁹ ALMEIDA. *Dicionário de autores no Brasil colonial*, p.219.

¹¹⁰ FREIRE. Padre Alexandre de Gusmão. In. *Clássicos brasileiros*, p. 51.

Serafim Leite, em sua principal obra, noticia o fato de Alexandre de Gusmão ter exercido o cargo de Provincial no período de 1684 a 1688.¹¹¹ Esse dado cronológico é importante, pois permite situar a atividade exercida por esse jesuíta quando da publicação do sermão fúnebre nas exéquias de D. João da Madre de Deus, ano de 1686. Sebastião da Rocha Pita informa que exatamente no ano de 1686 era fundado o Seminário de Belém, pelo padre Alexandre de Gusmão: “fundou no ano de mil e seiscentos e oitenta e seis um seminário o padre Alexandre de Gusmão, religioso da Companhia de Jesus e um dos maiores talentos da sua Província do Brasil.”¹¹² Portanto, pode-se dizer que o sermão fúnebre do padre Alexandre de Gusmão, pregado na catedral da Bahia de Todos os Santos, veio à luz em um momento de intensa atividade missionária e pedagógica desse jesuíta no Brasil.

¹¹¹ LEITE. *História da Companhia de Jesus no Brasil*, t. 7, p. 66.

¹¹² PITA. *História da América Portuguesa*, p. 335.

CAPÍTULO V

O Sermão: análise.

Depois de pregado na Bahia, o sermão foi impresso na oficina de Miguel Manescal, impressor do Santo Ofício, em Lisboa, no ano de 1686, à custa de Manuel Lopes Ferreira, mercador de livros. Esse sermão foi dedicado pelo cônego Francisco Pereira ao Marquês das Minas do Conselho de Sua Majestade, D. Antônio Luís de Sousa Telo e Meneses. Na folha de rosto do sermão consta o nome do Arcebispo, seu principal título honorífico e a causa de sua morte: “D. Frei João da Madre de Deus, Primeiro Arcebispo da Bahia, que faleceu do mal comum no ano de 1686.”¹¹³ Consta da folha de rosto, também, que a impressão se fez “com todas as licenças necessárias” – isto é, as licenças do Ordinário, do Santo Ofício e do Paço. O folheto em que foi impresso o sermão apresenta folha de rosto, dedicatória em duas páginas não numeradas e o sermão propriamente dito, com o texto impresso em apenas uma coluna. O formato da publicação é in-oitavo: o primeiro caderno, que começa na folha de rosto, não traz assinatura, e, como as primeiras quatro páginas não trazem numeração (rosto, verso, dedicatória e dedicatória), a primeira assinatura, **B**, que marca o início do segundo caderno, vem na página 5 do sermão (nona do volume), a segunda, **C**, vem na página 13 do sermão (décima sétima do volume). Todas as páginas trazem reclamo, no canto inferior direito da mancha de texto. As referências das citações em latim (referências bíblicas e obras de autores cristãos) são fornecidas em itálico na margem esquerda, no caso das páginas pares, e na margem direita, no caso das páginas ímpares. O texto do sermão está composto em uma coluna e possui uma folha de rosto, uma dedicatória com duas páginas não numeradas e dezenove páginas numeradas.

O *Sermão que pregou nas exéquias do Ilustríssimo Senhor D. Fr. João da Madre de Deus, primeiro Arcebispo da Bahia* enquadra-se no gênero epidítico – mais especificamente na categoria “panegírico fúnebre”. Trata-se de um discurso estruturado em torno de dois princípios básicos – configuradores da *Laudatio Funeris*: organização retórico-teológica e conteúdo temático-expressivo. Todo o discurso estrutura-se em torno dos méritos e virtudes do primeiro Arcebispo da Bahia D. João da Madre de Deus, que se eleva à condição de homem santo à medida que o padre Alexandre de Gusmão discorre sobre a santidade de sua vida. As qualidades sobre-humanas do prelado falecido são exaltadas.

O discurso religioso, especificamente na América Portuguesa, no século XVII, apresenta normalmente uma citação latina, em forma de epígrafe, retirada das Sagradas Escrituras cuja função é fornecer o tema da pregação e direcionar a argumentação a ser

¹¹³ Cf. GUSMÃO. *Sermão*, folha de rosto.

desenvolvida no sermão. Aníbal Pinto de Castro em sua obra intitulada *Retórica e teorização literária em Portugal* faz considerações esclarecedoras acerca do conceito predicável:

Os conceitos predicáveis permitiam (...) a exposição das verdades da fé e dos preceitos da moral, por uma forma breve, sentenciosa, arguta e de todo recomendável, desde que se mantivesse a verdade original, observando o maior cuidado na clareza das palavras usadas. Além disso, a própria superioridade que lhes era inerente exigia algo de mais sublime e profundo do que o simples conceito vulgar, pois só assim podiam mostrar e desenvolver a sua força probativa em toda a plenitude.¹¹⁴

Aníbal Pinto de Castro também esclarece, no tocante à funcionalidade do conceito predicável, algo que julgamos importante para uma melhor compreensão desse recurso inerente à retórica sagrada:

O conceito predicável representa, pois, um largo passo em frente no caminho da explicação da palavra divina. Se, por um lado, só ele encerrava a forma expressiva digna de tal conteúdo, para o que contava com o recurso ao sublime, encontrava, por outro, na argúcia ou na novidade sentenciosa e concisa, os meios mais seguros de penetrar no espírito dos auditórios, captar-lhes a atenção e dirigir-lhes as consciências. É evidente que, apesar das recomendações de respeito pela verdade e pela clareza dos textos, esta valorização exclusiva e entusiástica do conceito predicável tinha por força de arrastar consigo um estilo mais rebuscado e mais sobrecarregado do que aquele em que se plasmara a parenética barroca propriamente dita.¹¹⁵

Definido o conceito predicável e proclamada sua importância fundamental, frei José Caetano, autor de uma obra intitulada *Nova arte dos conceitos* e teorizador do conceito predicável, conforme Aníbal Pinto de Castro, estabelece a divisão dos conceitos, segundo o gênero dos discursos, em demonstrativos, deliberativos e judiciais:

Ao primeiro [demonstrativo] pertenciam os conceitos laudatórios, usados sobretudo nos panegíricos dos Santos; ao segundo [deliberativo], os conceitos suasórios ou dissuasórios, próprios dos sermões morais; finalmente no terceiro [judicial] incluía os precatórios e executórios, destinados a impetrar a clemência divina ou a incitar os ouvintes à ira contra o mal. De acordo com o gênero respectivo, devia o orador visar determinadas qualidades, aqui consideradas nos seus aspectos gerais. Assim, os conceitos laudatórios [que é o caso específico do sermão fúnebre do padre Alexandre de Gusmão] deviam ser breves para se poderem fixar com facilidade, claros para que o auditório os entendesse, e argutos para mostrarem sutileza de engenho. Já o gênero deliberativo exigia conceitos eficazes para penetrarem os ânimos, prudentes, para não os irritarem em vez de os curarem, e frutuossos, para corresponderem ao fim específico da pregação. Finalmente os precatórios e execratórios deviam ser suaves, para conciliar a indulgência, duros, para denunciar os

¹¹⁴ CASTRO. Sob o signo do conceito predicável. In. *Retórica e teorização Literária em Portugal*, p.303.

¹¹⁵ CASTRO. Sob o signo do conceito predicável. In. *Retórica e teorização Literária em Portugal*, pp.303-304.

males e advertir os ouvintes quanto aos castigos, e convincentes, para dobrar a piedade divina perante as necessidades humanas.¹¹⁶

O sermão pregado pelo padre Alexandre de Gusmão, nas exéquias do primeiro Arcebispo da Bahia, constitui-se de duas tópicas fundamentais para o seu entendimento, quais sejam, a da vida virtuosa e a da morte santa de D. João da Madre de Deus. Tais tópicas, às quais preferimos chamar de “lugares retóricos do discurso religioso católico”, por causa do caráter persuasivo presente em ambas, se relacionam em certo sentido ao conceito predicável do sermão.

Neste sermão, o padre Alexandre de Gusmão empregou o seguinte conceito predicável: “*Remanebitque ibi homicida, donec Sacerdos magnus moriatur; postquam autem ille obierit, revertetur homicida in domum suam.*”¹¹⁷ O tema da pregação refere-se a uma prescrição dada por Deus a Moisés, segundo a qual o profeta deveria orientar os israelitas para que escolhessem cidades destinadas ao refúgio de homicidas involuntários, ou seja, ao refúgio daqueles que involuntariamente tenham causado a morte de outrem. As cidades dos refugiados serviriam aos homicidas como uma espécie de asilo contra o vingador – nelas o vingador da vítima não poderia executar a pena de morte a que estavam condenados os homicidas. A prescrição afirmava também que o homicida deveria permanecer na cidade de refúgio até a morte do sumo sacerdote; somente após a morte deste poderia o homicida, sem risco de ser vítima de vingança, voltar à terra de sua possessão.

A cidade dos refugiados não é apenas configurada como um lugar de esconderijo, pois serve também para proteger o criminoso até o julgamento da causa. Vejamos a passagem bíblica, que trata desse tema:

O Senhor disse a Moisés: “Dize aos israelitas: quando tiverdes passado o Jordão e entrado na terra de Canaã, escolhereis cidades de refúgio onde se possam retirar os homicidas que tiverem involuntariamente matado. Elas vos servirão de asilo contra o vingador de sangue, de sorte que o homicida não seja morto antes de haver comparecido em juízo diante da assembléia. Serão cidades de refúgio, e servirão aos israelitas, aos peregrinos e a qualquer outro que habite no meio de vós, para ali encontrar asilo quando houver matado alguém por descuido.”¹¹⁸

¹¹⁶ CASTRO. Sob o signo do conceito predicável. In. *Retórica e teorização Literária em Portugal*, pp.304-305.

¹¹⁷ “O homicida deve permanecer na cidade de refúgio até à morte do sumo sacerdote; somente após a morte do sumo sacerdote poderá voltar à terra de sua possessão.” – Nm 35,28.

¹¹⁸ Nm. 35, 9-12.

O vingador é o familiar mais próximo da vítima; aquele que é autorizado a vingar a morte do seu irmão-parente; assassinando ao homicida. A lei judaica antiga, a torá¹¹⁹, descreve, em um dos seus livros, algumas formas de homicídio e a sentença final:

Se o homicida feriu com ferro, e o ferido morrer, é réu de homicídio, e morrerá também ele. Se foi com uma pedra atirada com a mão que o feriu, capaz de causar a morte, e realmente morrer o ferido, é réu de homicídio, e morrerá também ele. Se foi com um pau na mão, capaz de causar a morte, e esta venha de fato, é réu de homicídio; será punido de morte. O vingador de sangue o matará; logo que o encontrar, o matará. Se um homem derrubar outro por ódio, ou lhe atirar qualquer coisa premeditadamente, causando-lhe a morte, ou se feri-lo com a mão por inimizade, e ele morrer, o que o feriu será punido de morte, porque é um assassino: o vingador de sangue o matará logo que o encontrar.¹²⁰

A única solução ao homicida involuntário, para evitar a própria morte, seria refugiar-se em uma cidade previamente definida pela legislação judaica. De acordo com um dos princípios constitutivos configurados na Torá, expressão da lei judaica, o assassino involuntário estaria livre para sair da cidade somente após o julgamento da causa e da morte do sumo pontífice. Isto é o que se depreende do excerto que se segue:

Mas se foi acidentalmente e sem ódio que o derrubou, ou lhe atirou qualquer objeto sem premeditação, ou se, sem ser seu inimigo nem procurar fazer-lhe mal, atingiu-o com uma pedra por descuido, podendo com isso causar-lhe a morte, e de fato ele morrer, então a assembléia julgará entre o homicida e o vingador de sangue de acordo com estas leis. A assembléia livrará o homicida da mão do vingador de sangue e o reconduzirá à cidade de refúgio onde se tinha abrigado. Permanecerá ali até a morte do sumo sacerdote que foi ungido com o santo óleo.¹²¹

No contexto da pregação do padre Alexandre de Gusmão, a peste que assolava a cidade do Salvador, e fora responsável pela morte do Arcebispo, e que havia assolado anteriormente a cidade do Recife, era a primeira epidemia de febre amarela de que se tem registro no Brasil. A morte do Arcebispo D. João da Madre de Deus é interpretada à luz do seguinte passo da Sagrada Escritura: “O homicida permanecerá ali até a morte do sumo

¹¹⁹ **Torá** (do hebraico תּוֹרָה, significando *instrução, apontamento, lei*) é o nome dado aos cinco primeiros livros do Tanakh (também chamados de *Hamisha Humshei Torah*, הַרְוֹת יְשׁוּרָה הַשְּׁמָה - *as cinco partes da Torá*) e que constituem o texto central do judaísmo. Contém os relatos sobre a criação do mundo, da origem da humanidade, do pacto de Deus com Abraão e seus filhos, e a libertação dos filhos de Israel do Egito e sua peregrinação de quarenta anos até a terra prometida. Inclui também os mandamentos e leis que teriam sido dadas a Moisés para que entregasse e ensinasse ao povo de Israel. Fonte: Wilkpédia, a enciclopédia livre em meio eletrônico: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Tor%C3%A1>, verbete: *torá*.

¹²⁰ Nm. 35, 16-21.

¹²¹ Nm. 35, 22-25.

sacerdote.”¹²² Portanto, a morte do arcebispo foi interpretada por Gusmão como uma etapa necessária para que a peste abandonasse a Bahia – ele desenvolve o sermão a partir dessa expectativa, baseado na Escritura. Se a expectativa se cumpre, tem o povo da Bahia motivo de alegria; mas a morte do Arcebispo é ocasião de lágrimas – elas é que serão a matéria do sermão.

A organização do texto obedece às etapas da eloquência clássica. As partes do discurso ocupam posições pré-definidas e marcadas: o exórdio, introdução do discurso, estende-se do parágrafo 1º ao 3º, que o orador termina com estas palavras: “Apontarei pois as razões que o tempo presente nos oferece, e as palavras que tomei por tema nos descobrem, que, se me não engano, vêm mui acomodadas à presente ação.” É de observar-se que, pelas circunstâncias, por ser um sermão pregado nas exéquias de um Arcebispo, haveria o pregador, necessariamente, de referir-se à figura do morto; mas ele faz mais que isso, pois promete discorrer sobre “as razões que o tempo presente” lhe oferece – razões, evidentemente, relacionadas à morte do prelado; razões que determinaram a escolha da passagem bíblica a ser glosada no sermão.

Como vimos antes, o sermão fúnebre enquadra-se no gênero epidítico. Lausberg, nos seus *Elementos de retórica literária*, confirma que “O gênero epidítico, com as funções de louvor e de censura tem como caso paradigmático o discurso festivo, em honra de uma pessoa que deve ser celebrada (e, portanto, louvada), pronunciado por um orador, para isso mesmo contratado.”¹²³ Aristóteles, em sua *Arte retórica*, informa-nos que “os exórdios do gênero epidítico tiram-se do elogio ou da censura”¹²⁴ e Quintiliano, na obra intitulada *Instituições oratórias*, afirma que “no exórdio quase sempre está bem a moderação nas sentenças.”¹²⁵ Lausberg, na obra mencionada, caracteriza o exórdio como *transitio*: “o *exordium* também é uma *transitio*, uma *transitio* entre a situação e o centro do discurso.”¹²⁶

Pois bem, o exórdio do sermão do jesuíta Alexandre de Gusmão cumpre as funções preconizadas pelos grandes mestres da Retórica. A situação de que se parte é conhecida de todos: trata-se, todos o sabem, das exéquias do Arcebispo. Apesar disso, da total clareza da situação inicial, não deixa o orador de surpreender seus ouvintes: ele os surpreende pelas antonomásias que emprega e pelas consequências que delas tira. A antonomásia é uma figura de linguagem caracterizada pela substituição de um nome por uma expressão que

¹²² Cf. Nm. 35,25.

¹²³ LAUSBERG. *Elementos de retórica literária*, p.84.

¹²⁴ ARISTÓTELES. *Arte retórica*, p.231.

¹²⁵ QUINTILIANO. *Instituições oratórias*, p.171, v.1.

¹²⁶ LAUSBERG. *Elementos de retórica literária*, p.100.

lembra uma qualidade, característica ou facto que de alguma forma o identifique. É uma variante da metonímia, ou seja, a substituição de um nome por outro que esteja a ele relacionado, como uma de suas partes ou um de seus componentes. Esta substituição resulta comumente do patrimônio pessoal ou da profissão do indivíduo em causa, que devem ser conhecidos, ou pelo menos facilmente deduzíveis, pelo receptor de modo que a substituição seja compreendida e provoque o efeito desejado. A maioria das antonomásias são espontâneas, sendo geradas através de associações baseadas na atualidade – o que a aproxima do gênero epidítico, ele próprio voltado para questões atuais. A sua utilização poderá ter três motivos: ornamentar o texto, reforçar ideias, ou evitar repetições.

Gusmão utiliza, no exórdio, e ao longo do sermão, as seguintes antonomásias para designar o Arcebispo morto: “Prelado tão eloqüente” §1, “Pregador Real” §1, “Pregador de três Reis §1”, “João no nome§1”, “João no ofício§1”, “prelado de tantas prendas” §8, “um prelado tão afável” §8, “um prelado tão cortês” §8, “um prelado tão benigno” §8, “um prelado manso e humilde de coração” §8, “Mestre jubilado” §8, “Examinador das três Ordens Militares” §8, “Censor dos livros que se hão de imprimir” §8, “Guardião do Convento de Lisboa e Coimbra §8”, “Provincial da mesma Província” §8 e “Visitador Geral da Província do Algarves” §8. Em todos esses casos, toma o pregador, para designar D. João da Madre de Deus, as que ele chama de “qualidades naturais” do Arcebispo. As qualidades espirituais serão objeto de longas considerações, em seguida.

Por ora, examinaremos as antonomásias presentes no 1º parágrafo – portanto, no exórdio do sermão: elas são utilizadas para estabelecer um paralelo entre o Arcebispo morto e São João Batista. Diz ele de D. João: “Pregador Real, Pregador de três Reis”; e, pouco adiante, diz de S. João Batista: “Era João pregador Real, Pregador de El-Rei Herodes” – alcançando, assim, pela coincidência das antonomásias, a identificação dos dois pregadores. Do Arcebispo, diz que era “João no nome, e João no ofício”; e, de S. João Batista, diz que “Pregador de Deus, e voz de Cristo” – resultando, da arquitetura do discurso, que D. João da Madre de Deus era, ele próprio, “Pregador de Deus, e voz de Cristo”. Das antonomásias, o orador faz a igualdade das figuras: D. João da Madre de Deus era o equivalente atual do amigo de Cristo.

Na sequência, João Batista é apresentado como o maior amigo de Cristo: “O amigo de Cristo maior e mais antigo era João Batista.”¹²⁷ Cristo, porém, conforme a escritura sagrada, calou-se na morte de João Batista, possivelmente para chorar, no deserto, a morte

¹²⁷ Cf. GUSMÃO. *Sermão*, p.2 [fac-símile]; [nova edição, p. 87].

desse grande amigo.¹²⁸ Sobre isso, afirma o Padre Alexandre de Gusmão: “Por esta mesma razão dizia eu, fiéis, que, nas exéquias do nosso João, assim como falava melhor o silêncio que a voz, assim melhor declamavam as lágrimas que as palavras.”¹²⁹ Essa consideração é geradora de uma ‘questão’ que dará fechamento ao exórdio e que será refletida ao longo do sermão: “E, pois, que hemos de fazer? Hemos de calar ou hemos de chorar?”¹³⁰

Como se vê, a comparação não se restringe à igualdade dos nomes, mas se estende ao ofício de pregador real. João Batista foi pregador do Rei Herodes¹³¹ – essa igualdade terá conseqüências na organização do discurso. D. João da Madre de Deus foi “Pregador de três Reis”¹³², D. João IV, “O Restaurador”, (1640 – 1656); D. Afonso VI, “O Vitorioso”, (1656 – 1683); e D. Pedro II, “O Pacífico” (1683 – 1706).¹³³

Dessa igualdade, o padre Alexandre de Gusmão, vai tirar o seguinte dilema: calar ou falar na ocasião da morte de D. João da Madre de Deus? “E, pois, que hemos de fazer? Hemos de calar ou hemos de chorar?”¹³⁴ Esse ponto, a propriedade do calar ou do falar nas exéquias de D. João será retomado quando, no 28º parágrafo do sermão, o discurso estiver se encaminhando para o fim.

Quanto ao tipo, o exórdio da oração fúnebre em estudo pode ser classificado como um *exórdio moderado*¹³⁵, pois o tratamento que é dado, preliminarmente, ao elogiado não é excessivo (não há excesso, exagero ou desmedida, no louvor inicial); o exórdio mostra-se ameno (brando, razoável, suave).

No 4º parágrafo o orador inicia a discussão do conceito predicável. O religioso jesuíta assim faz a tradução do texto para os ouvintes:

Mandava Deus Nosso Senhor que o matador se recolhesse a uma daquelas Cidades de refúgio, e daí não saísse até a morte do Pontífice; porém, tanto que o Pontífice fosse morto, logo o matador se saísse fora da Cidade. Isto querem dizer as palavras que tomei por tema: *Remanebitque ibi homicida, donec Sacerdos magnus moriatur; postquam autem ille obierit, revertetur homicida in domum suam.*¹³⁶

¹²⁸ Cf. GUSMÃO. *Sermão*, p.2 [fac-símile]; [nova edição, p. 87].

¹²⁹ Cf. GUSMÃO. *Sermão*, p.2 [fac-símile]; [nova edição, p. 87].

¹³⁰ Cf. GUSMÃO. *Sermão*, p.2 [fac-símile]; [nova edição, p. 87].

¹³¹ Cf. GUSMÃO. *Sermão*, p.1 [fac-símile]; [nova edição, p. 86].

¹³² Cf. GUSMÃO. *Sermão*, p.1 [fac-símile]; [nova edição, p. 86].

¹³³ Cf. CONCEIÇÃO. *Primazia Seráfica na Região da América*, pp.208-213.

¹³⁴ Cf. GUSMÃO. *Sermão*, p.2 [fac-símile]; [nova edição, p. 87].

¹³⁵ Em contraposição aos sete tipos de Exórdios viciosos apresentados por Quintiliano (1949, v.1, p.175), a saber: *Vulgar*, isto é, o que se pode acomodar a muitas causas. *Comum*, do qual o adversário se pode servir. *Comutável*, que o adversário pode converter em utilidade sua. *Separado*, que não é coerente à causa. *Transferido*, isto é, tirado de outra coisa diferente daquela que convinha. *Longo*, bem comprido, de comprimento superior à média e o *contra as regras*, em posição contrária, divergente ou antagônica aos pressupostos definidores do que seja um exórdio de qualidade, segundo a tradição retórica.

¹³⁶ Cf. GUSMÃO. *Sermão*, p.2 [fac-símile]; [nova edição, p. 87].

O padre Alexandre de Gusmão apresentou, portanto, na Catedral da Bahia de Todos os Santos, um texto que falava de um matador que se recolhera a uma cidade. De acordo com o texto, o matador sairia da cidade somente em caso de morte do Pontífice. O religioso da Companhia de Jesus, na sequência, trouxe para o sermão, com engenho e agudeza, um problema vivido na atualidade pelo povo da Bahia: a epidemia de febre amarela, que vitimara o Arcebispo: “Entrou, Cristãos, nesta nossa Cidade da Bahia este matador, ou este mal, que nos mata; e, depois de haver morto em Pernambuco mais de setecentas pessoas, veio a esta terra, e nos tem morto já outras tantas, e não sabemos quantas ainda matará.”¹³⁷

O orador estabeleceu, desse modo, algumas concordâncias: o matador e o Pontífice das Sagradas Escrituras com a epidemia e o Arcebispo da Bahia seiscentista; essas concordâncias se configuram como o ponto sobre o qual se desdobrará a maior parte da argumentação a necessidade da morte de D. João da Madre de Deus é apresentada, já que a invocação dos poderosos São Sebastião, S. Gonçalo e São Francisco Xavier não havia afastado a peste da cidade. Conforme vimos, linhas acima, o texto bíblico prescrevia a morte do Pontífice como condição para que o matador deixasse a cidade. Com a apresentação do conceito predicável e a apresentação do argumento de que a morte do Arcebispo da Bahia era uma necessidade tem início o desenvolvimento do sermão.

Dessa suposição – de que a morte do Arcebispo era necessária à salvação do povo da Bahia – surge outro dilema, que alimenta o discurso: sobre quem havia de chorar o povo da Bahia? Chorar pelo prelado morto ou chorar por si mesmo, já que a morte do Arcebispo, ao tempo em que foram celebradas as exéquias, ainda não havia acabado com a peste? Mas antes ainda era necessário provar que o Arcebispo era digno do nome que trazia. Pelos “dotes da natureza”, o pregador o considerou “um engenho raro, Pregador de três Reis, Mestre jubilado, Examinador das três Ordens Militares, Censor dos livros que se hão de imprimir, Guardião do Convento de Lisboa, e Coimbra, Provincial da mesma Província e Visitador Geral da Província do Algarves”; mas era preciso mais: era preciso demonstrar que ele era merecedor do título que trazia pelos “dotes da graça”, o que acontecerá a partir do 8º parágrafo com a descrição de suas virtudes. Essa demonstração é relativamente longa, se estenderá do 8º ao 23º parágrafo, pois o pregador diz que discorrerá “brevemente por todas” as virtudes. Segue-se, com isso, a caracterização do prelado falecido, a celebração de suas virtudes. Cada virtude apresentada pelo apóstolo o orador a relacionará ao Arcebispo João, objetivando mostrar a

¹³⁷ Cf. GUSMÃO. *Sermão*, p.3 [fac-símile]; [nova edição, p. 88].

santidade do Arcebispo falecido e que sua morte justificava a esperança de que o matador, em razão dela, saísse da cidade.

A Bahia, por meio de sua população, já vinha adotando medidas para se livrar da epidemia, que foi identificada como peste, bem como implorando a seus padroeiros, como se depreende do 6º parágrafo:

Depois que este matador entrou na nossa Cidade, ou depois que começou este mal, que deprecações públicas e particulares se não têm feito a Deus e a seus Santos para que ele se vá? Fizeram-se Novenas diante do Santíssimo Sacramento, e da Virgem Santíssima; fizeram-se públicas procissões, tomaram-se por intercessores aqueles três santos e amigos de Deus – São Sebastião, Padroeiro da peste nos Reinos de Portugal; S. Gonçalo Português, de tantos milagres; São Francisco Xavier, a quem tantas Cidades têm tomado por Padroeiro da peste (...)¹³⁸

O 7º parágrafo volta ao tema dos padroeiros invocados pela população da Bahia. Ele os compara a Noé, Daniel e Jó, no que se refere à santidade e amizade com Deus. Apesar disso, e das outras medidas tomadas, descritas no parágrafo anterior, a epidemia não saiu da cidade. De acordo com a prescrição bíblica, presente no conceito predicável, era necessária a morte do Arcebispo para que a epidemia fosse embora.

No 8º parágrafo o orador se apropria de uma passagem da Escritura, em que São Paulo faz a caracterização de um bispo perfeito. Gusmão propõe-se a discorrer sobre cada uma das virtudes mencionadas pelo apóstolo, pois todas elas podiam ser encontradas na pessoa do Arcebispo D. João da Madre de Deus:

Vnius uxoris virum, sobrium, prudentem, ornatum, pudicum, hospitem, doctorem, non vinolentum, non percussorem, sed modestum; non litigiosum, non cupidum, sed domui suae bene praepositum, filios habentem subditos cum omni castitate. Discorrerei brevemente por todas.¹³⁹ [Tradução: “esposo de uma única mulher, sóbrio, cheio de bom senso, simples no vestir, hospitaleiro, competente no ensino, nem dado ao vinho, nem briguento, mas indulgente, pacífico, desinteressado. Que ele saiba governar bem a própria casa, mantendo os filhos na submissão, com toda dignidade.” – 1 Tm 3, 2-4].

A partir do 9º parágrafo, o padre Alexandre de Gusmão começa um outro movimento no sermão: a cada parágrafo o orador glosa uma das virtudes mencionadas por São Paulo, e as reconhecerá todas na vida e nas obras do arcebispo falecido. Ao todo são dez as virtudes arroladas pelo apóstolo: o pregador as aborda entre os parágrafos 9º e o 23º. Portanto, em treze parágrafos o jesuíta discorre sobre as seguintes virtudes: “fidelidade”, no

¹³⁸ Cf. GUSMÃO. *Sermão*, p.3 [fac-símile]; [nova edição, p. 88].

¹³⁹ Cf. GUSMÃO. *Sermão*, p. 5 [fac-símile]; [nova edição, p. 90].

§9 e no §10; “sobriedade”, no §11; “prudência”, no §12 e no §13; “mansidão”, no §14; “decoro”, no §15 e no §16; “conselho”, no §17; “caridade”, no §18; “modéstia”, no §19; “pacificidade”, no §20 e “desinteresse”, no §22 e no § 23. Deste modo, a argumentação é configurada, em sua primeira parte, até ao 23º parágrafo.

A argumentação, no 24º parágrafo, é reconfigurada em torno de um problema: “Porém se isto assim não é, Cristãos, se morto o nosso Pontífice ainda este matador não sair da Cidade, porque ainda o mal continua, temos fundamento para cuidar que ainda Deus não quer que saia, porque ainda as causas de ele entrar duram.”¹⁴⁰ O orador, nesse passo, alcança o problema das culpas do povo. Estas fazem com que a peste permaneça na cidade e que, dessa forma, Deus cumpra a sua “justa justiça”.¹⁴¹

Outro momento importante da argumentação pode ser percebido do 25º ao 27º parágrafo. Neste momento o jesuíta apresenta duas possíveis razões para as lágrimas daquela ocasião: ‘chorar sobre si’ e ‘chorar sobre o morto’ – “Por uma e outra causa dizia eu que tínhamos muita razão de chorar; mas com esta distinção: que, pela primeira causa, temos razão de chorar sobre ele, e não sobre nós; pela segunda causa, temos razão de chorar sobre nós, e não sobre ele.”¹⁴² Chorar sobre o Arcebispo, pois foi necessária sua morte a fim de que a epidemia possivelmente deixasse a cidade. Chorar sobre si, pois a epidemia não deixou a cidade, como era de se esperar segundo a prescrição bíblica.

A argumentação no 28º parágrafo trata da razão particular dos jesuítas: o amor que o arcebispo tinha para com a Companhia de Jesus “Nós, os da Companhia de Jesus, eternamente confessaremos este amor.”¹⁴³ A razão apresentada pelo padre Alexandre, o amor concretizado na amizade de D. João da madre de Deus, se converte em um motivo para calar

Pois quanta razão temos os da companhia de sentimento? Eis aqui as razões, porque eu disse, no princípio, que nas exéquias do Ilustríssimo Senhor Dom João da Madre de Deus, primeiro e digníssimo Arcebispo desta Diocese, melhor falava o silêncio que a voz, melhor declamavam as lágrimas que as palavras.¹⁴⁴

Na passagem acima o orador retoma a igualdade D. João da Madre de Deus = São João Batista; essa igualdade foi estabelecida no início do discurso. Em linhas gerais, um

¹⁴⁰ Cf. GUSMÃO. *Sermão*, p.12 [fac-símile]; [nova edição, p. 98].

¹⁴¹ Cf. GUSMÃO. *Sermão*, p.12 [fac-símile]; [nova edição, p. 99].

¹⁴² Cf. GUSMÃO. *Sermão*, p.13 [fac-símile]; [nova edição, p. 99].

¹⁴³ Cf. GUSMÃO. *Sermão*, p. 15 [fac-símile]; [nova edição, p. 100].

¹⁴⁴ Cf. GUSMÃO. *Sermão*, p.16 [fac-símile]; [nova edição, p. 101].

possível motivo de se calar nas exéquias do prelado falecido é fundamentado no fato de Cristo ter-se calado quando da morte de João Batista.

Das “razões de sentimento”, ele passa às “razões de alívio”. Existem dois objetos de argumentação nessa fase, quais sejam, duas razões de alívio que advêm da morte do arcebispo; essa fase encontra-se no 29º e 30º parágrafos. A primeira razão de alívio está na morte do arcebispo “A sua glória pertence à consideração da morte, que teve tão santa e tão conforme com a vontade de Deus.”¹⁴⁵ A segunda razão pertence ao proveito dos vivos “A nosso proveito pertence a consideração de que morto o nosso Arcebispo nos alcançará de Deus outro de seu mesmo espírito e de sua mesma condição.”¹⁴⁶

Terminada a argumentação, com a exposição das razões de sentimento e das razões de alívio, o orador inicia um novo movimento no sermão, o da transição [*transitio*] para a peroração – esse movimento encontra-se configurado entre o 31º e o 34º parágrafos. Lausberg ensina que “depois de uma *digressio*, a *transitio* toma a forma de um <regresso ao assunto> (*reditus ad rem*).”¹⁴⁷ A *transitio* pode ser subdividida em dois momentos; no texto do sermão. No primeiro momento, parágrafos 31 e 32, a *transitio* se mostra como um retorno à situação inicial do discurso – a cerimônia de homenagem ao morto “falta lembrar a todos os obséquios devidos à alma do nosso Pontífice, o respeito a seu cadáver, as honras a suas cinzas.”¹⁴⁸

O padre Alexandre de Gusmão reinicia o louvor ao Arcebispo morto e ao utilizar o recurso linguístico da primeira pessoa gramatical coloca nela o próprio auditório católico – como se depreende da leitura do seguinte passo do sermão: “Não é, logo, demasiada, antes bem merecida, toda a honra, toda a adoração que dermos às cinzas do nosso Pontífice, não só por Pontífice, mas por Pontífice nosso, tão benévolo, tão afável e tão benemérito.”¹⁴⁹ Isso é interessante, pois orador e auditório tornam-se parceiros, ainda que idealmente, na homenagem a D. João da Madre de Deus (outro ator no jogo comunicacional).

Na sequência dos parágrafos 33 e 34, segundo momento da *transitio*, faz-se o elogio do Cabido Sede vacante. Este, logo após a morte de D. João, confirmou todas as disposições, todas as determinações deixadas pelo religioso falecido; mesmo tendo autoridade para anulá-las “Aí esteve o excesso de cortesia do nosso muito R. Cabido, que, tendo poder

¹⁴⁵ Cf. GUSMÃO. *Sermão*, p.16 [fac-símile]; [nova edição, p. 101].

¹⁴⁶ Cf. GUSMÃO. *Sermão*, p.16 [fac-símile]; [nova edição, p. 102].

¹⁴⁷ LAUSBERG. *Elementos de retórica literária*, p.100.

¹⁴⁸ Cf. GUSMÃO. *Sermão*, p.17 [fac-símile]; [nova edição, p. 102].

¹⁴⁹ Cf. GUSMÃO. *Sermão*, p.18 [fac-símile]; [nova edição, p. 103].

para desfazer todas as disposições que o Pontífice morto fizera em vida, quis estar por todas, só porque assim o havia mandado um Prelado tão Religioso e tão servo de Deus.”¹⁵⁰

Por fim, encaminha-se o discurso para a peroração. A peroração – parte final do discurso – compõe-se, em geral, pela recapitulação, a amplificação e a comoção do auditório. A recapitulação traz à memória dos ouvintes os principais argumentos defendidos. A amplificação enfatiza, realça e evidencia uma ideia, intensificando-a. A comoção se faz com o apelo ético e patético, tendo como fim a *captatio benevolentiae* dos ouvintes, ou seja, torná-los favoráveis à causa defendida. Nesse sentido, o fim da peroração é o *comouēre* (comover) e o *mouēre* (mover), isto é, emocionar e mover o ânimo dos ouvintes.

O epílogo do sermão que foi pregado pelo padre Alexandre de Gusmão encontra-se no 35º parágrafo. O orador dá um tratamento formal diferenciado ao fechamento do discurso. Normalmente, no gênero sermão, os oradores sagrados por obediência a um código retórico-poético comum, o clássico, concluem o discurso dirigindo-se ao auditório. Padre Alexandre de Gusmão, porém, finaliza o discurso voltando-se à alma de D. João e, aparentemente, não aos vivos: “E vós, ó alma ditosa, se estais já em lugar de paz, como esperamos, na Misericórdia divina, como nos promete vida tão Religiosa, como nos assegura tão santa morte...”.

Pode-se considerar esse procedimento como uma passagem ao “registro dramático” na peroração. O orador (ator) utiliza uma prosopopéia – qual seja, a de o arcebispo morto (outro ator) poder ‘ouvir’, ‘compadecer-se’ e ‘advogar’ a causa da população da Bahia com sua intercessão pelo fim da epidemia e por um novo pontífice “manso e humilde de coração”; como ele próprio o fora. Ressalte-se novamente a presença do auditório católico na primeira pessoa do plural.

Usamos acima a expressão “aparentemente”, pois o fato de o orador se dirigir à alma do arcebispo, e não ao auditório, nos parece um artifício retórico. O elogio ao morto, no limite, é dirigido aos vivos como forma de doutrinação religiosa. O prelado católico morreu, mas outro prelado virá. O povo, portanto, não deveria se desesperar por causa da epidemia e nem abandonar a Igreja que sempre lhes daria outros pontífices, outros santos. Somente na comunhão do corpo místico de Cristo, que é a Igreja Católica, o povo encontraria a salvação.¹⁵¹ Era a partir da morte de um pontífice católico que, idealmente, a epidemia deixaria a cidade.

¹⁵⁰ Cf. GUSMÃO. *Sermão*, p.19 [fac-símile]; [nova edição, p. 104].

¹⁵¹ Essa é a tese de Santo Atanásio no século IV. Cf. ADAM. *A essência do catolicismo*, pp.155-170.

Embora brevemente, pode-se perceber na peroração do sermão certa *recapitulação* – a partir da insistência do orador em retomar alguns termos referentes às principais qualidades do Arcebispo falecido “vida tão Religiosa”, “tão santa morte”, “manso e humilde de coração”, “semelhante a Cristo”. Há também uma possível *amplificação* – pois existe uma ideia que é retomada e *evidenciada*: a segunda razão de alívio surgida da morte do Arcebispo; que foi assim expressa no parágrafo 30 “A nosso proveito pertence a consideração de que morto o nosso Arcebispo nos alcançará de Deus outro de seu mesmo espírito e de sua mesma condição.”¹⁵² Essa ideia é evidenciada na peroração nos seguintes termos

Sobretudo vos pedimos que nos alcanceis de Deus um Pontífice manso e humilde de coração como vós, porque este é o Pontífice mais semelhante a Cristo, que é a regra de toda a perfeição, o qual nos encaminhe pelos caminhos da graça, para os prados da glória, *ad quam nos perducat, etc.*¹⁵³

De modo mais sutil, na peroração, sugere-se a presença da *captatio benevolentiae*; de maneira indireta. O orador ao evocar a intercessão de D. João “... nos livre destas enfermidades que nos matam...” possivelmente procura representar na imaginação do auditório católico a confiança na intercessão dos santos junto a Deus. Portanto, o orador deixa uma mensagem de esperança no lugar da realidade do medo – este, concretizado no temor da epidemia. Neste sentido, os ânimos dos ouvintes são movidos do medo à esperança e da esperança à fé na divina providência.

¹⁵² Cf. GUSMÃO. *Sermão*, p.16 [fac-símile]; [nova edição, p. 102].

¹⁵³ Cf. GUSMÃO. *Sermão*, p.19 [fac-símile]; [nova edição, p. 105].

CAPÍTULO VI

A interpretação figural.

O sermão pregado pelo padre Alexandre de Gusmão é estruturado em torno da interpretação figural. Auerbach, em um dos seus mais célebres ensaios, define figura como “algo real e histórico que anuncia alguma outra coisa que também é real e histórica. A relação entre os dois eventos é revelada por um acordo ou similaridade.”¹⁵⁴ A interpretação figural, ainda de acordo com o ensaísta, foi de grande uso prático para as missões do século IV e seguintes. Além disso, foi constantemente empregada em sermões e, sobretudo, na instrução religiosa.¹⁵⁵

Trata-se, portanto, de um método exegético de compreensão do texto sagrado por meio da comparação entre dois ou mais termos; tais termos se configuram como realidades a serem aproximadas: acontecimentos ou pessoas. Em linhas gerais o primeiro termo não significa apenas a si mesmo, não reflete apenas a si mesmo, mas antecipa o segundo, ao passo que o segundo termo dá preenchimento ao primeiro.

Este modo de leitura religiosa lança suas raízes mais profundas nas Sagradas Escrituras. Em certo sentido, tal procedimento de inteligência dos textos sagrados – que poderíamos chamar de hermenêutico – encontrou sua legitimação nas seguintes passagens bíblicas: “estas coisas lhes aconteciam como figuras”¹⁵⁶ e “Disse-vos essas coisas por figuras. Chega a hora em que já não vos falarei em figuras, mas claramente vos falarei do Pai.”¹⁵⁷

Tais passagens propiciaram ao magistério eclesiástico a construção de um método de leitura, ou interpretação, que culminou em uma série de releituras de eventos e pessoas do chamado *antigo testamento*. Este, desse modo, foi percebido como uma antecipação do *novo testamento*. Estabeleceu-se, portanto, um sistema de correspondências entre o ‘antigo testamento’ e o ‘novo testamento.’

Ainda de acordo com Auerbach, o significado de *figura* no cristianismo pode ser encontrado pela primeira vez em Tertuliano¹⁵⁸, de modo especial, no texto *Adversus Marcionem* em que fundamenta historicamente uma *correlação-aproximação* entre a pessoa de Josué e a de Jesus Cristo. Josué é descrito como *figura Christi*. Vejamos como Tertuliano expressa essa concepção teológica:

¹⁵⁴ AUERBACH. *Figura*, p.27.

¹⁵⁵ Cf. AUERBACH. *Figura*, p.38.

¹⁵⁶ Cf. primeira carta de São Paulo aos Coríntios capítulo 10 e versículo 6 – no aparato crítico da Bíblia de Jerusalém (2003, p.2004) encontra-se o seguinte comentário a essa passagem “... ‘servir de tipos’, tipos que Deus suscitou para figurar de antemão as realidades espirituais da era messiânica.”

¹⁵⁷ Cf. Evangelho de Jesus Cristo segundo São João capítulo 16 e versículo 25.

¹⁵⁸ **Tertuliano**, o mais importante e original dos escritores latinos, tirando Agostinho de Hipona, nasceu por volta de 155, em Cartago, filho de pagãos. Formou-se como jurista e exerceu advocacia em Roma. Converteu-se ao Cristianismo por 193, e estabeleceu-se em Cartago, pondo a sua erudição ao serviço da fé. A partir de 207 passou ao montanismo, e permaneceu separado da Igreja até à morte, ocorrida por volta de 222. Cf. CAMPENHAUSE, H.V. *Os Pais da Igreja*. Rio de Janeiro: CPAD, 2005.

E pela primeira vez ele é chamado Jesus (...) esta, observamos em primeiro lugar, foi a imagem das coisas que viriam a acontecer, pois Jesus Cristo ia introduzir um segundo povo, que somos nós, nascidos nos desertos deste mundo, na terra prometida, da qual emanam o mel e o leite, isto é, na posse da vida eterna, da qual nada existe de mais doce; e isto tinha de acontecer não por meio da lei de Moisés, isto é, por meio da disciplina da lei, mas por meio de Jesus, isto é, por meio da graça do evangelho, nossa circuncisão sendo realizada por uma faca de pedra, isto é, depois de termos sido circuncidados por uma pedra de cortar, isto é, segundo os preceitos de Cristo, pois Cristo é a pedra. Por isso, este homem, que era preparado como imagem deste sacramento, foi consagrado em figura com o nome do Senhor e, assim, chamado Jesus.¹⁵⁹

Destarte, do excerto acima, pode-se chegar, por meio da associação dos nomes de Josué¹⁶⁰ e Jesus¹⁶¹, ao principal caráter da profecia fenomenal dos chamados *Padres da Igreja*, ou seja, o caráter de *antecipação* ou *prefiguração*, presentes nesse tipo de leitura da realidade histórica. Não se trata de uma simples comparação de nomes, mas sim de um conúbio coerente dos destinos e eventos que se aproximam e se fundem de tal maneira que o segundo evento preenche os requisitos do primeiro.

O reconhecimento da figura dá-se quando do seu preenchimento. O preenchimento, conforme Auerbach, é constantemente designado *veritas*, e a figura é compreendida como *umbra* ou *imago*, porém sombra e verdade são abstrações em relação ao significado oculto a ser posteriormente revelado. Fato digno de nota é o da permanência da historicidade tanto do sujeito quanto do evento na interpretação figural. As antecipações de outro sujeito e/ou fato histórico também permanecem por assim dizer históricos, concretos, após o preenchimento figural.

Para um melhor esclarecimento do que seja figura e para que possamos passar, com mais segurança, ao estudo dela no sermão pregado pelo religioso jesuíta Alexandre de Gusmão, são necessárias, ainda, mais algumas exemplificações. Santo Agostinho, um dos principais expoentes das chamadas teologia e filosofia *Patrística* – estabelecida pelos Santos Padres da Igreja nos primeiros cinco séculos da era cristã, caracterizada pelo combate à descrença e a outras religiões por meio de uma defesa intelectual e racional da nova religião,

¹⁵⁹ Tertuliano apud Auerbach. *Figura*, p.27.

¹⁶⁰ **Josué** (ou **Joshua**, do hebraico **יְהוֹשֻׁעַ**, *Yeho shua* ou *Ye shua*, significa "YHVH Salva" ou "YHVH é Salvação", *Iesous* na transliteração para o grego, e na forma latina, Jesus), de acordo com a tradição judaico-cristã, é o nome do líder de Israel, sucessor do profeta de Moisés. (Cf. KARRIS.J.R;BERGANT.D. *Comentário Bíblico*, p.217.

¹⁶¹ **Jesus** vem do hebraico **יֵשׁוּעַ** (*Yeshua*), que significa "Javé (YHVH) salva". Foi também descrito por seus seguidores como *Messias* (do hebraico **מָשִׁיחַ** (*mashíach*, que significa *ungido* e, por extensão, *escolhido*), cuja tradução para o grego, **Χριστός** (*Christós*), é a origem da forma portuguesa **Cristo**. Cf. FERREIRA. J.F. *Conceição virginal de Jesus*, p.60.

usando para isso argumentações e conceitos provenientes, sobretudo, do platonismo e do aristotelismo —, foi um dos primeiros teólogos do cristianismo a adotar a interpretação figural, segundo Auerbach.

Auerbach apresenta uma sequência interessante de interpretações figurais desenvolvidas por Santo Agostinho. Estas interpretações servirão para um melhor, e último esclarecimento, do conceito de figura:

Agostinho adotou explicitamente a interpretação figural do Velho Testamento e recomendou enfaticamente seu emprego em sermões e missões (por exemplo, *De catechizandis rudibus*, III, 6), desenvolvendo esse método. Todo o seu repertório de interpretações chegou até nós através de sua obra: a arca de Noé é *praefiguratio ecclesiae* [a prefiguração da Igreja] (*De civitate Dei*, 15,27); de várias maneiras diferentes, Moisés é *figura Christi* (por exemplo, *De civitate Dei*, 10,8, ou 18,11); o *sacerdotium* de Aarão é *umbra et figura aeterni sacerdotii* [a sombra e o simulacro do eterno sacerdote] (ibid., 17,6); Hagar, a escrava, é uma figura do Velho Testamento, da *terrena Jerusalém*, e Sara, do Novo Testamento, da *superna Jerusalem civitas Dei* [a celestial Jerusalém, cidade de Deus] (ibid., 16,31;17,3; *Expos. ad Gálatas*, 40); Jacó e Esaú *figuram praebuerunt duorum populorum in Christianis et Iudeis* [prefiguram dois povos, os judeus e os cristãos] (*De civitate Dei*, 16,42); o rei da Judéia (*Christi*) *figuram prophetica unctione gestabant* (ibid., 17,4) [por meio da unção profética traziam a si a prefiguração do Cristo]. Estes são apenas alguns exemplos; todo o Velho Testamento, ou pelo menos seus personagens e acontecimentos mais importantes, é interpretado figuralmente; até mesmo onde significados concretos são encontrados, como por exemplo na oração de Ana (I Samuel 2:1-10), em *De civitate Dei* 17,4, a interpretação não é apenas alegórica mas também figural; o canto de graças de Ana pelo nascimento de seu filho Samuel é explicado como uma figura para a transformação do antigo reino terrestre e do antigo sacerdócio no novo reino celeste e no novo sacerdócio; ela própria transforma-se em *Figura ecclesiae*.¹⁶²

Portanto, a interpretação figural estabelece uma conexão entre dois acontecimentos ou duas pessoas.¹⁶³ Diante do que foi exposto até aqui e estabelecidos os limites e alcances teóricos dessa modalidade interpretativa, passemos, pois, ao estudo desse procedimento hermenêutico no texto de Gusmão.

Esse religioso, ao final do exórdio da oração fúnebre, afirma: “Apontarei pois as razões que o tempo presente nos oferece, e as palavras que tomei por tema nos descobrem, que, se me não engano, vêm mui acomodadas à presente ação.”¹⁶⁴ A situação calamitosa da cidade da Bahia do século XVII, com a ocorrência da febre amarela – o “tempo presente”, de

¹⁶² AUERBACH. *Figura*, p.34.

¹⁶³ Cf. AUERBACH. *Figura*, p.46.

¹⁶⁴ Cf. Gusmão. *Sermão*, p.2 [fac-símile]; [nova edição, p. 87].

Gusmão – servirá ao orador para compor seu sermão à luz da interpretação figural. A realidade histórico-bíblica da reclusão dos homicidas em uma cidade de refúgio¹⁶⁵ é interpretada por Gusmão como um evento que prefigura o momento histórico vivido na Bahia do século XVII; o da ocorrência da primeira epidemia de febre amarela no Brasil.

O homicida retratado nos livros da lei judaica, *Números* e *Deuteronômio*, é identificado pelo padre da Companhia de Jesus como a “peste” que entrou na cidade da Bahia seiscentista. Se o homicida é aquele que mata alguém, o homicida é um matador. Por analogia, se a peste é aquela que tem ceifado muitas vidas, a peste também pode ser interpretada como uma espécie de matador, aquele, ou aquilo, que mata. Essas premissas são passíveis de inferência no seguinte excerto do sermão:

Despois que esse matador entrou na nossa cidade, ou despois que começou este mal, que deprecações públicas e particulares se não têm feito a Deus e a seus santos para que ele se vá? Fizeram-se novenas diante do Santíssimo Sacramento, e da Virgem Santíssima, fizeram-se públicas procissões [...] e contudo não saiu da cidade este matador, porque ainda foi continuando este mal.¹⁶⁶

A Bahia é apresentada, pelo sermonista, como a cidade de refúgio, que dá preenchimento à figura bíblica. O paralelismo é bem objetivo. Na Sagrada Escritura as cidades de refúgio serviam ao exílio do assassino, ou seja, do homicida. No contexto situacional baiano do século XVII a Bahia abriga o matador, o assassino, enfim, a epidemia – *peste-homicida*.

Em sentido amplo, o conceito predicável pode ser entendido como a figura principal do texto sermonístico de Gusmão. São estabelecidas pelo pregador, nessa figura, três concordâncias fundamentais para o desenvolvimento e necessárias à compreensão do sermão. Primeira concordância, o homicida bíblico é compreendido como a peste. Segunda, a cidade da Bahia é compreendida como a cidade de refúgio, em que se refugia o matador. Terceira, a imagem do sumo pontífice bíblico – cuja morte é condição necessária para que o homicida vá embora – é reconhecida como sendo uma prefiguração da pessoa do Arcebispo D. João da Madre de Deus.

Uma segunda figura muito importante no sermão e, portanto, fundamental, para a compreensão da oração fúnebre de Gusmão pode ser percebida a partir da carta do apóstolo Paulo ao seu discípulo e amigo Timóteo; no capítulo terceiro. O texto narra as qualidades, as

¹⁶⁵ Cf. Nm. 35; Dt. 19; Js. 20.

¹⁶⁶ Cf. GUSMÃO, *Sermão*, p. 3 [fac-símile]; [nova edição, p. 88].

virtudes de um bispo perfeito: “esposo de uma única mulher, sóbrio, cheio de bom senso, simples no vestir, hospitaleiro, competente no ensino, nem dado ao vinho, nem briguento, mas indulgente, pacífico, desinteressado. Que ele saiba governar bem a própria casa, mantendo os filhos na submissão, com toda dignidade.”¹⁶⁷ O orador jesuíta estabelecerá um paralelismo entre as virtudes descritas pelo apóstolo Paulo e as virtudes de D. João: “achareis nele em algum grau todas aquelas virtudes que o Apóstolo desejava em um Bispo perfeito.”¹⁶⁸

Em seguida, o orador estabelece seu louvor ao falecido a partir de uma caracterização retórica das virtudes de um bispo perfeito. Essas virtudes serão associadas ao Arcebispo morto mais detalhadamente do 9º ao 23º parágrafos. Esta figura sugere, em certo sentido, a aproximação texto bíblico (das virtudes descritas) e texto vivido (das virtudes vividas por D. João da Madre de Deus). Em outras palavras: o apóstolo Paulo descreveu uma série de virtudes de um bispo perfeito (situação histórica passada) e o padre Alexandre de Gusmão discorre sobre elas como preenchidas no Arcebispo D. João (situação histórica presente; do “tempo presente”, no dizer do jesuíta).

Constrói-se, então, em forma de glosa, uma imagem positiva do finado. Todas as disposições interiores do religioso falecido que o levava – quando do exercício de seu ministério apostólico – à prática do bem são apresentadas em sua totalidade, ao longo de quatorze parágrafos, como forma de legitimação às lágrimas, matéria do sermão, de todos os que estavam “justamente magoados”¹⁶⁹ com a perda de “tão bom prelado.”¹⁷⁰

No texto do sermão existem, ainda, seis figuras que podem ser classificadas como secundárias. Seguem-se abaixo tais figuras. A primeira está na construção da identidade do Arcebispo D. João da Madre de Deus. Este é comparado ao profeta João Batista, no parágrafo 1 do sermão, por meio da relação das qualidades de ambos. Tanto o primeiro quanto o segundo foram amigos de Cristo. Tanto um quanto outro foram pregadores reais – João foi pregador de Herodes e D. João foi pregador dos reis D. João IV, “O Restaurador”, (1640 – 1656); D. Afonso VI, “O Vitorioso”, (1656 – 1683); e D. Pedro II, “O Pacífico” (1683 – 1706).¹⁷¹

A segunda figura encontra-se no parágrafo 24 do sermão. O argumento da figura é: onde as culpas são as mesmas os castigos são os mesmos. Padre Alexandre de Gusmão

¹⁶⁷ Cf. 1º Tm. 3,2-4.

¹⁶⁸ Cf. GUSMÃO. *Sermão*, p. 5 [fac-símile]; [nova edição, p. 90].

¹⁶⁹ Cf. GUSMÃO. *Sermão*, p. 1 [fac-símile]; [nova edição, p. 86].

¹⁷⁰ Cf. GUSMÃO. *Sermão*, p.1 [fac-símile]; [nova edição, p. 86].

¹⁷¹ Cf. CONCEIÇÃO. *Primazia Seráfica na Região da América*, pp.208-213

recupera uma cena bíblica do novo testamento e a correlaciona com a situação da Bahia. Vejamos o texto, segundo Gusmão:

No tempo em que os fiéis vendiam suas herdades e punham o preço delas aos pés dos Apóstolos, Ananias, vendendo certo campo, reservou para si certa quantidade e o restante pôs aos pés de São Pedro. Perguntou-lhe o Apóstolo por quanto vendera o campo. Mentiu ele no preço e, por este pecado, ficou logo ali morto de repente. Veio daí a pouco sua mulher Safira, fez-lhe S. Pedro a mesma pergunta, e respondeu ela com a mesma mentira; então deu S. Pedro contra ela esta terrível sentença: *Ecce pedes eorum, qui sepelierunt virum tuum ad ostium, et efferent te;*¹⁷² aí estão já à porta os que levaram a enterrar teu marido, esperando por ti, para te levarem à sepultura; e foi assim.¹⁷³

O preenchimento dessa figura, de acordo com o jesuíta, está na semelhança das situações vividas por Pernambuco e pela Bahia – ambas devastadas pela peste:

Se as culpas da Bahia são as mesmas que as de Pernambuco, por que não temeremos nós que sejam os castigos os mesmos? Pernambuco, morto o seu Pontífice, ainda é castigado, porque ainda o mal continuou a matar; a Bahia, morto o seu Pontífice, como não temerá o mesmo castigo, como não temerá também que o mal continue.¹⁷⁴

A conclusão a que chegou o padre Alexandre é a seguinte: Ananias pecou e foi castigado por causa de sua culpa. Safira pecou o mesmo pecado. Logo, Safira deveria ser castigada com o mesmo castigo. Os de Pernambuco pecaram e veio o castigo. Os da Bahia pecaram e também veio o castigo. O Pontífice de Pernambuco morreu e a peste continuou. O Pontífice da Bahia morreu e a peste também continuou. Continuou porque mesmas foram as culpas e mesmos deveriam ser os castigos.

A terceira figura encontra-se no parágrafo 26 do sermão. O orador reconstrói a situação da morte do sacerdote Arão. Este havia sido muito justo e santo, porém pecou, ainda que levemente, contra Deus. Por causa da culpa morreu. O povo então chorava muito sobre Arão, pois, segundo Gusmão, diziam: “Ele [Arão] só venialmente pecou, e nós gravissimamente pecamos; e, contudo, Deus mata a ele, e não a nós! A ele por pouco, e não a nós por muito! Oh quanta razão temos de chorar sobre ele, *flevit super eo?*”¹⁷⁵

O preenchimento da figura acima está justamente marcado pela aproximação da identidade do sacerdote Arão à do sacerdote D. João da Madre de Deus. Gusmão também os aproxima enquanto pecadores, mas pondera que suas culpas, as de Arão e as de D. João, eram

¹⁷² “Eis à porta os pés dos que sepultaram teu marido; eles levarão também a ti” – At. 5,9.

¹⁷³ GUSMÃO. *Sermão*, p. 12 [fac-símile]; [nova edição, p. 98].

¹⁷⁴ GUSMÃO. *Sermão*, p.13 [fac-símile]; [nova edição, p. 99].

¹⁷⁵ Cf. GUSMÃO. *Sermão*, p. 14 [fac-símile]; [nova edição, p. 100].

menores do que as do povo.¹⁷⁶ O povo bíblico, portanto, chorava de modo justo sobre Arão. Da mesma forma o povo da Bahia seiscentista chorava sobre D. João da Madre de Deus – chorava com justiça à memória do Arcebispo.

A quarta figura encontra-se no parágrafo 27 do sermão. Padre Alexandre recupera a cena bíblica das mulheres que seguiam lastimosamente a Cristo até ao Calvário para sua crucificação. Em determinado momento da narrativa, Cristo diz: *Filiae Hyerusalem nolite flere super me, sed super vos ipsas flete, et super filios vestros.*¹⁷⁷ De acordo com o orador, Cristo dizia isto porque percebia que mesmo com sua morte o castigo ficaria sobre aquelas mulheres e aquele povo que o acompanhava para o monte calvário.¹⁷⁸

O orador estabelece, idealmente, um possível paralelismo entre a fala de Cristo às mulheres e a de D. João ao povo da Bahia: “Se, morto o nosso Pontífice, ainda o castigo fica sobre nós, razão temos de chorar sobre nós, e não sobre ele, e com a mesma razão que Cristo às filhas de Jerusalém, nos poderia dizer a nós o nosso Pontífice, *nolite flere super me, sed super vos flete.*”¹⁷⁹

A quinta figura se encontra no parágrafo 30 do sermão. Esse parágrafo se refere à aproximação das identidades do sacerdote bíblico Arão e a do prelado falecido D. João da Madre de Deus.¹⁸⁰ A figura se desdobra em dois momentos. Primeiro, o orador sagrado interpreta a seguinte passagem da escritura: *Cumque spoliaveris Aaron vestibus suis, indues Eliazarum*¹⁸¹ [“ Moisés despiu a Arão das suas vestes e as vestiu em Eleazar”]. A interpretação é de caráter figural, pois as vestes de Arão foram repassadas ao sacerdote que o sucederia e, de modo semelhante, as vestes de D. João da Madre de Deus foram repassadas em proveito do futuro Arcebispo que o sucederia.

O segundo momento dessa figura está marcado pela situação da morte de ambos os religiosos, Arão e D. João. Da mesma forma que o primeiro merecia da parte do povo toda a adoração e respeito, segundo Gusmão¹⁸², da mesma maneira o segundo não poderia deixar de ser homenageado com a mesma intensidade do que Arão, pois foi tão santo quanto o sacerdote bíblico.

A sexta figura pode ser percebida no parágrafo 33 do sermão. Nesse momento do discurso, Alexandre de Gusmão interpreta de modo figural a seguinte passagem bíblica: “Ele

¹⁷⁶ Cf. GUSMÃO. *Sermão*, p. 14 [fac-símile]; [nova edição, p. 100].

¹⁷⁷ “Filhas de Jerusalém não choreis por mim; chorai por vós mesmas e por vossos filhos” – Lc. 23,28

¹⁷⁸ Cf. GUSMÃO. *Sermão*, p. 15 [fac-símile]; [nova edição, p. 100].

¹⁷⁹ Cf. GUSMÃO. *Sermão*, p. 15 [fac-símile]; [nova edição, p. 100].

¹⁸⁰ Cf. GUSMÃO. *Sermão*, p. 16-17 [fac-símile]; [nova edição, p. 102].

¹⁸¹ Cf. Nm. 20,28.

¹⁸² Cf. GUSMÃO. *Sermão*, p. 17 [fac-símile]; [nova edição, p. 103].

[Salomão] estabeleceu, segundo a disposição de Davi, seu pai, as classes dos sacerdotes em seu serviço, os levitas em sua função para louvar e officiar junto dos sacerdotes segundo o ritual cotidiano.”¹⁸³ Salomão não alterou as ordens do rei falecido. Gusmão entende que o Cabido Sede vacante agiu da mesma forma para com as disposições do arcebispo falecido D. João da Madre de Deus ao não alterar as suas disposições, as suas ordens dadas antes de ser vitimado pela peste. Estas são as coordenadas gerais da elaboração da interpretação figural desenvolvida pelo Padre Alexandre de Gusmão em sua oração fúnebre.

¹⁸³ Cf. 2º Cr. 8,14.

CAPÍTULO VII

Observações estilísticas.

Estilo es todo que individualiza a un ente literário; a una obra, a una época, a una literatura.

Dámaso Alonso¹⁸⁴

A indagação de caráter estilístico fundamenta-se, segundo Dámaso Alonso,¹⁸⁵ na intuição que a orienta. É a intuição que obriga a escolher, como típicos, certos processos de determinado autor, sua expressividade. Desta escolha e do estudo dos elementos assim isolados, selecionados, tomados em perspectiva, resultará uma aproximação do mistério da criação literária, e podem-se explicar alguns aspectos de sua gênese.

O estudo a ser empreendido, neste momento da pesquisa, busca lançar luz sobre alguns traços recorrentes na prosa do jesuíta Alexandre de Gusmão em sua oração fúnebre. Buscaremos apontar tais traços e exemplificá-los com algumas passagens do texto do sermão. Para tanto, seguiremos a proposta metodológica de Maria de Lourdes Belchior Pontes¹⁸⁶ ao estudar o estilo de frei Antônio das Chagas, qual seja, a de analisar o conjunto de certas características estilísticas frequentes no texto e exemplificá-las.

Feita essa consideração, passemos a um importante apontamento feito pelo crítico Hélio Lopes em seu livro *Letras de Minas e outros ensaios*. Lopes faz o seguinte comentário à linguagem literária do padre Alexandre de Gusmão, de modo especial à mensagem construída pelo religioso jesuíta no sermão pregado na Catedral da Bahia de Todos os Santos no ano de 1686:

Também entre os jesuítas vamos encontrar quem se opusesse aos excessos da linguagem barroca na pregação. O maior opositor de Vieira no Brasil, terá sido o padre Alexandre de Gusmão (1629-1724), autor de uma novela *História do Predestinado Peregrino e Seu Irmão Precito* (Lisboa, 1682), inspiradora no século XVIII de *O Peregrino de América*, de Nuno Marques Pereira. De Alexandre de Gusmão se publicou [...] a oração fúnebre pronunciada nas exéquias do primeiro Arcebispo da Bahia. Lendo-o, sentimos não estar diante de um homem feito para os grandes arrebatamentos da tribuna sagrada. [...]. Mas a peça [o seu sermão] revela o homem ponderado, sensato, senhor de seus domínios. Não deslustra o púlpito com falsos brilhos e não engana a morte com louvores desabusados.¹⁸⁷

Neste panegírico o orador sagrado discorre sobre os méritos e virtudes do primeiro Arcebispo da Bahia, D. João da Madre de Deus. O estilo do discurso é de caráter solene. O

¹⁸⁴ ALONSO. *Poesia española*. p.486.

¹⁸⁵ ALONSO. *Poesia española*. p. 12.

¹⁸⁶ PONTES. *Frei Antônio das Chagas: um homem e um estilo do século XVII*.

¹⁸⁷ LOPES. *Letras de Minas e outros ensaios*. In: *Oratória Sacra no Brasil*, p.440.

orador sagrado, desde o exórdio, revela uma linguagem permeada por expressões que tornam evidente toda a formalidade do sermão de exéquias. Vejamos um passo da introdução do discurso:

Ao Ilustríssimo e Reverendíssimo Senhor D. João da Madre de Deus, primeiro e digníssimo Arcebispo desta Diocese, morto em tão breves dias, quando de vida lhe desejávamos largos anos, os muitos Reverendos Capitulares do Cabido desta Santa Sé, justamente magoados com a perda de tão bom Prelado, piamente agradecidos à benevolência de tão bom Pastor, oferecem hoje estas fúnebres memórias, dedicam estas piedosas lembranças.¹⁸⁸

Pode-se dizer que o recurso gramatical com que o padre Alexandre de Gusmão expressa os graus mais altos e intensos das qualidades do falecido – notadamente a categoria linguística do superlativo – serve para marcar a instância da formalidade discursiva por meio do uso de certas expressões laudatórias, tais como: *Ilustríssimo*, *Reverendíssimo* e *digníssimo*. É bom que se ressalte que não há no sermão de exéquias um processo crescente de intensificação superlativa.¹⁸⁹ O louvor fúnebre é estabelecido de uma forma bem comedida; as virtudes do arcebispo falecido são celebradas, realmente, sem “louvores desabusados”, como bem percebeu Hélio Lopes.

No discurso do padre Gusmão percebem-se outras características que confirmam a formalidade do gênero epidítico e, por consequência, algumas particularidades da prosa desse jesuíta, como, por exemplo, a não recorrência de palavras sem refinamento ou delicadeza. É possível dizer que essa prosa apresenta um vocabulário bem seletivo, com termos reveladores de uma linguagem refinada – apurada.

De modo geral, a elegância – e, portanto, a formalização do discurso – que se revela nas palavras do sermão, se dá como desdobramento do léxico espiritual do religioso jesuíta. Nessa perspectiva, as palavras podem ser subdivididas em três grupos distintos: verbos, adjetivos e substantivos. Quanto ao primeiro grupo, são merecedores de citação os trechos que se seguem:

- a) “melhor **declamavam** as lágrimas que as palavras” § 1;
- b) “não faltavam línguas que o **louvavam** quando vivo” § 1;
- c) “temos muita razão de **celebrar** com lágrimas a morte do nosso Pontífice” § 5;
- d) “Jó, cujas orações o mesmo Deus solicitou para **perdoar** àqueles três amigos (...)” § 7;

¹⁸⁸ GUSMÃO. *Sermão*. p.1 [fac-símile]; [nova edição, p. 86].

¹⁸⁹ Embora haja uma recorrente marcação do monossílabo “tão” no texto: “tão afável, tão cortês, tão benigno (...)” § 8. Essa marcação não sobreleva uma virtude em relação a outras, mas as apresentam quase no mesmo patamar de dignidade.

e) “Não é possível, não se **compadecem** estes pensamentos” § 10.

f) “eternamente **confessaremos** este amor” § 28.

No que se refere ao segundo grupo, o dos adjetivos, vejamos a formalidade com que se procede à classificação das virtudes, determinado pelo *modus vivendi*, do prelado falecido. Trata-se, pois, de um processo recorrente de caracterização laudatória:

a) “Um prelado de tantas prendas, tão **afável**, tão **cortês**, tão **benigno**, enfim, **manso e humilde** de coração” § 8.

b) “achareis nele em algum grau todas aquelas virtudes que o Apóstolo desejava em um Bispo **perfeito**” § 8.

c) “E vós, ó alma ditosa, se estais já em lugar de paz, como esperamos, na Misericórdia divina, como nos promete vida tão **Religiosa**, como nos assegura tão **santa** morte” § 35.

Por fim, o grupo dos substantivos torna evidente, no sermão, um repertório formalisticamente organizado de palavras que, se tomadas em perspectiva, são capazes de revelar, em certo sentido, a austeridade do estilo do padre Alexandre de Gusmão; sobretudo no que se refere à sua costumada rigidez de opinião quanto ao ensino das sagradas escrituras. Vejamos alguns breves excertos a fim de passarmos a outras questões concernentes a outros aspectos do estilo desse jesuíta:

a) “(...) é o **hábito** acomodado com o **decoro** e com a **dignidade**” § 15.

b) “procurar para **ornato** da dignidade o **Pontifical** mais precioso é **virtude**(...)” § 15.

c) “constituíra o **Eterno Padre a Cristo**, nesta **transfiguração**, **Pontífice** de sua **Igreja**, com aquela voz que do **Céu** se ouviu (...) § 16.

O texto do sermão de exéquias, do padre Alexandre de Gusmão, é rico em construções perifrásticas. A perífrase consiste em especificar determinadas características, mais ou menos objetivas, do objeto que se quer nomear indiretamente. Em diversos momentos do sermão as perífrases fazem referência ao prelado falecido, D. João da Madre de Deus, como se depreende dos excertos que se seguem. Em negrito, destaca-se a perífrase que vale pelo nome do Arcebispo Morto:

§ 9 “Longe estava de pretender outro Bispado **o que de contínuo suspirava pela sua cela.**”

§ 12 “Quem pode duvidar da prudência **do que soube governar sessenta e cinco Conventos de Religiosos e Religiosas da sua Ordem, sem queixas, sem ódio, sem invejas, sem facções?**”

§ 20 “Longe estava de ser demandista; o que não poucas vezes cedeu de seu direito, por escusar demandas, **o que foi tão liberal de sua jurisdição.**”

§ 22 “Longe estive de cobiçoso **o que em vida nada quis e na morte nada teve.**”

§ 23 “Isto fez Davi, e isto mesmo fez o nosso Arcebispo; e mui longe esteve de ser cobiçoso, *cupidum*, **o que isto fez, o que em vida nada quis e na morte nada teve.**”

No texto do padre Alexandre de Gusmão há certa tendência para a construção de uma argumentação silogística. O silogismo é um raciocínio em que se fazem duas proposições (premissas) para delas se deduzir uma terceira proposição (conclusão). Há, portanto, certo paralelismo entre a primeira e a segunda proposição. Em certos casos, a argumentação de caráter silogístico não se dá dentro de um mesmo período, mas se desdobra dentro de todo o parágrafo. Vejamos quatro casos em que o orador lança mão desse recurso retórico-estilístico:

[Caso 1.]

Proposição 1. “No Paralipomenon prometeu Deus a Salomão que, mandando ele a pestilência sobre alguma Cidade, e **seu povo arrependido fizesse oração naquele templo aonde estava a Arca de Deus com o Maná**, ele, do Céu, poria os olhos sobre o seu povo, e **cessaria o mal**” § 6.

Proposição 2. “**O Maná não é este Divino Sacramento? a Arca de Deus não é a Santíssima Virgem?**” § 6.

Conclusão: “não se orou tantas vezes diante deste Maná, e diante desta Arca? como logo não acabou a pestilência? **como não cessou o mal?**” § 6.

[Caso 2.]

Proposição 1. “**Mandava Deus** Nosso Senhor **que o matador se recolhesse** a uma daquelas Cidades de refúgio, e daí não saísse **até a morte do Pontífice**” § 4.

Proposição 2. “(...) **tanto que o Pontífice fosse morto** (...)” § 4.

Conclusão: “**logo o matador se saísse fora da Cidade**” § 4.

[Caso 3.]

Proposição 1. “o nosso **Pontífice é morto**” § 7.

Proposição 2. “**podemos esperar que** seja também ordenação de Deus que **ele** [o mal, a peste] **se vá**” § 7.

Conclusão: **porque ordenação era de Deus que, morto o Pontífice, se saísse da Cidade o matador.** § 7.

[Caso 4.]

Proposição. 1. “era **Lázaro amigo de Cristo e de sua Companhia** (que por isso não disse: *amicus meus*, meu amigo; senão, *amicus noster*, nosso amigo), (...)” § 28.

Proposição. 2. “**Não foi menor o amor do nosso Pontífice aos da Companhia de Jesus** (...)” §28.

Conclusão: “[Logo] (...) **confessaremos sempre** que, assim como ele podia dizer com João, *amicus sponsi*, nós podemos dizer com Cristo, *amicus noster*.” § 28.

Uma questão que nos parece merecedora de reflexão é a do uso das imagens no sermão do padre Alexandre de Gusmão. Antônio José Saraiva afirma que

(...) num gênero como o sermão, que procura despertar a imaginação dos ouvintes, as imagens desempenham obrigatoriamente um papel muito importante; os textos sagrados punham à disposição dos pregadores um arsenal inesgotável de figuras, parábolas, metáforas; e, enfim, o recurso à imaginação sensorial como sustentáculo para a meditação era um método recomendado por Santo Inácio e exemplificado nos *Exercícios Espirituais*.¹⁹⁰

No sermão em estudo não percebemos um uso recorrente de metáforas, ou seja, não constatamos o uso constante dessa figura de linguagem que consiste em estabelecer uma analogia de significados entre duas palavras ou expressões, empregando uma pela outra. O uso de diversas metáforas era muito comum nos sermões seiscentistas; sobretudo se pensarmos na tendência cultista de ocultação do objeto, para dessa ocultação se tirar alguma surpresa, alguma agudeza.¹⁹¹

Gusmão, porém, demonstra reconhecer a validade desse recurso estilístico ao estudar uma passagem bíblica, vejamos:

Calar o nome de amigo parecia ingratitude; dar de repente a nova, com a lembrança do amor aos de sua companhia, parecia nova intolerável; pois que remédio? Confessa a amizade, *amicus noster*, e dá a nova da morte debaixo da metáfora de sono, *dormit*, para que, assim dispostos, os ânimos dos seus tivessem ânimo para ouvir depois a nova clara, *tunc dixit illis manifeste, etc.*¹⁹²

¹⁹⁰ SARAIVA. *O discurso engenhoso*, p.31.

¹⁹¹ Cf. SPINA. *História da língua portuguesa III: segunda metade do século XVI e século XVII*.

¹⁹² GUSMÃO. *Sermão*, p.15 [fac-símile]; [nova edição, p. 101].

Embora Gusmão reconheça explicitamente a metáfora, poucas vezes a utiliza. Segue-se uma metáfora presente no sermão: “Que venha a tumba buscar a Ananias, que está morto, obra é de Misericórdia enterrar os mortos; mas que venha buscar a Safira, que está viva, parece temerário pensamento?”¹⁹³ A “tumba” é uma espécie de caixão ou sepultura. Ao dizer que “venha a tumba buscar” o autor quer significar, com isso, que a morte vem ao encontro de alguém.

O uso comedido de metáforas quer nos parecer uma particularidade estilística no texto do padre Alexandre de Gusmão. Todavia, ressaltamos que as imagens no sermão, de modo especial as bíblicas, são habilmente utilizadas pelo jesuíta a partir de um recorrente processo comparativo de representações. O autor ao construir uma imagem positiva do prelado falecido diante do público (modelar uma representação encomiástica) busca nas imagens sagradas (as da Bíblia) outras representações positivas que deem sustentação à primeira representação formada, relacionada ao Arcebispo falecido.

Nessa perspectiva, pode-se perceber, logo nos dois primeiros parágrafos, a apresentação da pessoa do Arcebispo falecido com os seguintes termos: “Prelado tão eloqüente, Pregador Real, Pregador de três Reis, João no nome, e João no ofício, (...)”.¹⁹⁴ Na sequência, o orador faz a apresentação do profeta João Batista: “Era João pregador Real, Pregador de El-Rei Herodes; e o que mais é, Pregador de Deus, e voz de Cristo; (...)”.¹⁹⁵ Por fim, surge a comparação entre as representações: “nas exéquias de um João semelhante, melhor falava o silêncio que a voz (...)”.¹⁹⁶

Outra particularidade estilística recorrente no sermão do padre Alexandre de Gusmão é a do uso constante da interrogação. Pode-se dizer que a interrogação é uma figura de estilo quando não pretende obter uma resposta, mas sim tornar mais expressivo o pensamento através da expectativa que suscita. Neste sentido, é possível constatar, no texto do sermão, que certas interrogações estão relacionadas diretamente ao desenvolvimento da argumentação; servem, portanto, como elemento de ligação entre o início da argumentação, com a colocação de um problema, e os vários desenvolvimentos dela. Vejamos alguns exemplos de interrogação que se enquadram nessa perspectiva:

a) “Palavras na morte de João?” § 2.

b) “E, pois, que hemos de fazer? Hemos de calar ou hemos de chorar?” § 3.

¹⁹³ GUSMÃO. *Sermão*, p.13 [fac-símile]; [nova edição, p. 98].

¹⁹⁴ GUSMÃO. *Sermão*. p.1 [fac-símile]; [nova edição, p. 86].

¹⁹⁵ GUSMÃO. *Sermão*. p.1 [fac-símile]; [nova edição, p. 86].

¹⁹⁶ GUSMÃO. *Sermão*. p.1 [fac-símile]; [nova edição, p. 86].

- c) “O Maná não é este Divino Sacramento? a Arca de Deus não é a Santíssima Virgem? não se orou tantas vezes diante deste Maná, e diante desta Arca?” § 6.
- d) “Se os pensamentos de nosso Prelado eram das celas do Tabor, como podiam ser pensamentos do Pontificado de Roma? Se de contínuo suspirava pela cela, como podia anelar a maior Bispado?” § 10.
- e) “(...) quem pode negar que tinha prudência de Serpente, tendo a mansidão de ovelha?” §14.
- f) “Porventura, não são maiores nossos pecados do que podiam ser os de um Pontífice tão Religioso como o nosso?” § 26.

No sermão do padre Alexandre de Gusmão há que se destacar uma recorrente utilização de epítetos; palavra ou expressão acrescida a um nome ou pronome para qualificá-lo. Vejamos, abaixo, alguns exemplos, destacados em negrito:

- a) “(...) como Cristo, **Sabedoria Divina**, trocando os termos, louva a João vivo, e não louva a João morto?” §1.
- b) “Parece que uma vez que Cristo havia pregado os louvores do **Batista** quando vivo, pedia a razão que pregasse também seus louvores quando morto.” § 1.
- c) “Era João pregador Real, Pregador de El-Rei Herodes; e o que mais é, **Pregador de Deus, e voz de Cristo**” § 1.
- d) “São Sebastião, **Padroeiro da peste nos Reinos de Portugal;**” § 6.

Dando continuidade à nossa proposta de investigação, ou indagação de caráter estilístico, gostaríamos de ressaltar na prosa de Alexandre de Gusmão, em sua oração fúnebre, o constante uso da elipse; a omissão de termos facilmente subentendidos. A finalidade de tal recurso estilístico é a de tornar a construção da mensagem mais concisa e elegante. Destacamos, entre colchetes, alguns exemplos, dentre os vários, de tal ocorrência ao longo do texto:

- a) (...) ouviu depois sua morte e, logo, sem dizer palavra, se retirou a um deserto (...).§1.
- a) (...) ouviu depois [a notícia de] sua morte (...).
- b) “(...) agora diz Deus que não há de ouvir” § 7.
- b) “(...) agora diz Deus que não [os] há de ouvir”.
- c) (...) disse o Anjo a seu Pai Zacarias que não havia de tocar o vinho (...) § 11.
- c) (...) disse o Anjo a seu Pai Zacarias que [o menino João] não havia de tocar o vinho (...).

No sermão há que se destacar, também, o interessante uso da antanáclase; figura de estilo em que se repete a mesma palavra no plano do significante, usando-a com significados diferentes. Abaixo, segue alguns exemplos da utilização de tal recurso estilístico:

- a) (...) este Prelado amava nossa **Companhia** (...) § 28 – Companhia de Jesus.
- a) (...) era Lázaro amigo de Cristo e de sua **Companhia** (...) § 28 – os discípulos de Cristo.
- b) (...) para que, assim dispostos, os **ânimos** dos seus (...) § 28 – os estados de espírito.
- b) (...) tivessem **ânimo** para ouvir depois a nova clara (...) § 28 – coragem, força.

Ao longo do texto do sermão é possível destacar, ainda, que frequentemente o orador sagrado utiliza certos pares antitéticos com o intuito de dar mais expressividade a uma ideia em desenvolvimento e tornar o público mais benevolente à causa em exposição. Destacamos, linhas abaixo, alguns excertos ilustrativos:

- a) “(...) não faltavam línguas que o louvavam quando **vivo**, agora parece que faltam vozes que o louvem quando **morto**” § 1.
- b) “Parece que uma vez que Cristo havia pregado os louvores do Batista **quando vivo**, pedia a razão que pregasse também seus louvores **quando morto**”. § 1.
- c) “(...) como Cristo, Sabedoria Divina, trocando os termos, louva a **João vivo**, e não louva a **João morto**?” § 1.
- d) “Bem; mas não fora bom dizer Cristo quatro palavras de **consolação** aos discípulos de João, **desconsolados** com a morte de tão bom Mestre?” § 2.
- e) “Por esta mesma razão dizia eu, fiéis, que, nas exéquias do nosso João, assim como falava melhor o **silêncio** que a **voz**, assim melhor declamavam as lágrimas que as palavras” § 2.
- f) “Não é de menos admiração que, tomando nós por intercessores a três Santos tão amigos de Deus, em outros tempos tão **poderosos**, S. Sebastião, S. Gonçalo, e S. Francisco Xavier, agora parece que **não tiveram poder** para nos livrar.” § 7.

No parágrafo final do sermão o orador lança mão do recurso estilístico conhecido como apóstrofe. Faz-se, aí, a invocação ou interpelação à alma do prelado falecido a partir do vocativo acompanhando o discurso direto: “E vós, ó alma ditosa, se estais já em lugar de paz, como esperamos, na Misericórdia divina, como nos promete vida tão Religiosa, como nos assegura tão santa morte (...).”¹⁹⁷

¹⁹⁷ GUSMÃO. *Sermão*, p. 19 [fac-símile]; [nova edição, p. 105].

CAPÍTULO VIII

Crériterios da Edição.

Crítérios desta edição

1. Texto-base

O texto adotado como base foi o da edição príncipe (1686), única existente — exemplar fac-similado.

2. Paragrafação

Foi mantida a do texto-base. Os parágrafos foram numerados, entre colchetes, na margem esquerda do texto – para facilitar remissões ao texto.

3. Pontuação

A pontuação, no texto-base, é muito distinta da atualmente em uso, o que nos levou a alterá-la. Com isso, procuramos reduzir em parte as possíveis dificuldades que a leitura do texto possa apresentar para um leitor menos acostumado à literatura do período clássico. Conservamos, entretanto, todas as ocorrências que nos pareceram ter valor expressivo.

4. Iniciais maiúsculas

Foram mantidas as do texto-base.

5. Ortografia

A ortografia foi atualizada de acordo com o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, assinado em Lisboa, em 16 de dezembro de 1990, promulgado pelo Decreto nº 6.583, de 29 de setembro de 2008.

6. Reduções

Foram mantidas as do texto-base: R. (Reverendo), S. (São) e D. (Dom).

7. Nomes próprios

Os nomes próprios bíblicos foram atualizados de acordo com a Bíblia de Jerusalém (2003). Os nomes de autoridades eclesásticas foram atualizados conforme o Missal Romano. Seguem os nomes que mereceram atualização ortográfica, seguidos da indicação do parágrafo em que ocorrem pela primeira vez: João Baptista § 1 (João Batista); Geronymo § 1 (Jerônimo); Santo Augustinho § 1 (Santo Agostinho); Ezechiel § 7 (Ezequiel); Job § 7 (Jó); Timotheo § 8 (Timóteo); Annas § 8 (Anás); Ambrosio § 9 (Ambrósio); Salamam § 12 (Salomão); Basilio § 15 (Basílio); Moyses § 15 (Moisés); David § 23 (Davi); Natam § 23 (Natã); Annanias § 24

(Ananias); Saphyra § 24 (Safira); Aram § 26 (Arão); Lazaro § 28 (Lázaro); Eliseu § 30 (Elizeu); Eleazaro § 30 (Eleazar); Liviticos § 33 (Levíticos).

8. Oscilações

As oscilações entre “si” e “sim”, “assi” e “assim”, “pera” e “para”, “muito” e “mui”, “São” e “S.”, “vale” e “val”, “depois” e “despois” foram mantidas.

9. Caracteres de leitura duvidosa

É possível a existência de oscilação na transcrição das letras “s” e “t”, pois, em algumas palavras, tais letras se assemelham muito, sendo-nos difícil uma compreensão imediata das mesmas, por exemplo: “esta” e “essa”, “desse” e “deste”, “disso” e “disto”. Para sanar o problema, apoiamo-nos às vezes no contexto discursivo.

10. Formas Antigas

Algumas formas antigas, presentes no texto-base, foram conservadas. Elas ainda se encontram dicionarizadas e constam do Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa. Eis os casos: cousas § 5; Depois § 6; pera § 11; perguntares § 15; Si § 15 (Sim); afermosear § 16; ventagem § 35; avogado § 35.

11. Passagens em latim

As passagens em latim foram transcritas conforme o texto-base, suprimidos apenas os acentos. No caso de trechos bíblicos, os versículos que contêm a passagem citada foram transcritos em português nas notas, conforme a *Bíblia de Jerusalém* (São Paulo: Paulus, 2003.). Quanto às citações latinas que não constam nas sagradas escrituras, adotou-se o critério de mantê-las conforme aparecem no texto-base, sem tradução.

12. União de palavras

Palavras que aparecem separadas no texto, mas que atualmente constituem vocábulos, foram unidas, quando isso se justificou: em quanto § 1 (enquanto); com tudo § 6 (contudo); em fim § 8 (enfim); por ventura § 10 (porventura); sobre tudo §35 (sobretudo).

13. Ausência de Palavras

Quando identificada a ausência de alguma palavra, acrescentamo-la com indicação em nota de rodapé.

CAPÍTULO IX

O Sermão: texto editado.

SERMÃO

*Que Pregou na Catedral da Bahia de todos os Santos,
O Padre ALEXANDRE DE GUSMÃO da
Companhia de Jesus, Provincial da Província do Brasil.
Nas Exéquias do Ilustríssimo Senhor D. Fr. JOÃO DA MADRE DE DEUS,
Primeiro Arcebispo da Bahia,
Que faleceu do mal comum no ano de 1686.*

DEDICADO

AO EXCELENTÍSSIMO SENHOR
D. ANTÔNIO LUIS DE SOUSA TELLO E MENEZES,

*Marquês das Minas do Conselho de
Sua Majestade, Senhor das Vilas de Beringel, e Prado, dos Coutos
de Manhentes Freiris, e Azevedo, Alcaide Mor da Cidade de Beja,
Comendador da Ordem de Cristo, das Comendas de N. Senhora
do Azevo, Penaverde, e Santa Marta de Viana, e da Ordem de
Santiago, da Comenda de Sinis, Governador, e Capitão General,
do Estado do Brasil.*

Pelo Cônego FRANCISCO PEREIRA, Chantre na mesma Sé Catedral,
que o mandou imprimir.

LISBOA

Com todas as Licenças necessárias.

Na Oficina de Miguel Manescal

Impressor do Santo Ofício, ano de 1686.

A custa de Manoel Lopes Ferreira, mercador de Livros.

SENHOR

Foram tão heróicas as virtudes que resplandeceram na Ilustríssima Pessoa do Senhor D. João da Madre de Deus, primeiro Arcebispo do Brasil, e, com modesta eloquência, ponderadas pelo M. R. P. Alexandre de Gusmão, Provincial da Companhia de Jesus desta Província, no panegírico das suas exéquias, que se viram vencidos no discurso os hipérboles da verdade e no assunto insuperáveis os motivos da elegância. Naqueles atos em que precisamente se nega a jurisdição ao silêncio, com que só se encarece a dor, se confunde ordinariamente a discrição no embaraço das excelências que lhe dificultam o crédito. Neste se acreditou tanto a admiração do que se ouviu, como a prudência com que falou: sem exceder a retórica à realidade das excelências, nem o silêncio de muitas às significações da dor. Bastava a Sua Ilustríssima a glória de V. Excelência e o Senhor Conde do Prado condecorarem com a sua presença aquelas últimas demonstrações do nosso sentimento. Mas, porque as suas ações, que tanto mereceram¹⁹⁸ eternizar-se, se não sepultem com as suas cinzas, me pareceu fiar antes da estampa, que da tradição, as memórias do Prelado mais digno de imitar-se e os acertos do Orador menos possivelmente imitável.

Este triste obséquo que a minha obrigação consagra ao Sepulcro de Sua Ilustríssima dedico eu humildemente aos afetos de V. Excelência, por três incentivos, considerados no amor, com que V. Excelência o venerou, vivendo na mágoa com que o assistiu expirando e na honra com que o autorizou depois de morto. Ainda que cuido que só o fez diferente a dignidade na individuação destes três efeitos da piedade de V. Excelência, pois se humanou V. Excelência a ser tão comum nela pera todos, que sendo universal esta quase pestilência, de que Deus se serviu não escapasse Sua Ilustríssima, se singularizou V. Excelência no seu exercício de maneira, que nenhuma vez saiu o Santíssimo Sacramento de dia e de noite incessavelmente aos enfermos que deixasse Vossa Excelência de o acompanhar; e de proporcionar sua grandeza as esmolas à lástima dos que mais e menos necessitavam delas.¹⁹⁹ Por isso, a juízo de todos, parece que quis a divina Providência perseverar²⁰⁰ daquele dano a Vossa Excelência, pera que nos alentos da sua vida respirassem da morte quantos a haviam de padecer ao desamparo, se V. Excelência não acudira²⁰¹ a uns na pobreza de suas

¹⁹⁸ “meceram”: pretérito mais-que-perfeito do indicativo com valor de futuro do pretérito.

¹⁹⁹ Entenda-se: “(...) se singularizou V. Excelência no seu exercício de [tal] maneira, que nenhuma vez saiu o Santíssimo Sacramento de dia e [= nem] de noite incessavelmente aos enfermos [sem] que deixasse Vossa Excelência de o acompanhar; e de proporcionar sua grandeza as esmolas à lástima dos que mais e [= ou] menos necessitavam delas.”

²⁰⁰ “perseverar”: provável lapso tipográfico; deve ser “preservar”.

²⁰¹ Pretérito mais que perfeito com valor de imperfeito do subjuntivo.

casas com o remédio da sua prodigalidade, e a outros, que as não tinham, com a disposição de dividir, pelas mais capazes de os aceitarem, o grande número dos que não cabiam no Hospital da Misericórdia. Foi a que V. Excelência usou²⁰² tão esclarecida como é o sangue de que naturalmente procedeu. E ficou a Bahia com as experiências desta nova felicidade nos mesmos estragos do seu maior castigo: pois entre as perturbações dele, igualou²⁰³ o impacientíssimo desvelo de V. Excelência, sempre ativo às operações da caridade, às eficácias do serviço de S. Majestade, e bem comum – vencendo as impossibilidades do tempo e da saúde pera a expedição da frota, e divertindo a esta República a fome²⁰⁴ e a carestia de tudo o que a podia alimentar na geral fatalidade de que se via prostrada.

Permita-me V. Excelência esta minha reverente ofensa, ou gloriosa injúria, da sua modéstia, em que todo este povo (de quem V. Excelência foi sempre tão amado) tem venturoso a mais agradecida culpa. Nas suas aclamações se perpetuará a generosidade e beneficência com que V. Excelência o tratou na serenidade do seu governo (em tudo prudentíssimo) e nesta maligna conjuração dos Astros, enquanto houver Generais no Brasil e nesta Cidade a lembrança deste seu perigo, que nunca dos maiores costuma ser esquecida. Deus guarde a Excelentíssima Pessoa de Vossa Excelência muitos anos, como este estado deseja e a Bahia há mister, e este menor Capelão de V. Excelência lhe pede em seus sacrifícios, Bahia de Julho 16 de 1686.

Francisco Pereira.

²⁰² Entenda-se: “Foi a [prodigalidade] que V. Excelência usou”.

²⁰³ “igualou”: “foi [sempre] igual”.

²⁰⁴ “divertindo a esta República a fome”: “afastando desta República a fome”.

*Remanebitque ibi homicida, donec Sacerdos magnus moriatur; postquam autem ille obierit, revertetur homicida*²⁰⁵ *in domum suam.* Num. 35.²⁰⁶

[1] Ao Ilustríssimo e Reverendíssimo Senhor D. João da Madre de Deus, primeiro e digníssimo Arcebispo desta Diocese, morto em tão breves dias, quando de vida lhe desejávamos largos anos, os muitos Reverendos Capitulares do Cabido desta Santa Sé, justamente²⁰⁷ magoados com a perda de tão bom Prelado, piamente agradecidos à benevolência de tão bom Pastor, oferecem hoje estas fúnebres memórias, dedicam estas piedosas lembranças. Parecia-me a mim que nas exéquias de um Prelado tão eloqüente, Pregador Real, Pregador de três Reis,²⁰⁸ João no nome, e João no ofício,²⁰⁹ melhor falava o silêncio que a voz, melhor declamavam as lágrimas que as palavras; porque, se bem não faltavam línguas que o louvavam quando vivo, agora parece que faltam vozes que o louvem quando morto. Quando era vivo o grande João Batista, pregou Cristo uma vez seus louvores ao Povo, *Coepit Iesus dicere de Ioanne*;²¹⁰ ouviu depois sua morte e, logo, sem dizer palavra, se retirou a um deserto: *Quod cum audisset Iesus secessit in desertum locum.*²¹¹ Parece que uma vez que Cristo havia pregado os louvores do Batista quando vivo, pedia a razão que pregasse também seus louvores quando morto. O Espírito Santo diz: que não louvemos o homem enquanto vivo: *Ante mortem ne laudes hominem*;²¹² e foi o mesmo que dizer (diz S. Jerônimo) *lauda post mortem*, que o louvemos depois de morto; logo, se o Espírito Santo diz que se há de louvar o morto e não o vivo, como Cristo, Sabedoria Divina, trocando os termos, louva a João vivo, e não louva a João morto? Era João pregador Real, Pregador de El-Rei Herodes; e o que mais é, Pregador de Deus, e voz de Cristo; e nas exéquias de um João semelhante, melhor falava o silêncio que a voz; e, por isso, havendo pregado seus louvores quando vivo, *Coepit Iesus dicere de Ioanne*, cala suas exéquias quando morto: *quod cum audisset Iesus secessit in desertum, etc.*²¹³

²⁰⁵ No texto-base: “*homicida*”.

²⁰⁶ “O homicida deve permanecer na cidade de refúgio até à morte do sumo sacerdote; somente após a morte do sumo sacerdote poderá voltar à terra de sua possessão.” Nm 35,28.

²⁰⁷ “justamente”: com justiça.

²⁰⁸ D. João IV, “O Restaurador”, (1640 – 1656); D. Afonso VI, “O Vitorioso”, (1656 – 1683); e D. Pedro II, “O Pacífico” (1683 – 1706). Cf. CONCEIÇÃO. *Primazia Seráfica na Região da América*, p.208-213.

²⁰⁹ Segundo José Pedro MACHADO (*Dicionário Onomástico Etimológico da Língua Portuguesa*, v.2, p.829, v.2), “João” significa “agraciado por Deus”, “que Deus favorece”. “João no ofício” é referência a S. João Batista, o Precursor.

²¹⁰ “começou Jesus a falar a respeito de João” – Mt 11,7.

²¹¹ “Jesus, ouvindo isso, partiu dali para lugar deserto.” – Mt 14,13.

²¹² “Antes da morte não beatifiquemos ninguém” – Eclo 11,28.

²¹³ No texto-base: “*quod cum audisset Iesus secessit inde, etc.*”

[2] Bem; mas não fora bom dizer Cristo quatro palavras de consolação aos discípulos de João, desconsolados com a morte de tão bom Mestre? Palavras na morte de João? A morte de João não se celebra com palavras, celebra-se com lágrimas, como tenho para mim que Cristo fez, e claramente se colhe do texto. Diz que, assim como Cristo ouviu a seus discípulos as novas da morte de João, no mesmo ponto se retirara a um deserto, afastado da comunicação da gente: *Quod cum audisset Iesus secessit in desertum locum seorsum.*²¹⁴ E para que é este retiro de Cristo em tal ocasião? Para quê? Para celebrar com lágrimas mais livremente a morte de seu amigo João. Estimara o dissesse Santo Agostinho, ou S. Jerônimo; tiro-o porém do Evangelho. Chorou Cristo na morte de Lázaro, e deram a razão destas lágrimas os circunstantes que as viram correr, dizendo que eram por ser Lázaro seu amigo: *Ecce quomodo amabat eum.*²¹⁵ E certamente Cristo este nome de amigo deu a Lázaro morto: *Lazarus amicus noster.*²¹⁶ O amigo de Cristo maior e mais antigo era João Batista, como ele mesmo se chamou, *amicus sponsi,*²¹⁷ assim entendem todos os Expositores, entendendo pelo esposo a Cristo, e pelo amigo do Esposo a João. Logo, se por ser Lázaro amigo de Cristo, *amicus noster,* celebra²¹⁸ Cristo sua morte com lágrimas, *lacrymatus est Iesus,*²¹⁹ sendo João o amigo de Cristo por razões maiores, *amicus sponsi,* como é de crer que, ouvindo sua morte, e morte tão cruel, não celebrasse Cristo sua morte com lágrimas? Por isso digo que a razão de Cristo se retirar a um deserto, afastado da comunicação da gente, no tempo que ouvia a morte de seu amigo João, foi para a celebrar mais livremente com lágrimas, porque com lágrimas, mais que com palavras, se devia celebrar a morte de João, *Quod cum audisset, etc.* Por esta mesma razão dizia eu, fiéis, que, nas exéquias do nosso João, assim como falava melhor o silêncio que a voz, assim melhor declamavam as lágrimas que as palavras.

[3] E, pois, que hemos de fazer? Hemos de calar ou hemos de chorar? Calar não é lícito; deixar de chorar não é justo. Apontarei pois as razões que o tempo presente nos oferece, e as palavras que tomei por tema nos descobrem, que, se me não engano, vêm mui acomodadas à presente ação.

[4] Mandava Deus Nosso Senhor que o matador se recolhesse a uma daquelas Cidades de refúgio, e daí não saísse até a morte do Pontífice; porém, tanto que o Pontífice fosse morto, logo o matador se saísse fora da Cidade. Isto querem dizer as palavras que tomei

²¹⁴ “Jesus, ouvindo isso, partiu dali para lugar deserto, afastado.” – Mt 14,13.

²¹⁵ “Vede como ele o amava.” – Jo 11,37.

²¹⁶ “Nosso amigo Lázaro.” – Jo 11,11.

²¹⁷ “amigo do esposo” – Jo 3,29.

²¹⁸ No texto-base: “Celebra”, com inicial maiúscula.

²¹⁹ “Jesus chorou” – Jo 11,35. O evangelista emprega dois verbos diferentes, na passagem completa: *Klaiein*, ‘lamentar-se’ para Maria e os judeus (11, 31; 11,33), e *dakryein*, ‘verter lágrimas’ — único emprego no NT— aqui para Jesus. Cf. *Bíblia de Jerusalém*, notas, p.1872.

por tema: *Remanebitque ibi homicida, donec Sacerdos magnus moriatur; postquam autem ille obierit, revertetur homicida in domum suam*. Entrou, Cristãos, nesta nossa Cidade da Bahia este matador, ou este mal,²²⁰ que nos mata; e, depois de haver morto em Pernambuco mais de setecentas pessoas, veio a esta terra, e nos tem morto já outras tantas, e não sabemos quantas ainda matará; já o Pontífice é morto, porque já morreu o nosso Arcebispo, o Senhor Dom João da saudosa lembrança; resta agora que o matador se vá, ou que acabe este mal que nos mata. Ordenação era divina, que aquele matador habitasse na Cidade, até a morte do Pontífice: *Donec Sacerdos magnus moriatur*; também não duvido que seja ordenação divina que este matador habite em nossa Cidade até o termo que Deus sabe; mas por que não será também até a morte do Pontífice: *Donec Sacerdos magnus moriatur*? Ordem era de Deus que, morto o Pontífice, logo o matador se fosse: *Postquam autem ille obierit, homicida revertetur in domum suam*;²²¹ por que não será também ordem de Deus que este matador se vá, e saia da nossa terra, pois que é já morto o Pontífice?

[5] Duas cousas respondo a isto, fiéis; primeira, que, morto o nosso Pontífice, temos grande conjectura para cuidar que este matador se vá, ou que este mal que nos mata se acabe. Segunda, que, se morto o Pontífice, ainda todavia o mal continua, é sinal que Deus não quer que se vá, porque ainda não cessaram as causas de ele entrar. Por uma e outra causa temos muita razão de celebrar com lágrimas a morte do nosso Pontífice; mas com esta distinção: que, pela primeira causa, temos razão de chorar sobre ele e não sobre nós; e, pela segunda causa, temos razão de chorar sobre nós e não sobre ele. Vamos à primeira causa.

[6] Depois que este matador entrou na nossa Cidade, ou depois que começou este mal, que deprecações públicas e particulares se não têm feito a Deus e a seus Santos para que ele se vá? Fizeram-se Novenas diante do Santíssimo Sacramento, e da Virgem Santíssima; fizeram-se públicas procissões, tomaram-se por intercessores aqueles três santos e amigos de Deus – São Sebastião, Padroeiro da peste nos Reinos de Portugal; S. Gonçalo Português²²², de tantos milagres; São Francisco Xavier,²²³ a quem tantas Cidades têm tomado por Padroeiro²²⁴ da peste, e o que mais admira, no tempo em que esta Cidade fez voto de o tomar por Padroeiro –, e contudo não saiu da Cidade este matador, porque ainda foi continuando este

²²⁰ Aqui se faz referência à epidemia de febre amarela, que assolou a Bahia e vitimou o arcebispo D. João da Madre de Deus.

²²¹ No texto-base: “*homicida*”. Observe-se a inversão, nesta passagem, das palavras “*homicida revertetur*”.

²²² São Gonçalo é santo português, nascido na freguesia de Tagilde, próximo à cidade de Guimarães. Foi beatificado a pedido de D. Sebastião pelo papa Pio IV. (Cf. *Enciclopédia e Dicionário Internacional*, v. 9, p. 5200).

²²³ São Francisco Xavier nasceu em Navarra, em 1506, e morreu no Oriente, na ilha de Sancião, a caminho da China, em 1552. (Cf. *Enciclopédia e Dicionário Internacional*. Rio de Janeiro: Jackson, 1960, v. 8, p. 4848).

²²⁴ “Padroeiro”: aquele que protege.

mal. No Paralipomenon²²⁵ prometeu Deus a Salomão que, mandando ele a pestilência sobre alguma Cidade, e seu povo arrependido fizesse oração naquele templo aonde estava a Arca de Deus com o Maná, ele, do Céu, poria os olhos sobre o seu povo, e cessaria o mal: *Si misero pestilentiam in populum meum, conversus autem populus meus deprecatus me fuerit, etc. Ego exaudiam de Caelo, et sanabo terram eorum.*²²⁶ O Maná não é este Divino Sacramento? a Arca de Deus não é a Santíssima Virgem? não se orou tantas vezes diante deste Maná, e diante desta Arca? como logo não acabou a pestilência? como não cessou o mal?

[7] Não é de menos admiração que, tomando nós por intercessores a três Santos tão amigos de Deus, em outros tempos tão poderosos, S. Sebastião, S. Gonçalo, e S. Francisco Xavier, agora parece que não tiveram poder para nos livrar. Por Ezequiel diz Deus Nosso Senhor que se acaso ele mandar sobre alguma Cidade a pestilência, e nesta Cidade estiverem Noé, Daniel e Jó, Santos grandes seus amigos, não seriam poderosos para livrar com suas intercessões nem ainda seus próprios filhos: *Si immisero pestilentiam super terram illam, et Noe, et Daniel, et Iob fuerint in medio ejus, vivo ego dicit Dominus Deus, non liberabunt filium, aut filiam;*²²⁷ notável argumento da justa indignação de Deus. Noé, de quem testifica a Escritura que achara graça nos olhos de Deus,²²⁸ *Noe invenit gratiam coram Domino?*²²⁹ Daniel, cuja oração foi poderosa para fechar as bocas vorazes dos Leões famintos: *Misit Dominus Angelum suum, et conclusit ora Leonum?*²³⁰ Jó, cujas orações o mesmo Deus solicitou para perdoar àqueles três amigos insolentes: *Ite ad servum meum Iob, et servus meus Iob orabit pro vobis?*²³¹ Três Santos tão amigos de Deus, tão poderosos em outros tempos com suas orações, agora diz Deus que não há de ouvir,²³² que não serão poderosos para livrar com suas intercessões nem ainda a seus próprios filhos: *Non liberabunt filium, aut filiam?* Notável argumento, torno a dizer, da justa indignação de Deus! O mesmo nos sucedeu a nós, Cristãos, com os nossos Santos; a três Santos tão milagrosos, tão amigos de Deus, tão poderosos em outros tempos, não ouve Deus agora, para que este mal se vá ou para que este matador saia da nossa Cidade? Que hei de dizer senão que tem Deus determinado que este matador habite na nossa Cidade até a morte do nosso Pontífice: *Manebitque homicida donec Sacerdos magnus*

²²⁵ “Paralipomenon”: título de dois livros da Bíblia – os livros das Crônicas.

²²⁶ “Se o meu povo, sobre quem foi invocado o meu Nome, se humilhar, orar, buscar a minha presença [e se arrepender de sua má conduta,] eu, do céu, escutarei, perdoarei seus pecados e restaurarei seu país.” – 2Cr 7,14.

²²⁷ “(...) Se eu estender a minha mão contra ela (a terra) e se esses três homens – Noé, Daniel e Jó – se encontrarem nela, por minha vida (...) certamente eles não conseguiriam salvar os seus filhos e as suas filhas”. – Ez 14,16.

²²⁸ “achara graça nos olhos de Deus”: Deus o admitira em sua graça.

²²⁹ “Noé encontrou graça aos olhos de Iahweh” – Gn 6,8.

²³⁰ “Meu Deus enviou-me seu anjo e fechou a boca dos leões” – Dn 6,23.

²³¹ “Dirigi-vos ao meu servo Jó, e ele intercederá por vós” – Jó 42,8.

²³² Entenda-se: que não os há de ouvir.

moriatur? Pois já o nosso Pontífice é morto, podemos esperar que seja também ordenação de Deus que ele se vá, porque ordenação era de Deus que, morto o Pontífice, se saísse da Cidade o matador, *postquam autem, etc.*

[8] E se isto assim for, Cristãos, quão justificadas causas temos de celebrar com lágrimas suas exéquias? Basta que para levantar Deus a mão do castigo²³³ que têm merecido nossas culpas, não bastam as intercessões de três Santos tão grandes, e que haja de morrer para isso o nosso Pontífice? Um prelado de tantas prendas, tão afável, tão cortês, tão benigno, enfim, manso e humilde de coração, há de morrer, para que não morramos? Assim se há de cumprir em nosso Pontífice o que do Pontífice Sumo profetizou Anás: *Expedit ut unus homo moriatur pro populo ne tota gens pereat,*²³⁴ que importava morresse um, para que não morressem todos? Um prelado que, se o considerarmos segundo os dotes da natureza, foi de um engenho raro, Pregador de três Reis, Mestre jubilado, Examinador das três Ordens Militares, Censor dos livros que se hão de imprimir, Guardião do Convento de Lisboa, e Coimbra, Provincial da mesma Província e Visitador Geral da Província do Algarves? Se o considerarmos segundo os dotes da graça, leia-se o capítulo terceiro da primeira Epístola de S. Paulo a Timóteo, e achareis nele em algum grau todas aquelas virtudes que o Apóstolo desejava em um Bispo perfeito. *Vnius uxoris virum, sobrium, prudentem, ornatum, pudicum, hospitem, doctorem, non vinolentum, non percussorem, sed modestum; non litigiosum, non cupidum, sed domui suae bene praepositum, filios habentem subditos cum omni castitate.*²³⁵ Discorrerei²³⁶ brevemente por todas.

[9] Quanto ao primeiro dote, *unius uxoris virum*, esposo de uma só esposa, entende S. Ambrósio que o Bispo não há de ter pensamentos de passar a outro Bispado; não faltou quem tivesse este pensamento do nosso Arcebispo, mas é certo que nem por pensamento lhe passou; chegaram-lhe aos ouvidos estas vozes, e respondeu que a sua viagem havia de ser para a sepultura, e esperava que o seu Reino seria o do Céu. Longe estava de pretender outro Bispado o que de contínuo suspirava pela sua cela. S. Pedro Celestino²³⁷, que de Monge havia subido ao trono Pontifício, não achando sossego no Palácio, de contínuo suspirava pela sua

²³³ Entenda-se: suspender o castigo.

²³⁴ “É melhor que um só homem morra pelo povo” – Jo 18, 14.

²³⁵ “esposo de uma única mulher, sóbrio, cheio de bom senso, simples no vestir, hospitaleiro, competente no ensino, nem dado ao vinho, nem briguento, mas indulgente, pacífico, desinteressado. Que ele saiba governar bem a própria casa, mantendo os filhos na submissão, com toda dignidade.” – 1 Tm 3, 2-4.

²³⁶ No texto-base: “Discorrei”. Possível haplografia. Restaurou-se, entretanto, a forma “discorrerei”, na suposição de erro tipográfico, em benefício da clareza.

²³⁷ São Pedro Celestino, eleito papa em 5 de julho e coroado em 29 de agosto de 1294, abdicou em 13 de dezembro do mesmo ano. Renunciou, pretextando humildemente a sua incapacidade. (Cf. *Enciclopédia e Dicionário Internacional*, v. 4, p. 2356).

cela; que sucedeu? Renunciar o Pontificado, e fazer decreto que possa fazer o mesmo qualquer sumo Pontífice. Mal se pode, logo, presumir que aspirasse a Pontificado maior o que de contínuo suspirava pela cela.

[10] Quando S. Pedro Apóstolo se viu no sossego do Tabor, contemplando a glória de Cristo transfigurado, e, levado daquela glória, ou daquela quietação, pediu ao Senhor licença para fabricar ali três celas, e ficasse ali com ele para sempre, *Bonum est nos hic esse, si vis faciamus hic tria tabernacula*²³⁸ — estes pensamentos de Pedro, à primeira vista tão louváveis, avaliou S. Lucas por ignorâncias: *Nesciens quid diceret*.²³⁹ E por que hão de ser ignorâncias uns pensamentos tão santos? Porventura que, seja o que um Autor sente, tirando-o de Abulense,²⁴⁰ que São Pedro, como estava já eleito Pontífice, falava aqui como tal, *Petrus hic loquebatur ut Pontifex*; e devia Pedro ter os pensamentos na obrigação de sua Igreja, e não na contemplação do Tabor; devia atender à ação de Bispo, e não à contemplação de Monge. Bem, e pois não podia Pedro muito bem ter um, e outro pensamento? Não podia mui bem ter o pensamento na cela de Monge, e mais no Palácio de Bispo? Não podia lembrar-se muito bem do Pontificado de Roma, e mais da cela do Tabor? Não é possível, não se compadecem²⁴¹ estes pensamentos; e, se Pedro a isso se persuadia, se Pedro cuidava estar em Roma Papa e Monge no Tabor, era este mui néscio pensamento: *Nesciens quid diceret*; e, se alguém assi o cuidasse de Pedro, também merecia, como Pedro, a mesma nota de néscio, *nesciens quid diceret*, porque semelhantes pensamentos, assi como são fáceis de pronunciar aos ignorantes, são mui dificultosos de crer aos prudentes; parece que estou entendido. Se os pensamentos de²⁴² nosso Prelado eram das celas do Tabor, como podiam ser pensamentos do Pontificado de Roma? Se de contínuo suspirava pela cela, como podia anelar a maior Bispado? Se isso era assim, ou se assim alguém dele o presumiu, bem fora de razão vão semelhantes pensamentos, *nesciens, etc.*

[11] Quer S. Paulo o Bispo Sóbrio, *Sobrium*. A sobriedade é uma virtude, que modera as demasias do copo, assim como²⁴³ a abstinência é uma virtude que tempera as demasias do prato. O nosso Prelado, como é notório, comia por onças²⁴⁴, e no vinho não tocava; por isso acrescenta o Apóstolo que não há de ser o Bispo amigo de vinho, *non vinolentum*. Ao mesmo

²³⁸ “é bom estarmos aqui; façamos, pois, três tendas.” – Lc 9, 33.

²³⁹ “mas não sabia o que dizia.” – Lc 9,33.

²⁴⁰ Trata-se de Afonso Tostado (1400-1455), o Abulense, nomeado bispo de Ávila em 1449. Deixou uma vasta obra de caráter exegético. (Cf. *Obras*, de Luis Carillo de Sotomayor, p. 323).

²⁴¹ “não se compadecem”: não se harmonizam.

²⁴² Falta esta preposição no texto-base.

²⁴³ No texto-base: “com”.

²⁴⁴ Antiga unidade de medida de peso, equivalente a 28,691g. Cf. *Dicionário Melhoramentos*, p. 499. Entenda-se: comia pouco.

S. Timóteo permitia S. Paulo usar de um pouco de vinho, *utere modico vino*;²⁴⁵ porém o nosso, nem pouco nem muito. Não cuideis, Cristãos, que é pouca prova de santidade, mas digo que é dela grande sinal e grande meio para ser santo. Por sinal de grande santidade que havia de ter o menino João, disse o Anjo a seu Pai Zacarias que não havia de tocar o vinho, ou cousa semelhante, *vinum, et siceram non bibet*.²⁴⁶ Por meio principal que o Anjo deu ao Pai de Sansão pera a santidade do filho que havia de nascer, foi o mesmo de não tocar o vinho; porque, perguntando Manué ao Anjo que havia de fazer o filho para ser santo – *quid vis faciet puer?* –,²⁴⁷ respondeu²⁴⁸ que não tocasse o vinho, ou cousa semelhante, *vinum, et siceram non bibat*. E, pois, nisso consiste a santidade, não tocar o vinho? Não dizem isso os Anjos, mas dizem que é sinal de santidade, e que é meio para ser santo; *vinum non bibet*, disse o Anjo de João, *vinum non bibat*, disse de Sansão o Anjo. E se esta virtude se achou em nosso Pontífice em tão alto grau, assim como nele podia ser meio para ser santo, por que não poderá ser sinal de Sua Santidade?

[12] Diz mais o Apóstolo, que há de ser o Bispo prudente, *prudentem*. Quem pode duvidar da prudência do que soube governar sessenta e cinco Conventos de Religiosos e Religiosas da sua Ordem, sem queixas, sem ódio, sem invejas, sem facções? Admira a prudência de Salomão em compor a contenda de duas mulheres sobre uma pretensão, *audivit hoc Israel, etc. videntes Sapientiam Dei esse in eo*;²⁴⁹ que prudência tão singular é necessária para compor sem queixa as pretensões de tantas mulheres quantas são as Religiosas que governa um Provincial de S. Francisco em Portugal?

[13] Porém, maior sem comparação foi a prudência com que governou Arcebispo. E em que esteve essa prudência? Esteve na mansidão com que governou, na brandura com que acabou o que somente com o rigor se acaba. Venceu com a palavra o que outros com a espada não vencem, porque acabou com amoestação²⁵⁰ o que outros não acabam com a censura, que é a espada da Igreja; e esta é a prudência que Cristo quer nos seus Bispos. Quando Cristo mandou os primeiros Bispos da Igreja fazer seu ofício pelo mundo, disse que os mandava como ovelhas entre lobos, *Ecce ego mitto vos, sicut oves inter lupos*;²⁵¹ parece que, para governar homens lobos, mais a propósito era a fortaleza de Leão que a mansidão de ovelha; diga logo Cristo eu vos mando como Leões, e não eu vos mando como ovelhas, *sicut oves*.

²⁴⁵ “toma um pouco de vinho.” – 1 Tm 5, 23.

²⁴⁶ “não beberá vinho.” – Lc 1,15.

²⁴⁷ “como deverá ser a vida do menino?” – Jz 13,12.

²⁴⁸ No texto-base: “Respondeu”, com inicial maiúscula.

²⁴⁹ “Todo o Israel soube que possuía sabedoria divina.” – 1 Rs 3,28.

²⁵⁰ “amoestação”: forma antiga de “admoestação”.

²⁵¹ “Eis que vos envio como ovelhas entre lobos” – Mt 10,16.

Assim o ditava a prudência humana, mas não a de Cristo; a prudência de Cristo não é governar os homens ferros²⁵² com fereza de Leão, senão com mansidão de ovelha: esta é a prudência que Cristo quer, como logo clara e expressamente explicou, porque assim como disse aos Apóstolos que fossem como ovelhas entre lobos, logo imediatamente tirou por conclusão que fossem prudentes como a serpente, *Stote ergo prudentes sicut serpentes*,²⁵³ como se fosse o mesmo governar os ferros com mansidão de ovelha que governar os rebeldes com prudência de serpente, *sicut oves, sicut serpentes*.

[14] Quem pode ignorar a mansidão com que o nosso Prelado governou? Quantas censuras fulminou em três anos que foi Arcebispo – estrondosas, nem uma só; particulares, mui poucas. Pois quem pode negar que tinha prudência de Serpente, tendo a mansidão de ovelha? A censura é a espada da Igreja; no Bispo prudente a censura é a palavra, porque no Bispo prudente é a espada a palavra; assim o revelou Cristo a S. João no Apocalipse. Viu uma misteriosa imagem que, entre outros mistérios, tinha na boca uma espada, *et de ore ejus gladius*.²⁵⁴ Todos os Expositores Sagrados dizem que nesta figura, ou fosse o mesmo Cristo, ou fosse algum Anjo, quis Deus significar a João qual havia de ser o Pontífice na vida, e no governo; e por que razão há de ter a espada na boca, e não em a mão? o lugar da espada é a mão, e não a boca; a boca é lugar da palavra, e não da espada; como logo tem a espada na boca, e não na mão? Não é esta figura de um Bispo Santo na vida, e prudente no governo? A espada da Igreja não é a censura? Pois quis significar Cristo a João que no Bispo Santo e prudente a censura é a palavra, porque no Bispo Santo e prudente a palavra é a espada, *de ore ejus gladius*; quem ignora que a espada da censura que o nosso Prelado comumente maneava contra os rebeldes era a palavra com que os rendia? A palavra era a sua espada, porque a palavra era a sua censura, para a qual não era tão a propósito a força de Leão, como a mansidão de ovelha em que Cristo colocou a prudência dos primeiros Bispos, como ovelhas na mansidão, para serem na prudência como Serpentes, *sicut oves, sicut serpentes*.

[15] Quer mais S. Paulo o Bispo ornado, *ornatum*, ornado no hábito, como atrás explicou, *in habitu ornato*; e, se preguntares²⁵⁵ que cousa seja hábito ornado, responde S. Basílio que é o hábito acomodado com o decoro e com a dignidade; com o decoro da pessoa e com o excelente da dignidade, *acomodatus cum decoro, et dignitate*. O hábito da pessoa do nosso Arcebispo foi sempre o de seu Padre S. Francisco, o hábito da dignidade foram os mais ricos Pontificais, que nenhum Prelado teve no Brasil. E, pois, avalia S. Paulo por virtude o

²⁵² No texto-base: “feroz.”

²⁵³ “Por isso, sede prudentes como as serpentes” – Mt 10,16.

²⁵⁴ “e de sua boca saia uma espada” – Ap 1,16.

²⁵⁵ “preguntares”: forma metatética de perguntares.

que à primeira vista parece vaidade? Se não fora virtude, não o desejara S. Paulo no Bispo Católico, *ornatum*. Porque assim como escolher para ornato da pessoa o hábito mais humilde é virtude religiosa, assim o procurar para ornato da dignidade o Pontifical mais precioso é virtude da Religião, porque é ornamento pertencente ao culto divino e honra do mesmo Deus. Lede o capítulo 39 do Êxodo e vereis a Moisés todo ocupado por ordem de Deus a preparar o Pontifical do Sumo Sacerdote, todo de seda e ouro, ornado de toda a sorte de pedraria; e, pois, nisso se ocupa Deus, e nisso se ocupa Moisés? Si, que é pera o culto divino e honra do mesmo Deus, e é virtude da Religião procurar que as vestes pertencentes ao culto divino sejam as mais ricas e mais preciosas que podem ser.

[16] Quando Cristo se transfigurou no Tabor, não somente se refundiu aquela glória em seu corpo, mas também se comunicou às suas vestiduras, que ficavam alvas como a neve²⁵⁶, *vestimenta ejus facta sunt alba sicut nix*.²⁵⁷ Os efeitos daqueles quatro dotes gloriosos, que nesta ocasião transfiguraram a Cristo, não são glorificar e afermosear as vestes, são glorificar e afermosear os corpos: é Teologia e doutrina de São Paulo, *surget corpus spiritale, surget in gloria, etc.* Como logo aqui a glória de Cristo no Tabor não só se comunica ao corpo, mas também se comunica às vestiduras, *vestimenta ejus*?²⁵⁸ O mesmo São Paulo deu a razão: *Christus non semet ipsum clarificavit, ut Pontifex fieret, sed qui loquutus, et ad eum, filius meus estis*;²⁵⁹ constituíra o Eterno Padre a Cristo, nesta transfiguração, Pontífice de sua Igreja, com aquela voz que do Céu se ouviu: *Hic est filius meus dilectus*,²⁶⁰ como o mesmo S. Pedro, que a ouviu, testifica, *accipiens a patre honorem, et gloriam, voce de lapsa*;²⁶¹ e quis o Eterno Padre mostrar que a glória do Pontífice não há de estar só na alma encerrada, mas que também se há de comunicar ao corpo; não só se há de comunicar ao corpo, mas que também se há de refundir nas vestiduras, porque não só a glória do corpo, mas também a glória das vestiduras, fazem a um Pontífice glorioso, *transfiguratus est, vestimenta ejus, etc.* E se este é o ornato que S. Paulo queria no Pontífice, *ornatum*, quem pode negar no nosso Pontífice esta virtude, que, escolhendo para sua pessoa o hábito mais humilde, procurasse, para sua dignidade, o Pontifical mais precioso.

²⁵⁶ No texto-base: “com a neve”.

²⁵⁷ “suas vestes tornaram-se alvas como a neve” – Mt 17,2.

²⁵⁸ “suas vestes” – Mt 17,2.

²⁵⁹ “Cristo não se atribuiu a glória de tornar-se sumo sacerdote, Ele, porém, a recebeu daquele que lhe disse: *Tu és meu filho*” – Hb 5,5.

²⁶⁰ “Este é o meu filho amado” – Mt 17,5.

²⁶¹ “Pois ele recebeu de Deus Pai honra e glória” – 2 Pd 1,17.

[17] Diz mais São Paulo, que há de ser o Bispo Pregador, assim entendem a palavra *Doctorem*. O Concílio Tridentino²⁶² diz que a principal obrigação do Bispo é o pregar: *Praedicationis munus, quod Episcoporum praecipuum est*. O nosso Prelado não foi só Pregador, mas Pregador Real; não só pregou Arcebispo, mas as vezes que vimos e admiramos; e então mereceu melhor a dignidade de Arcebispo, quando melhor exercitou o ofício de Pregador. Assim, no Tabor como no Jordão, se ouviu aquela voz do Eterno Padre, em que reconhecia a Cristo por Filho: *Hic est filius meus dilectus*, disse no Jordão; *Hic est filius meus dilectus*, disse no Tabor; contudo, como diz São Paulo, no Tabor constituiu o Eterno Padre a Cristo Pontífice da Igreja, e não no Jordão; pois se a forma das palavras foi a mesma, por que não obram no Jordão o mesmo efeito que no Tabor? Por que não há de ser Cristo Pontífice no Jordão, e há de ser Pontífice no Tabor? Está muito clara a razão: porque no Jordão não tinha Cristo ainda o exercício da Pregação, se bem se preparava para isso com aquela humildade; porém no Tabor já tinha Cristo o exercício de Pregador por três anos – por isso, na forma das palavras com que o Eterno Padre o constituiu Pontífice, lhe fez logo o auditório como a Pregador, *ipsum audite*, o que não fizera no Jordão, para nos ensinar que então se merece melhor a dignidade de Pontífice, quando melhor se exercita o ofício de Pregador. E se o nosso Prelado não só foi Pregador, mas Pregador Real, não só pregou sendo Arcebispo, mas as vezes que vimos e admiramos, quão bem merecido teve, com a dignidade de Pontífice, o título de Pregador, *Doctorem*.

[18] Quer S. Paulo o Bispo amigo dos pobres e peregrinos, *Hospitalem*. Sabida é entre os Juristas e Teólogos a obrigação que os Bispos têm de repartir aos pobres tudo o que lhes resta de sua cômgrua e honesta sustentação, o qual se entende dos que comem rendas da Igreja e não dos que só têm uma cômgrua, como são os Bispos ultramarinos; donde se segue que os que forem amigos da pobreza são dignos de maior louvor. O nosso Prelado todos os Sábados dava esmola a mais de duzentos pobres; pelo discurso do ano fazia esmolos secretas, não poucas. Nas sextas-feiras maiores²⁶³, dava de vestir aos pobres, a quem lavava os pés; despachava todas as petições de esmolos e perdões, a que a justiça e a piedade davam lugar.

[19] De sua modéstia, como quer o Apóstolo, *modestum*, quem pode duvidar? Só quando lhe chegavam o coxim para ajoelhar ou lhe arrastavam a cadeira para se assentar se indignava. Nunca se assinou Dom João; a muitos moradores visitou, contra o que usam os

²⁶² Concílio Ecumênico da Igreja Católica, mais conhecido como o Concílio de Trento, por ter-se reunido na cidade de Trento, ao norte da Itália, em três períodos distintos, de 1545 a 1563.

²⁶³ “sextas-feiras maiores”: sextas-feiras da Paixão.

Prelados mas²⁶⁴ soberanos, e é o que em primeiro que tudo admirou S. Ambrósio na visita da Virgem Santíssima a Santa Isabel, *superior venit ad inferiorem*. Os seus criados pôs sempre à sua mesa como amigos, não como criados; foram as duas demonstrações de Cristo para com os seus, sentá-los à sua mesa, *ut edatis, et bibatis super mensam meam*,²⁶⁵ e tê-los em conta de amigos, e não de criados, *non dicam vos servos, sed amicos*.²⁶⁶ A estes teve sempre como o Apóstolo queria, *subditos cum omni castitate*;²⁶⁷ porque bem notória é a sujeição com que criou a sua família e quanto nela zelou qualquer sombra de menos pureza.

[20] Quer mais S. Paulo que não seja o Bispo litigante ou demandista, *non litigiosum*. Longe estava de ser demandista; o que não poucas vezes cedeu de seu direito, por escusar demandas, o que foi tão liberal de sua jurisdição.²⁶⁸ E sendo assim, que por direito divino são as mitras sobre as coroas e sobre os cetros os bagos,²⁶⁹ com aquele excesso com que o sagrado excede ao profano e o eterno ao temporal, ele, por escusar demandas, sujeitou alguma vez o bago ao cetro e à coroa a mitra.

[21] Mandou Cristo a S. Pedro que lançasse a linha ao mar, e a moeda que viesse na boca de um peixe tirasse e desse pelo tributo que injustamente lhe pediam. *Alite hamum, et eum pisces, qui primus ascenderit tolle, et aperto ore ejus invenies stateram, illum summons da pro me, et te*.²⁷⁰ Quem não vê neste milagre o empenho que Cristo faz dos dois maiores atributos de sua divindade, o poder e saber? Se Cristo e Pedro eram isentos de tributos, como o mesmo Cristo disse: *Ergo liberi sunt filii*;²⁷¹ para que empenha Cristo seu poder e saber a fim de²⁷² pagar o tributo que não deve? Para quê? para escusar contendas em matérias de isenções, que de ordinário se não acabam sem litígios; e Cristo não queria que os primeiros Bispos de sua Igreja fossem demandantes, ainda que para isso fosse necessário ceder de seu direito.

[22] Diz ultimamente S. Paulo que não há de ser o Bispo cobiçoso, *non cupidum*. Longe esteve de cobiçoso o que em vida nada quis e na morte nada teve.²⁷³ Em vida nada quis o que, sendo Provincial, recebeu largos benesses²⁷⁴ que têm os Provinciais de sua Ordem? O

²⁶⁴ No texto-base: “mas”, com sentido aditivo de “mais”; conservou-se a forma “mas”.

²⁶⁵ “a fim de que comais e bebais à minha mesa” – Lc 22,30.

²⁶⁶ “não vos chamo servo, mas amigos” – Jo 15,15.

²⁶⁷ “na submissão, com toda dignidade” – 1 Tm 3,4.

²⁶⁸ “o que foi tão liberal de sua jurisdição”: o Arcebispo D. João da Madre de Deus – forma perifrástica.

²⁶⁹ “bagos”: forma antiga de “báculos”.

²⁷⁰ “O primeiro peixe que subir, segura-o e abre-lhe a boca. Acharás aí um estáter. Pega-o e entrega-o a eles por mim e por ti” – Mt 17, 27.

²⁷¹ “Logo, os filhos estão isentos – Mt 17, 26

²⁷² No texto-base: utilizamos a forma “a fim de” fundamentando-nos na tradução do texto bíblico.

²⁷³ “o que em vida nada quis e na morte nada teve”: o Arcebispo D. João da Madre de Deus – forma perifrástica.

²⁷⁴ “Benesse” é substantivo de dois gêneros.

que sendo Arcebispo recebeu as ofertas que se devem aos Arcebispos? Si, e torno a dizer, que em vida nada quis, porque de todos esses benesses, de todas essas ofertas, nada queria para si, porque tudo dispendia²⁷⁵ nas obras dos Mosteiros, tudo nos palácios Arcebispais. *Quid mihi est in caelo, et a te quid volvi super terram:*²⁷⁶ dizia El-Rei Davi com toda a verdade a Deus: Senhor, que tenho eu no Céu e na terra, que quero fora de vós? Que diga Davi com verdade que no Céu nada tinha, concedo, porque ainda naquele tempo não estava no Céu a humanidade de Cristo, que era do sangue e descendência de Davi; mas que diga Davi com verdade que da terra nada queria, sendo um Rei que ajuntou tanto ouro, que conquistou tantas terras? Si, e com muita verdade; porque esse ouro não o queria Davi para si, senão para o templo de Deus, que Salomão seu filho edificou; essas terras conquistadas, não as queria para si, senão para o Reino de Israel, que amplificou para glória do mesmo Deus; e ajuntar e conquistar dessa sorte é o mesmo que não querer cousa alguma nesta vida, *et a te quid volvi super terram?*

[23] E se na vida nada quis, também na morte nada teve; na morte nada teve morrendo Arcebispo? Si, e torno a dizer, que na morte nada teve; porque poucos dias antes de morrer, por pública escritura, fez doação de tudo quanto tinha. Bem pudera o nosso Arcebispo haver licença do Sumo Pontífice, para testar²⁷⁷ na morte como costumam outros Arcebispos Regulares; porém não quis, porque queria morrer como Religioso pobre, e não como Arcebispo rico. Esta distinção há entre o testamento e a escritura entre vivos: que o testamento, para valer, é necessária a morte do testador; antes da morte nada val, é texto de São Paulo, *ubi enim testamentum est, mors intercedat necesse est testatoris;*²⁷⁸ o que não tem a escritura, que logo antes da morte tem valor, e logo faz perder todo o domínio da cousa que se dá; de sorte que quem morre com escritura de doação morre pobre, nada tem quando morre; o que morre com testamento ainda morre rico, ainda morre senhor do que tem; pois eis aqui o que fez o nosso Prelado: não quis morrer com testamento, por não morrer senhor; quis morrer com doação, por não morrer rico; e com verdade se pode dizer que na morte nada teve, porque, em todo o rigor de direito, já antes de morrer nada tinha. Poucos dias antes de morrer, El-Rei Davi mandou ao Profeta Natã que ungissem e aclamassem por Rei a seu filho Salomão; fê-lo assim o Profeta, e foi Salomão do povo aclamado Rei de Israel; e para quê, se este não é o direito das gentes? O direito das gentes é que – Rei morto, Rei posto –, que morra Davi

²⁷⁵ “dispendia” – forma antiga, registrada por Rafael Bluteau, assim como por Antônio de Moraes Silva, do verbo “despender”.

²⁷⁶ “Quem teria eu no céu? Contigo, nada mais me agrada na terra” – Sl 73,25.

²⁷⁷ “testar”: fazer testamento.

²⁷⁸ “Com efeito, onde existe testamento, é necessário que se constate a morte do testador” – Hb 9,16.

primeiro; e, depois de morto Davi, seja Salomão aclamado Rei; porém, Davi, como Santo, não duvidou privar-se do Reino e, com ele, de tudo o mais quanto possuía, para poder dizer com verdade que na morte nada teve, assim como com verdade disse que na vida nada quis, *et a te quid voluit super terram?* Isto fez Davi, e isto mesmo fez o nosso Arcebispo; e mui longe estive de ser cobiçoso, *cupidum*, o que isto fez,²⁷⁹ o que em vida nada quis e na morte nada teve. Havendo sido, pois, o nosso Arcebispo tal qual São Paulo desejava fosse um Bispo mui perfeito, como vimos, *unius uxoris virum, sobrium, etc.*, que razão há, de sentimento, que para não morrerem os demais fosse necessário que um tal Pontífice morresse? Que para sair da nossa Cidade este matador que nos acaba esperasse Deus que o nosso grande Sacerdote morresse, *donec Sacerdos magnus moriatur?*

[24] Porém se isto assim não²⁸⁰ é, Cristãos, se morto o nosso Pontífice ainda este matador não sair da Cidade, porque ainda o mal continua, temos fundamento para cuidar que ainda Deus não quer que saia, porque ainda as causas de ele entrar duram. Eu sei que em Pernambuco entrou este matador e que, morrendo o seu Pontífice eleito, ele não saiu, porque ainda o mal continuou. Pois por que não podemos temer o mesmo? Se nós somos²⁸¹ cúmplices nos mesmos delitos, por que não temeremos ser punidos com os mesmos castigos? No tempo em que os fiéis vendiam suas herdades e punham o preço delas aos pés dos Apóstolos, Ananias, vendendo certo campo, reservou para si certa quantidade e o restante pôs aos pés de São Pedro. Perguntou-lhe o Apóstolo por quanto vendera o campo. Mentiu ele no preço e, por este pecado, ficou logo ali morto de repente. Veio daí a pouco sua mulher Safira, fez-lhe S. Pedro a mesma pergunta, e respondeu ela com a mesma mentira; então deu S. Pedro contra ela esta terrível sentença: *Ecce pedes eorum, qui sepelierunt virum tuum ad ostium, et efferent te;*²⁸² aí estão já à porta os que levaram a enterrar teu marido, esperando por ti, para te levarem à sepultura; e foi assim. Não reparo já neste tão repentino e grave castigo destes dous casados, por falta ao parecer tão leve – posto que não faltava aí que reparar; só reparo que, estando ainda Safira viva, estejam já os da Misericórdia com a tumba à porta, esperando para a levar a enterrar, *ad ostium efferent te*. Que venha a tumba buscar a Ananias, que está morto, obra é de Misericórdia enterrar os mortos; mas que venha buscar a Safira, que está viva, parece temerário pensamento? Porém não foi senão mui acertado juízo. Pecou Safira o mesmo pecado de Ananias, foi Ananias castigado por esta culpa com a morte apressada; pois fizeram

²⁷⁹ “o que isto fez”: o Arcebispo Dom João da Madre de Deus – forma perifrástica.

²⁸⁰ No texto-base: “na”.

²⁸¹ No texto-base, um ligeiro espessamento na haste do alógrafo “f” gerou ambigüidade de leitura, a saber: “fomos” ou “somos”.

²⁸² “Eis à porta os pés dos que sepultaram teu marido; eles levarão também a ti” – At 5,9.

de conta estes enterradores que havia de ser castigada com a mesma pena. Morreu Ananias por mentiroso, por que não há de morrer Safira por mentirosa? Foi sepultado Ananias, por que não há de ser sepultada Safira? Porque onde são as culpas as mesmas, é justa justiça de Deus que sejam os mesmos os castigos; por isso havendo levado à sepultura a Ananias: *Qui sepelierunt virum tuum*, tornam a esperar por Safira com a tumba: *ad ostium, et efferent te*. Se as culpas da Bahia são as mesmas que as de Pernambuco, por que não temeremos nós que sejam os castigos os mesmos? Pernambuco, morto o seu Pontífice, ainda é castigado, porque ainda o mal continuou a matar; a Bahia, morto o seu Pontífice, como não temerá o mesmo castigo, como não temerá também que o mal continue.

[25] E, pois, quanta razão temos de celebrar com lágrimas e exéquias do nosso Pontífice? Morto o nosso Pontífice, tínhamos grandes esperanças de que este mal acabasse; pois Deus Nosso Senhor mandava que, morto o Pontífice, se saísse da Cidade o matador, *postquam autem, etc*. Porém, vendo que, morto ele, o matador não se vai, temos muita razão para cuidar que não quer Deus que se vá, porque quer que ainda dure o castigo. Por uma e outra causa dizia eu que tínhamos muita razão de chorar; mas com esta distinção: que, pela primeira causa, temos razão de chorar sobre ele, e não sobre nós; pela segunda causa, temos razão de chorar sobre nós, e não sobre ele. Ilustremos uma e outra cousa com a divina Escritura.

[26] Morreu Arão, primeiro Sumo Sacerdote do povo de Deus, e diz a Escritura que chorava sobre ele todo o povo por espaço de trinta dias: *omnis autem multitudo videns occubuisse Aaron, flevit super eo triginta diebus*.²⁸³ Não diz que choraram sobre si, senão que choraram sobre ele, *flevit super eo*. E por que não choraram também sobre si, na perda de um tão grande e tão benemérito Pontífice como Arão? Na causa da morte de Arão está a razão: disse-a o mesmo Deus a Moisés: *Eo quod incredulus fuerit mihi ad aquas contradictionis*.²⁸⁴ E foi o caso que, rebelando-se o povo de Deus contra Moisés e Arão pela falta de água que padecia, acudiram eles a Deus; Deus mandou que falassem a uma pedra, e que ela daria água, *Loquimini ad Petram*.²⁸⁵ Eles, com alguma desconfiança que a pedra houvesse de dar água, em lugar da palavra feriram a pedra com a vara: *Percutiens bis scilicem*,²⁸⁶ por esta desconfiança, pois, manda Deus que morra Arão, *eo quod incredulus fuerit mihi ad aquas contradictionis*. Muitos dos Expositores Sagrados dizem que este pecado de Arão foi só venial, porque só foi

²⁸³ “Toda a comunidade viu que Aarão havia expirado e toda a casa de Israel chorou [sobre ele] durante trinta dias” – Nm 20, 29.

²⁸⁴ “[Arão] reunir-se-á aos seus, visto que fostes rebeldes à minha voz, nas águas” – Nm 20,24.

²⁸⁵ “Falai a este rochedo” – Nm 20,8.

²⁸⁶ “[Moisés] feriu o rochedo por duas vezes” – Nm 20,11.

uma desconfiança leve de poder dar a pedra água; foi, porém, mortal o pecado do povo, porque foi uma rebelião gravíssima contra Deus e seus servos. Pois se o pecado de Arão foi leve, e o pecado do povo foi grave, como morreu Arão, e fica o povo vivo? Esta consideração, sem dúvida, cavou os ânimos daquele povo para fazerem esta justa consideração: o nosso Pontífice morre, e nós ficamos vivos! Ele só venialmente pecou, e nós gravissimamente pecamos; e, contudo, Deus mata a ele, e não a nós! A ele por pouco, e não a nós por muito! Oh quanta razão temos de chorar sobre ele, *flevit super eo*? Porventura, não são maiores nossos pecados do que podiam ser os de um Pontífice tão Religioso como o nosso? Pois se para nós vivermos morreu ele, porque para acabar o mal que nos mata esperou Deus que ele morresse, quanta razão temos de chorar sobre ele, e não sobre nós? Devemos chorar como choraram os do povo de Deus na morte do seu Pontífice: não sobre si, senão sobre ele, *flevit super eo*.

[27] Porém se, morto o nosso Pontífice, ainda o mal continua em matar, temos muita razão de chorar sobre nós, e não sobre ele, porque é sinal que ainda entre nós fica a causa do castigo. *Filiae Hyerusalem nolite flere super me, sed super vos ipsas flete, et super filios vestros*,²⁸⁷ dizia Cristo àquelas piedosas mulheres que com as lágrimas nos olhos o seguiam para o Calvário; filhas de Jerusalém, não choreis sobre mim, mas chorais sobre vós, e chorai sobre vossos filhos. Por que não haviam de chorar sobre um espetáculo tão digno de lástima, como Cristo ia com uma Cruz às costas para o martírio? O mesmo Senhor deu a razão: *Quoniam ecce venient dies, in quibus dicent: beatae steriles, et ventres, qui non genuerunt*;²⁸⁸ via o Senhor que, morto ele, ainda ficava sobre todos o castigo que estava prevenido, *ecce venient, etc.* Pois razão tinham de chorar sobre si, e não sobre ele. *Nolite flere super me, sed super vos*. Se, morto o nosso Pontífice, ainda o castigo fica sobre nós, razão temos de chorar sobre nós, e não sobre ele, e com a mesma razão que Cristo às filhas de Jerusalém, nos poderia dizer a nós o nosso Pontífice, *nolite flere super me, sed super vos flete*.

[28] Estas são razões comuas²⁸⁹ e que a todos nos tocam; porém, nós, os Religiosos, ainda temos, sobre estas, e outra razão mui particular de celebrar com lágrimas as exéquias deste Ilustríssimo Prelado: o amor com que amava todas as famílias Religiosas. Nós, os da Companhia de Jesus, eternamente confessaremos este amor. Nosso Reverendo Padre Geral, sendo informado do amor com que este Prelado amava nossa Companhia, lhe mandou de Roma a carta de participação de todas nossas boas obras, a qual se não costuma mandar senão

²⁸⁷ “Filhas de Jerusalém não choreis por mim; chorai por vós mesmas e por vossos filhos” – Lc 23,28.

²⁸⁸ “Eis que virão dias em que se dirá: Felizes as estéreis, as entranhas que não conceberam” – Lc. 23, 29.

²⁸⁹ No texto-base: “commuas” – variação feminina do adjetivo “comum” (no plural). É hoje forma desusada.

aos grandes amigos. Pois quanta razão temos de sentimento os da Companhia. Lembra-me que, querendo Cristo dar aos de sua companhia as novas da morte de Lázaro, o fez com estas notáveis palavras: *Lazarus amicus noster dormit*, Lázaro nosso amigo dorme; e, porque eles não entenderam a frase, lhes disse o Senhor claramente como Lázaro era morto, *tunc dixit illis manifeste, Lazarus mortuus est*.²⁹⁰ Notai que quando chama a Lázaro amigo, *amicus*, não diz que morrera, senão que dormia, *dormit*; porém, quando diz claramente que morrera, *mortuus est*, cala então o nome apelativo de amigo e só diz o nome próprio de Lázaro, *Lazarus mortuus est*. E qual será a razão? A razão deu o mesmo Cristo na palavra, *amicus noster*, nosso amigo; era Lázaro amigo de Cristo e de sua Companhia (que por isso não disse: *amicus meus*, meu amigo; senão, *amicus noster*, nosso amigo), e quis ir dispondo os ânimos dos de sua companhia para ouvir as tristes novas da morte de um tão grande amigo como Lázaro. Calar o nome de amigo parecia ingratidão; dar de repente a nova, com a lembrança do amor aos de sua companhia, parecia nova intolerável; pois que remédio? Confessa a amizade, *amicus noster*, e dá a nova da morte debaixo da metáfora de sono, *dormit*, para que, assim dispostos, os ânimos²⁹¹ dos seus tivessem ânimo²⁹² para ouvir depois a nova clara, *tunc dixit illis manifeste, etc*. Não foi menor o amor do nosso Pontífice aos da Companhia de Jesus que foi o amor de Lázaro aos da companhia de Cristo. Nós confessaremos sempre que, assim como ele podia dizer com João, *amicus sponsi*, nós podemos dizer com Cristo, *amicus noster*. Pois quanta razão temos os da companhia de sentimento? Eis aqui as razões, porque eu disse, no princípio, que nas exéquias do Ilustríssimo Senhor Dom João da Madre de Deus, primeiro e digníssimo Arcebispo desta Diocese, melhor falava o silêncio que a voz, melhor declamavam as lágrimas que as palavras.

[29] E, entre tantas razões de sentimento, não há também alguma razão de alívio? Si, há duas razões que muito nos devem consolar. A primeira pertence à sua glória, a segunda ao nosso proveito. A sua glória pertence à consideração da morte, que teve tão santa e tão conforme com a vontade de Deus, porque, além de se confessar geralmente e receber todos os Sacramentos, esteve as últimas quatro horas da agonia com os olhos sempre fixos em uma imagem de Cristo crucificado, sem jamais os apartar. Quem pode duvidar da Santidade daquela alma, que, como a Alma santa, assim tinha os olhos fixos em seu amado Esposo? Ao²⁹³ menos não tinha mui longe de Deus o coração quem assim teve a Deus tão perto dos olhos? Aqueles Santos Patriarcas e amigos de Deus antigamente, todos morriam com os olhos

²⁹⁰ “Então Jesus lhes falou claramente: Lázaro morreu” – Jo 11,13.

²⁹¹ “os ânimos”: os estados de espírito.

²⁹² “ânimo”: coragem, força.

²⁹³ No texto-base: “ao”, com inicial minúscula.

da esperança fixos neste senhor futuro; o nosso Pontífice quis morrer com os olhos fixos no mesmo Senhor presente; e, se aqueles se salvaram naquela esperança, este – por que se não salvaria nesta fé?

[30] A nosso proveito pertence a consideração de que morto o nosso Arcebispo nos alcançará de Deus outro de seu mesmo espírito e de sua mesma condição. Move-me a crer isto a doação que poucos dias antes de morrer fez de todo o seu Pontifical ao Arcebispo sucessor, porque podemos crer que naquele Pontifical (como Elias na capa a Elizeu) deixou seu espírito a seu sucessor. Quando houve de morrer Arão, mandou Deus a Moisés que lhe despisse o Pontifical e que o vestisse a Eleazar seu sucessor: *Cumque spoliaveris Aaron vestibis suis, indues Eliazarum.*²⁹⁴ E por que razão há de vestir Eleazar o Pontifical de seu antecessor? Não fora melhor fazer outro de novo ajustado à sua escritura? Foi porventura para que Eleazar com o pontifical de Arão vestisse o espírito e condição de Arão, porque, considerando Eleazar que aquele Pontifical fora de um Pontífice tão brando e tão afável como Arão, vestisse com o pontifical a brandura e afabilidade de Arão, seu antecessor, *cumque spoliaveris, etc.* Não acaso, mas com especial providência de Deus, dispôs o nosso Arcebispo a seu sucessor todo o seu Pontifical, para que, lembrado este de quão brando e quão afável fora seu antecessor, vista com o Pontifical seu espírito e sua condição, assim como Eleazar, com o Pontifical de Arão, o espírito e condição de Arão.

[31] Estas são as razões que, sobre as de sentimento, temos hoje de consolação. Só falta lembrar a todos os obséquios devidos à alma do nosso Pontífice, o respeito a seu cadáver, as honras a suas cinzas; porque todo o obséquio, toda a honra, toda a adoração que lhe dermos, tudo é devido à sua pessoa, à sua dignidade, a seus benefícios. Morreu Moisés por ordem de Deus no Monte Nebo, e morreu Arão por ordem do mesmo Deus no monte Hor; foi Moisés sepultado por mãos dos Anjos, e foi Arão sepultado por mãos dos homens; assim se entende o *sepelivit eum Dominus*²⁹⁵ do Texto Sagrado. Se a dignidade de Arão é mais sagrada que a de Moisés, e Arão morreu, como Moisés, por disposição de Deus, por que dispõe Deus que Moisés seja enterrado por mão de Anjos, e Arão por mãos de homens? Por isso mesmo, porque Arão era Pontífice, e Moisés não. As honras, os funerais dos que não são Pontífices, corram embora por mãos de Anjos, corram por mãos de quem Deus quiser, que os funerais do que é Pontífice quer Deus que corram por conta dos homens e não dos Anjos, porque aos homens convém, e não aos Anjos, honrar as cinzas dos seus Pontífices; e toda a honra e toda adoração que se dá ao cadáver do Pontífice, toda é justa, toda é merecida à sua dignidade.

²⁹⁴ “[Moisés] despiu a Aarão das suas vestes e as vestiu em Eleazar” – Nm 20,28.

²⁹⁵ “E o Senhor o sepultou” – Dt 34,5.

[32] Morto Moisés, escondeu-lhe Deus sua sepultura, de sorte que ninguém soubesse aonde estava: *non cognovit homo sepulcrum ejus*.²⁹⁶ Não leio, porém, fizesse o mesmo à sepultura de Arão; a razão que dão os Expositores Sagrados é para que o povo não desse ao corpo de Moisés mais honra da que se lhe devia; não chegasse a dar-lhe adorações de divino e idolatrasse. Pergunto: e no corpo morto não havia o mesmo perigo? Arão não era irmão de Moisés; o irmão de Deus não é Deus? Se Deus tivera irmão assim como tem Filho, havia o irmão de Deus ser Deus, assim como o Filho de Deus é Deus; logo, se Arão era irmão de Moisés, como não há o mesmo perigo de Arão ser adorado por Deus, e em Moisés si? A razão é porque Arão era Sacerdote Pontífice, e Moisés não; e as adorações ao Pontífice Sacerdote não são perigosas, não são idolatrias, porque todas lhe são devidas. Na estimação de Deus, os Pontífices Sacerdotes também são Deuses nas honras e adorações, posto que o não sejam na substância. *Diis non detrahes*,²⁹⁷ não murmureis dos Deuses, disse ele, querendo dizer que não murmurassem dos Pontífices Sacerdotes; e, pois, os Pontífices Sacerdotes são Deuses? Não são Deuses na substância, mas são Deuses no respeito e adoração que se lhes deve, e toda quanta honra, toda quanta adoração se lhes fizer, nenhuma é perigosa, nenhuma é idolatria, porque toda lhes é devida. Pois eis aqui porque Deus encobre o sepulcro de Moisés e não de Arão, porque a adoração que o povo desse às cinzas de Moisés seria idolatria, por ser honra que só a Deus se deve; e a adoração que se desse às cinzas de Arão não seria idolatria, porque toda a honra, toda a adoração é devida às cinzas de um Pontífice. Não é, logo, demasiada, antes bem merecida, toda a honra, toda a adoração que dermos às cinzas do nosso Pontífice, não só por Pontífice, mas por Pontífice nosso, tão benévolo, tão afável e tão benemérito.

[33] E já desta honra ou desta veneração vejo eu grandes prenúncios na nobre e louvável ação do muito R. Cabido, Sede vacante,²⁹⁸ em confirmar por público edital todas as disposições de ofícios e benefícios que Sua Ilustríssima havia feito em vida. Quando Davi andava em sua vida com aqueles santos pensamentos de edificar o Templo de Deus, dispôs e nomeou todos os ofícios e benefícios, assim Sacerdotais como Levíticos, que haviam de servir no Templo. Leia-se o capítulo 23 até 26 do Paralipomenon, aonde largamente se relatam. Morreu finalmente Davi, e Salomão, que lhe sucedeu assim no Reino como na fábrica do templo, quando houve de nomear os ministros que lhe haviam de servir, mandou que em tudo

²⁹⁶ “ninguém sabe onde é a sua sepultura” – Dt 34,5.

²⁹⁷ “Não blasfemarás contra Deus” – Ex 22,27.

²⁹⁸ No texto-base: “Sedevante”. Rafael Bluteau, no *Vocabulário Português e Latino*, às páginas 543-544, diz que: “sede, também se toma pela jurisdição Eclesiástica, Episcopal, ou Pontifícia. Como quando se diz: ‘Recorrer à Santa Sede Apostólica’. Sede Vacante é quando morreu o Prelado, Bispo, ou Arcebispo. Sede Vacante, governa o Cabido. Os Autores Eclesiásticos dizem em latim *Sede vacante*.” Nesta edição adotou-se a forma “Sede vacante”.

se guardasse a disposição de Davi, que servissem aqueles mesmos que Davi nomeara e na mesma forma que Davi dispusera: *Et constituit iuxta dispositionem David officia Sacerdotum in ministeriis suis, et Levitas ordine suo: et ianitores in divisionibus suis;*²⁹⁹ enfim, mandou que tudo ficasse como El-Rei Davi tinha em vida disposto. E, pois, Salomão, a quem Deus dotou de tanta sabedoria, não teria prudência para fazer outras disposições ainda mais acertadas? Sim, faria, mas devia Salomão este respeito a seu antecessor, devia este amor a seu pai Davi; que ficassem esses ofícios e estes benefícios de sorte que ele em vida dispusera, e nisto mostrou Salomão não só sua prudência, mas o conceito grande que tinha de seu pai. E não é o mesmo, em termos, o que fez o muito R. Cabido Sede vacante no público edital?

[34] E acrescenta esta cortesia considerar que o Cabido Sede vacante, como sucede na jurisdição e poder mesmo do Pontífice defunto, podia justa e licitamente dispor outra cousa, se assim parecesse bem; mas, julgando por boas as disposições do Pontífice defunto, encarece sua cortesia quanto se pode encarecer. A Salomão, não só como a Rei, que era, mas como a Padroeiro, competia a nomeação de todos os ofícios e benefícios dos que houvessem de servir no templo; contudo, não quis senão estar pelas disposições de El-Rei morto. E, pois, se em Salomão estava o poder, por que não dispõe de outra sorte as cousas? A Escritura o diz: *Sic enim praeceperat David homo Dei;*³⁰⁰ tinha-o mandado assim Davi, que foi um homem de Deus. E, pois, pelo haver mandado Davi, não podia Salomão mandar outra cousa, pois tinha o mesmo poder? Sim, podia, mas nisto esteve o excesso do amor, respeito, cortesia e do conceito que Salomão tinha de Davi; mandou-o assim Davi, que foi um homem de Deus, *homo Dei*. Pois isto se guarde. Aí esteve o excesso de cortesia do nosso muito R. Cabido, que, tendo poder para desfazer todas as disposições que o Pontífice morto fizera em vida, quis estar por todas, só porque assim o havia mandado um Prelado tão Religioso e tão servo de Deus, *sic enim praeceperat David homo Dei*.

[35] E vós, ó alma ditosa, se estais já em lugar de paz, como esperamos, na Misericórdia divina, como nos promete vida tão Religiosa, como nos assegura tão santa morte, já lograis a cela que suspirais com muito maior ventagem do que cuidáveis — se o Rei da Glória, como confio, vos meteu dentro daquela cela vinária, que é a Glória, aonde ordena a seus amigos a caridade de seu infinito amor. E se assim é, quão boa troca foi a do Bispado da terra pelo reinado do Céu! Quão boa a troca do Bago pelo cetro, da mitra pela coroa! O que

²⁹⁹ “Estabeleceu, segundo a disposição de Davi, seu pai, as classes dos sacerdotes em seu serviço, os levitas em sua função para louvar e officiar junto dos sacerdotes segundo o ritual cotidiano” – 2Cr 8,14.

³⁰⁰ “pois essa foi a norma de Davi, homem de Deus” – 2Cr 8,14 .

importa é fazer agora lá no Céu o ofício de Advogado que cá tinhais³⁰¹ na terra, porque, segundo S. Paulo, o ofício de Pontífice e o ofício de Advogado são o mesmo ofício. Fazei com Deus Nosso Senhor que nos livre destas enfermidades que nos matam, porque não sois vós Pontífice que não vos saibais compadecer de nossas enfermidades, *non habemus Pontificem qui non possit compati infirmitatibus nostris*,³⁰² porque também como nós as padecestes e, também como nós, delas morrestes, *tentatum autem per omnia*.³⁰³ Sobretudo vos pedimos que nos alcanceis de Deus um Pontífice manso e humilde de coração como vós, porque este é o Pontífice mais semelhante a Cristo, que é a regra de toda a perfeição, o qual nos encaminhe pelos caminhos da graça, para os prados da glória, *ad quam nos perducat, etc.*

F I M

³⁰¹ Manteve-se a forma verbal antiga “tinhas”. Antônio de Morais Silva, no “Epítome da gramática portuguesa”, faz a seguinte consideração sobre essa forma verbal: “Os Antigos dixerão *haviades, tinhades, &c, Barros*, e outros ommittirão o *d*, e dixerão *tinhas, haviais, &c.*” (p.XXXIX).

³⁰² “não temos sumo sacerdote incapaz de se compadecer das nossas fraquezas” – Hb 4,15.

³⁰³ “foi provado em tudo” – Hb 4,15.

Considerações finais.

Pretendeu-se, com esta pesquisa, resgatar e estudar uma importante obra da literatura oratória sacra da América Portuguesa do século XVII. Acreditamos que, a partir deste trabalho, se possa revalorizar e repensar a qualidade dos sermões seiscentistas. Estes não se reduzem, apenas, aos de Antônio Vieira, Antônio de Sá e Eusébio de Matos. Existem muitos oradores sagrados, não tão famosos como os precedentes, que produziram obras que merecem a atenção da moderna crítica literária brasileira; obras que, se tomadas em perspectiva, ou seja, se justamente resgatadas do esquecimento e colocadas em proximidade, umas com as outras, poderão revelar, no entrecruzamento desses textos, novos aspectos da sociedade colonial e de suas manifestações literárias. Com o resgate dos textos do nosso passado literário, e, de modo especial, em relação à época chamada barroca, poder-se-á formar uma nova crítica literária, e quem sabe uma nova historiografia literária, que se fundamenta não apenas na parte, algumas obras já cristalizadas, mas que busca, no julgamento do conjunto das obras produzidas, em certo contexto histórico-cultural, um maior esclarecimento do que seja uma tradição literária.

Mais necessária do que a consciência da origem da literatura brasileira – se surgiu com Anchieta, Bento Teixeira, Cláudio Manuel da Costa, Gonçalves de Magalhães ou com o grupo da Semana de Arte Moderna de 1922 – é a consciência da existência de uma tradição literária no Brasil. Essa tradição comporta os mais diversos gêneros, dentre os quais podemos destacar: as *crônicas*, dos primeiros cronistas, os *autos* anchietanos, as *cartas* de Manuel da Nóbrega, as *poesias* de Manuel Botelho de Oliveira, os *sermões* dos pregadores dos séculos XVI, XVII, XVIII e XIX etc.

Esta pesquisa, de modo amplo, traz três contribuições principais aos estudos de literatura brasileira. A primeira consiste no resgate de uma obra que estava prestes a se perder em arquivos e bibliotecas. A segunda se refere ao esclarecimento da existência de uma tradição escrita no Brasil que carece de ser revisitada pela crítica especializada (literária e linguística). A terceira contribuição se expressa no convite aos estudiosos da literatura deste país a fim de que unam seus esforços na preservação e divulgação do nosso patrimônio histórico-cultural (literário).

Existem muitos textos literários, ou manifestações literárias, notadamente sermões, dentre outras obras, que carecem de reedições e estudos críticos; por exemplo: o *Sermão de Santo Agostinho*, do frei José da Natividade (1649-1714), o *Sermão da soledade da mãe de Deus*, do padre Ângelo dos Reis (1664-1723), a *Oração fúnebre*, do frei Francisco de Santa Tereza de Jesus Sampaio (1778-1830), os *Três sermões panegíricos de Santo Agostinho*, do frei Ruperto de Jesus (1644-1708), o *Sermão pregado na Bahia em primeiro de janeiro de 1659 na festa do nome de Jesus*, do padre Simão de Vasconcelos, os *Sermões das tardes das domingos da quaresma*, do padre Antônio da Silva (1639-?), os *Sermões*, do padre Bartolomeu Lourenço de Gusmão (1685-

1724), os *Sermões*, do padre Sebastião do Vale Pontes (1663-1736), os *Sermões*, do padre Domingos Ramos (1653-1728).

Tomara que surjam outras reedições e que novos olhares sejam lançados, não somente sobre os textos do padre Alexandre de Gusmão, e do período colonial brasileiro, mas, sobretudo, no que se refere aos vários outros textos, de outros *artistas da palavra*, dos mais diversos períodos da historiografia literária brasileira, abordando novas questões, levantando novos problemas, propondo novas hipóteses e estruturando novos métodos de estudos literários.

Fechamos nosso trabalho conscientes do muito que se tem ainda por fazer, no que concerne ao resgate das inúmeras obras formadoras de nossa tradição literária. Este, porém, foi apenas um passo dado que, se somado a outros passos, a outras pesquisas na área da crítica textual, com ênfase à prática editorial, poderá trazer sérias consequências aos estudos literários brasileiros como, por exemplo, a reavaliação do nosso cânone literário.

Referências bibliográficas.

- ADAM, K. *A essência do catolicismo*. Tradução de Tasso da Silveira. Rio de Janeiro: Vozes, 1942.
- AGOSTINHO, Santo. *Confissões*. 2.ed. São Paulo: Paulinas, 1986.
- AGOSTINHO, Santo. *A Trindade*. São Paulo: Paulus, 1998. .
- AGOSTINHO, Santo. *A Doutrina Cristã*. São Paulo: Paulus, 2002.
- AGOSTINHO, Santo. *O cuidado devido aos mortos*. São Paulo: Paulus, 2002.
- ALONSO, Dámaso. *Poesia espanhola*. 2.ed. Madrid: Gredos, 1956.
- ALMEIDA, Palmira M. R. de. *Dicionário de autores no Brasil colonial*. Lisboa: Colibri, 2003.
- ARIÈS, Philippe. *O homem diante da morte*. Tradução de Luiza Ribeiro. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977, 2v.
- ARISTÓTELES. *Arte poética e arte retórica*. São Paulo: Ediouro, 1958.
- ARISTÓTELES. *Arte retórica*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1959.
- AUERBACH, Erich. *Figura*. São Paulo: Ática, 1997.
- AUERBACH, Erich. *Introdução aos Estudos Literários*. São Paulo: Cultrix, 1972.
- AUGÉ, Matias. *Liturgia*. 2.ed. São Paulo: Ave-Maria, 2004.
- ÁVILA, Afonso. *O lúdico e as projeções do mundo barroco*. 2.ed. São Paulo: Perspectiva, 1980.
- AZEVEDO FILHO, Leodegário Amarante de. *Iniciação em crítica textual*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Presença; São Paulo: EDUSP, 1987.
- BANDEIRA, Manuel. *Noções de história das literaturas*. 6.ed. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1969.
- BARROS, José Américo Miranda; BOECHAT, Maria Cecília. *Sermão do Mandato*. Texto de Eusébio de Matos. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 1999.
- BÍBLIA. *Bíblia de Jerusalém*. 2ª impressão. São Paulo: Paulus, 2003.
- BÍBLIA *Iuxta Vulgatam Clementinam*. Editio electronica: Biblioteca de Aut. Cristianos, 2006.
- BÍBLIA *Vulgata Latina*. Versão eletrônica: <http://www.bibliacatolica.com.br>.
- BOSI, Alfredo. *Historia concisa da literatura brasileira*. 3.ed. São Paulo: Cultrix, 1982.
- BOSI, Alfredo. *Literatura e resistência*. São Paulo: Companhia das letras, 2002.
- BUENO, Francisco da Silveira. *Estudos de filologia portuguesa*. São Paulo: Saraiva, 1967.
- BLUTEAU, Rafael. *Vocabulário Português e Latino*. Colégio das Artes da Companhia de Jesus: Coimbra, 1712, 8v.
- CALMON, Pedro. *História da Literatura Bahiana*. 2.ed. São Paulo: José Olympio, 1949.
- CALMON, Pedro. *Espírito da Sociedade Colonial*. São Paulo: Nacional, 1935.
- CALMON, Pedro. *História do Brasil*. São Paulo: Nacional, 1941, v.2.
- CAMPENHAUSE, H.V. *Os Pais da Igreja*. Rio de Janeiro: CPAD, 2005.
- CAMBRAIA, César Nardelli. *Introdução à crítica textual*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

- CAMBRAIA, César Nardelli; BARROS, José Américo Miranda. *Crítica Textual Reflexões e Práticas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.
- CANDIDO, Antonio; CASTELLO, José Aderaldo. *Presença da literatura brasileira: das origens ao Romantismo*. 8.ed. Rio de Janeiro; São Paulo: DIPEL, 1977.
- CANDIDO, Antonio. *Estudo analítico do poema*. São Paulo: Editorial Humanitas, 2004.
- CANDIDO, Antonio. *Formação da Literatura Brasileira: momentos decisivos*. 6.ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 2000.
- CANDIDO, Antonio. *Noções de análise histórico-literária*. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2005.
- CANTALAMESSA, Raniero. *O Mistério da Páscoa*. São Paulo: Santuário, 1993.
- CASTELLO, José Aderaldo. *A literatura brasileira: origens e unidade (1500-1960)*. São Paulo: Edusp, 1999. 2v.
- CASTELLO, José Aderaldo. *A Literatura Brasileira I: manifestações literárias da era colonial (1500-1808/1836)*. São Paulo: Cultrix, 1972.
- CASTRO, Aníbal Pinto de. *Retórica e teorização Literária em Portugal*. Coimbra: Centro de Estudos Românicos, 1973.
- CATECISMO. *Catecismo da Igreja Católica*. São Paulo: Loyola, 2000.
- CERDAN, Francis. *La oración fúnebre del siglo de oro: entre sermón evangélico e panegírico poético sobre fondo de teatro*. Tolouse: Criticón, 1985.
- COELHO, Jacinto do Prado. *Dicionário de literatura: Literatura Brasileira, Literatura Portuguesa, Literatura Galega, estilística literária*. Porto: [José Aguilar], 1973. v.3.
- CONCEIÇÃO, Apolinário da. *Primazia Seráfica na Região da América*. Lisboa: Oficina de Antônio de Souza, 1733.
- COUTINHO, Afrânio. (Org). *A literatura no Brasil*. 2.ed. Rio de Janeiro: Editorial Sul Americana, 1968, 6v.
- COUTINHO, Afrânio. *A tradição Afortunada: O espírito de nacionalidade na crítica Brasileira*. São Paulo: José Olympio, 1968. (série documentos Brasileiros).
- DICIONÁRIO. *Enciclopédia e Dicionário Internacional*. Rio de Janeiro: Jackson, 1960, 10v.
- DUBOIS, J. et al. *Retórica geral*. São Paulo: Cultrix, 1974.

- FARIA, Ernesto. et al. *Dicionário Escolar Latino Português*. 3.ed. Rio de Janeiro: Ministério da Educação, 1962.
- FRANÇA, Júnia Lessa; VASCONCELLOS, Ana Cristina de. *Manual para normalização de publicações técnico-científicas*. 6.ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.
- FRANCA, Leonel. *O método pedagógico dos jesuítas*. Rio de Janeiro: Agir, 1952.
- FRANCO, Odair. A Primeira Epidemia de Febre Amarela no Brasil. in: *História da Febre Amarela no Brasil*. Rio de Janeiro: Ministério da Saúde, 1969.
- FREIRE, Laudelino. Padre Alexandre de Gusmão. In: *Clássicos brasileiros: Breves notas para a história da literatura filológica nacional*. Rio de Janeiro: Rev. de Língua Portuguesa, 1923.
- FREIRE, Laudelino. Padre Bartolomeu Lourenço de Gusmão. In: *Clássicos brasileiros: Breves notas para a história da literatura filológica nacional*. Rio de Janeiro: Rev. de Língua Portuguesa, 1923.
- FERREIRA, Valéria Maria Pena. *Retórica das Lágrimas: sermões e orações fúnebres na Bahia do século XVII*. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2007 (Tese).
- FERREIRA, Valéria Maria Pena. *Ecce Homo: Eusébio de Matos*. Belo Horizonte: Revista em Tese, v.4, pp. 59-65, 1999.
- FERREIRA, J.F. *Conceição virginal de Jesus*. Roma: Università Gregoriana Editrice, 1980.
- FOLQMAN, C. *Dicionário Português e Latino*. Lisboa: oficina de Miguel M. da Costa, 1755.
- GALVÃO, Ramiz. *O púlpito no Brasil*. RIHGB, v.146, 1922.
- GAMA, A. C. Chichorro da. *Breve dicionário de autores clássicos da Literatura Brasileira*. Rio de Janeiro: Revista de Língua Portuguesa, 1921.
- GENETTE, G. *Figuras*. Trad. Ivonne Floripes Mantoanelli. São Paulo: Perspectiva, 1972.
- GUIRAUD, P. *La Estilística*. Trad. Marta G. Torres Aguero. 2.ed. Buenos Aires: Nova, 1960.
- GUSMÃO, Alexandre de. *Arte de criar bem os filhos na idade da puerícia*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- GUSMÃO, Alexandre de. *História do Predestinado Peregrino e de seu irmão Precito*. Évora: Oficina da Universidade, 1685.
- HANSEN, João Adolfo. *A alegoria: construção e interpretação da metáfora*. São Paulo: Editora da Unicamp, 2006.
- HANSEN, João Adolfo. *Barroco, neobarroco e outras ruínas*. Revista Tereza. São Paulo: Ed. 34, nº2, 2001.
- HANSEN, João Adolfo. *A sátira e o engenho: Gregório de Matos e a Bahia do século XVII*. 3.ed. São Paulo: Secretaria de estado da Cultura: Companhia das Letras, 1989.

- HATZFELD, Helmut. *Estudos sobre o Barroco*. 2.ed. São Paulo: Perspectiva, 1973.
- HOLANDA, Sergio B. de. *Capítulos de literatura colonial*. São Paulo: Brasiliense, 2000.
- HOLANDA, Sergio B. de. *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1973. v.1.
- HOMERO. *Ilíada*. São Paulo: Melhoramentos, 1999.
- HOUAISS, Antônio. *Elementos de Bibliologia*. Rio de Janeiro: INL, 1967.
- HOUAISS, Antônio. *Dicionário da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004.
- KARRIS.J.R;BERGANT.D. *Comentário Bíblico*. São Paulo: Loyola, 1999.
- KOTHE, Flávio R. *O cânone colonial*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1997.
- LAPA, Manuel R. *Estilística da Língua Portuguesa*. 5.ed. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1968.
- LAUSBERG, Heinrich. *Elementos de retórica literária*. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 2004.
- LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Rio de Janeiro: INL, 1949.10 v.
- LOPES, Hélio. Oratória sacra no Brasil. In: *Letras de Minas e outros ensaios*. São Paulo: Edusp, 1997.
- LORAUX. Nicole. *Invenção de Atenas*. Rio de Janeiro: editora 34, 1994.
- MACEDO, Joaquim Manuel de. *Ano Biográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Tipografia e Litografia do Imperial Instituto Artístico, v.2, 1876.
- MACHADO, Diogo Barbosa. *Biblioteca Lusitana*. Lisboa: oficina de Antônio Isidoro da Fonseca. v.1, 1791.
- MARQUES, João Francisco. *A Parenética Portuguesa e a Restauração 1640-1668*. A Revolta e a Mentalidade. Porto: Centro de História da Universidade do Porto, 1989, v.1. 2v.
- MARQUES, João Francisco. *O púlpito barroco português*. Os seus conteúdos doutrinários e sociológicos – a pregação seiscentista do Domingo das Verdades. Porto: CHUP, 2004.
- MARTINS, Wilson. *História da inteligência Brasileira*. São Paulo: Cultrix, 1978. Tomo 1.
- MATIAS, Augé. *Liturgia: História, celebração, teologia e espiritualidade*. 2.ed. São Paulo: Ave-Maria, 2004.
- MENEZES, Djacir. *Evolução do pensamento literário no Brasil*. Rio de Janeiro: Organização Simões, 1954.
- MERQUIOR. José Guilherme. *De Anchieta a Euclides: breve história da Literatura Brasileira*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1977.

- MIRANDA, Evaristo Eduardo de. *Agora e na hora: Ritos de passagem à eternidade*. São Paulo: Loyola, 1996.
- MEYER, Elizabeth A. *Epitaphs and Citizenship in Classical Athens*. EUA: Journal of Hellenic Studies, 1993.
- MATOS, Eusébio de. *Ecce Homo*. Rio de Janeiro: Revista de Língua Portuguesa, 1923.
- MOISÉS, Massaud. *Dicionário de termos literários*. São Paulo: Cultrix, 2004.
- MOISÉS, Massaud. *História da Literatura Brasileira I: origens, Barroco, Arcadismo*. São Paulo: Cultrix, 1985.
- MOISÉS, M. *A Literatura Brasileira através dos textos*. 3.ed. São Paulo: Cultrix, 1974.
- MORAES, Rubens Borba de. *Bibliografia brasileira do período colonial: catálogo comentado das obras de autores nascidos no Brasil e publicadas antes de 1808*. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros, 1969.
- MOTA, Artur. *História da Literatura Brasileira (época de formação)*. São Paulo: Nacional, 1930, v.1, 2v.
- MOTA, Artur. *História da Literatura Brasileira (época de transformação)*. São Paulo: Nacional, 1930, v.2, 2v.
- NUNES, J. J. Eusébio de Matos. In: MATOS, 1923. [Texto introdutório, em páginas não numeradas.]
- PRADO E SILVA, Adalberto. *Dicionário da Língua Portuguesa Melhoramentos*. São Paulo: Melhoramentos, 1965.
- PÉCORA, Alcir. *Pe. Vieira: A arte de morrer*. Nova Alexandria: São Paulo, 2000.
- PÉCORA, Alcir. *Teatro do sacramento*. São Paulo: Edusp 1994.
- PEIXOTO, Afrânio. *Noções de História da Literatura Brasileira*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1931.
- PERELMAN, Chaim; TYTECA, Lucie Olbrechts. *Tratado da Argumentação*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- PÉRICLES. *Oração fúnebre aos mortos do 1º ano da guerra do Peloponeso*. Tradução de Eduardo Cruz. Lisboa: Educação Nacional, 1941.
- PICCHIO, Luciana Stegagno. *História da Literatura Brasileira*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2004.
- PITA, Sebastião da Rocha. *História da América Portuguesa*. São Paulo: Jackson, 1964.
- PONTES, Maria de Lourdes Belchior. *Frei Antônio das Chagas: um homem e um estilo do século XVII*. Lisboa: Centro de Estudos Filológicos, 1953.

- QUINTILIANO, M. F. *Instituições oratórias*. Trad. Jerônimo Soares Barbosa. 2.ed. São Paulo: Cultura, 1944. 2v.
- REBOUL, Olivier. *Introdução à retórica*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- REIS, João José. *A morte é uma festa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- ROMERO, *História da Literatura Brasileira*. 4.ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1949.
- RONCARI, Luiz. *Literatura Brasileira: dos primeiros cronistas aos últimos românticos*. 2.ed. São Paulo: Edusp, 1995.
- SAMUEL, Rogel; et al. *Manual de teoria literária*. 13.ed. Petrópolis: Vozes, 2000.
- SARAIVA, Antônio José. *O discurso engenhoso*. São Paulo: Perspectiva, 1980.
- SILVA, Antônio de Moraes. “Epítome da gramática portuguesa”. In: *Dicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Revista de Língua Portuguesa, 1922. 2t. t.I, p.I-XLVIII. [Edição fac-similar da de 1813.]
- SILVA, Innocencio Francisco da. *Dicionário bibliográfico português: estudos aplicáveis a Portugal e ao Brasil*. Lisboa: Na Imprensa Nacional, 1863.
- SILVA, Joaquim Norberto de Souza. *Capítulos de história da literatura brasileira*. Edição e notas ao texto por José Américo Miranda e Maria Cecília Boechat. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 2001.
- SILVA NETO, Serafim da. *Manual de filologia portuguesa*. Rio de Janeiro: Presença, 1977.
- SILVA NETO, Serafim da. *Introdução ao estudo da filologia portuguesa*. São Paulo: Nacional, 1956.
- SILVA NETO, Serafim da. *Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil*. Rio de Janeiro: Presença, 1976.
- SILVA NETO, Serafim da. *História da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Presença, 1988.
- SOTOMAYOR, Luis Carillo de. *Obras*. [edição de Rosa N. Durán] Madrid: Clássicos Castalia, 1984.
- SPINA, Segismundo. *Introdução a edótica: crítica textual*. São Paulo: Ars Poética, 1994.
- SPINA, Segismundo. *História da língua portuguesa III: segunda metade do século XVI e século XVII*. São Paulo: Ática, 1987.
- SPINA, Segismundo. *Normas gerais para os trabalhos de grau: um breviário para o Estudante de Pós-Graduação*. São Paulo: Fernando Pessoa, 1974.
- SPAGGIARI, Barbara; PERUGI, Maurizio. *Fundamentos da crítica textual: História, Metodologia, Exercícios*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.

SCHWARTZ, Stuart B; PÉCORÁ, Alcir. Org. *As excelências do governador: O panegírico fúnebre a D. Afonso Furtado*, de Juan Lopes Sierra. (Bahia, 1676). São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

TRINGALI, Dante. *Introdução à retórica*. São Paulo: Duas Cidades, 1988.

VERISSIMO, José. *Historia da literatura brasileira: de Bento Teixeira (1601) a Machado de Assis (1908)*. 4. ed. Brasília: Universidade de Brasília, 1963.

VIEIRA, Antônio. S. J. *Sermões*. Rio de Janeiro: Agir, 1972.

VILAÇA, Carlos Antonio. *O pensamento católico no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

WEHLING, Arno; WEHLING, Maria José C.M. *Formação do Brasil Colonial*. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

WÖLFFLIN, Heinrich. *Conceitos fundamentais da história da arte: o problema da evolução dos estilos na arte mais recente*. Trad. João Azenha Jr. São Paulo: Martins Fontes, 1984.

ZILBERMAN, Regina. MOREIRA, Maria Eunice. *O Berço do cânone*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1998.

ANEXO:

Fac-símile de um exemplar da edição príncipe (1686).

71. 12
12

S E R M ã O

QUE PREGOU
NA CATHEDRAL DA BAHIA DE TO-
dos os Santos.

O P. ALEXANDRE DE GUSMAM DA
Cõpanhia de IESU, Provincial da Provincia do Brasil.

NAS EXEQÜIAS DO ILLUSTRISSIMO SENHOR
D. Fr. IOAM DA MADRE DE DEOS,
PRIMEIRO ARCEBISPO DA BAHIA,
Que faleceo do mal commum que nella ouve neste Anno de 1686.

DEDICADO
AO EXCELLENTISSIMO SENHOR
D. ANTONIO LUIS DE SOUSA
TELLO, E MENEZES,

MARQUEZ DAS MINAS DO CONSELHO DE
*Sua Magestade, Senhor das Villas de Beringel, & Prado, dos
Coutos de Manhente, Freiris, & Azevedo, Alcayde Mõr da Ci-
dade de Beja, Comendador da Ordem de Christo, das Comendas
de N. Senhora do Azevo, Penaverde, & Santa Marta de Vian-
na, & da Ordem de Santiago, da Comenda de Sinis, Governador,
& Capitão General, do Estado do Brasil.*

Pello Conego FRANCISCO PEREIRA Chantre na mesma Sé
Cathedral, que o mandou imprimir.

L I S B O A.

Com todas as licenças necessarias.

Na Officina de MIGUEL MANESCAL Impreslor do Santo
Officio, Anno de 1686.

A custa de Manoel Lopes Ferreira, mercador de Livros.

SENHOR

Faculdade de Filosofia
Ciências e Letras

Biblioteca Central



ORAM tão heroicas as virtudes, q̄ resplandecerão na Illustrissima Pessoa do Senhor D. Ioam da Madre de Deos, primeiro Arcebispo do Brasil: & com modesta eloquencia, ponderadas pelo M.R. P. Alexandre de Gusmão Provincial da Companhia de Iesu desta Provincia, no Panegyrico das suas exequias; que se virão vencidos no discurso os hyperboles, da verdade; & no assumpto insuperaveis os motivos da elegancia. Naquelles actos em que precisamente se nega a jurisdicção ao silencio, com que sò se encarece a dor, se confunde ordinariamente a descripção, no embaraço das excellencias, que lhe dificultão o credito. Neste se acreditou tão a admiração do que se ouviu, como a prudência com que fallou; sem exceder a rethorica, à realidade das excellencias, nem o silencio de muitas, ás significaçoes da dor. Bastava a Sua Illustrissima, a gloria de V. Excellencia, & o Senhor Conde do Prado, condecorarem com a sua presença aquellas ultimas demonstraçoens do nosso sentimento. Mas porque as suas acçoens, que tanto merecerão eternizar-se, senão sepultem com as suas cinzas; me pareceo fiar antes da estampa, que da tradicção, as memorias do Prelado mais digno de imitar-se, & os acertos do Orador menos possivelmente imitavel.

Este triste obsequio que a minha obrigação confagra ac sepulcro de Sua Illustrissima dedico eu humildemente aos affectos de V. Excellencia, por tres insentivos, considerados no amor, com q̄ V. Excellencia o venerou, vivendo na magoa com que o assistio espirando, & na honra com que o authorizou despois de morto. Ainda que cuido que sò o fez differente a dignidade na individuação destes tres effeitos, da piedade de V. Excellencia, pois se humanou V. Excellencia a ser tão commum nella pera todos, que sendo universal esta quasi pestilencia, de que Deos se servio não escapasse Sua Illustrissima, se singularisou V. Excellencia no seu exercicio de maneira, que nenhũa vez sahio o Santissimo Sacra-

Aij

mento

mento de dia, & de noite incessavelmente aos enfermos, que deixasse Vossa Excellencia de o acompanhar; & de proporcionar a sua grandeza as esmollas à lastima dos que mais, & menos necessitavão dellas. Por isso a juizo de todos, parece que quiz a divina Providencia, perseverar daquelle dano a Vossa Excellencia, para que nos alentos da sua vida respirassem da morte, quantos a haviam de padecer ao desamparo, se V. Excellencia não acodira a hunos na pobreza de suas casas, com o remedio da sua prodigalidade, & a outros, que as não tinham, com a disposição de dividir, pelas mais capazes de os aceitarem, o grande numero dos que não cabião no Hospital da Misericordia. Foy a que V. Excellencia uzou tão esclarecida, como he o sangue de que naturalmente procedeo. E ficou a Bahia com as experiencias desta nova felicidade nos mesmos estragos do seu maior castigo: pois entre as perturbaçoens d'elle, igualou o impatientissimo desvelo de V. Excellencia, sempre activo às operaçoens da charidade, às efficacias do serviço de S. Magestade, & bem commum: vencendo as impossibilidades do tempo, & da saude pera a expedição da frota; & divertindo a esta Republica a fome, & a carestia de tudo o que a podia alimentar na gêral fatalidade, de que se via postrada.

Permitame V. Excellencia esta minha reverente offensa, ou gloriosa injuria da sua modestia, em que todo este povo (de quem V. Excellencia foy sempre tão amado) tem venturoso a mais agradecida culpa. Nas suas aclamaçoens se perpetuará a generosidade, & beneficencia com que V. Excellencia, o tratou na serenidade do seu governo (em tudo prudentissimo) & nesta maligna conjuração dos Astros; em quanto ouvet Generais no Brasil, & nesta Cidade a lembrança deste seu perigo; que nunca dos maiores costuma ser esquecida. Deos guarde a Excellentissima Pessoa de Vossa Excellencia muitos annos, como este estado deseja, & a Bahia ha mister, & este menor Capellam de V. Excellencia the pede em seus sacrafcios, Bahia de Julho 16. de 1686.

Francisco Pereira.

(I)



Remanebitque ibi homicida, donec Sacerdos magnus moriatur; postquam autem ille obierit, revertetur homicida in domum suam. Num. 35.



O Illustrissimo, & Reverendissimo Senhor D. Ioaõ da Madre de Deos primeiro, & dignissimo Arcebispo desta Diocese, morto em tam breves dias, quando de vida lhe desejavamos largos annos, os muitos Reverendos Capitulares do Cabido de sta Santa Sê, justamente magoados, com a perda de tam bom Prelado, piamente agradecidos à benevolencia de tão bõ Pastor, offercem hoje estas funcbres memorias, dedicão estas piedosas lembranças. Pareciame a mim, que nas exequias de hum Prelado tão eloquente, Prêgador Real, Prêgador de tres Reys, João no nome, & Ioaõ no officio, melhor fallava o silencio, que a voz, melhor declamavão as lagrimas, que as palavras; porq̃ se bem não faltavão linguas, que o louvavão quando vivo, agora parece que faltão vozes, que o louvem quando morto. Quando era vivo o grande Ioaõ Baptista, prêgou Christo hũa vez seus louvores ao Povo, *Capit Iesus dicere de Ioanne*, ouviu depois sua morte, & logo se dizer palavra se retirou a hũ dezerto: *Math. 14.* *Quod cum auisset Iesus secessit in desertum locum;* Parece, que hũa vez que Christo havia prêgado os louvores do Baptista quando vivo, pedia a razão que prêgasse tambem seus louvores, quando morto. O Espirito Santo diz: que não louvemos o homem em quanto vivo: *Eccl. 11.* *Ante mortem ne laudes hominem,* & foy o mesmo que dizer (diz S. Geronymo) *lauda post mortem,* que o louvemos depois de morto; logo se o Espirito Santo diz, que se hade louvar o morto, & não o vivo, como Christo Sabedoria Divina, trocando os termos, louva a Ioaõ vivo, & não louva a Ioaõ morto? Era Ioaõ Prêgador Real, Prêgador de El-Rey Herodes; & o que mais he, Prêgador de Deos, & voz de Christo, & nas exequias de hum João semelhante, melhor fallava o silencio, que a voz, & por isso havendo prêgado seus louvores, quando vivo, *Capit Iesus*

A iij.

Iesus

Iesus dicere de Ioanne, cal'a suas exequias quando morto: quod cum audisset Iesus secessit inde, &c.

Bem; mas nam fora bom dizer Christo quatro palavras de consolação aos discipulos de Ioão, desconsolados com a morte de tam bom Mestre? Palavras na morte de Ioão? A morte de Ioam nam se celebra com palavras, celebrasse com lagrimas, como tenho para mim q̄ Christo fez, & claramente se colhe do texto. Diz, que assi como Christo ouvio a seus discipulos, as novas da morte de Ioam, no mesmo ponto se retirara a hum deserto, afastado da communicação da gente: *Quod cum audisset Iesus secessit in desertum locum seorsum.* E para q̄ he este retiro de Christo em tal occasiam? Para que? Para celebrar com lagrimas mais livremente a morte de seu amigo Ioam. Estimara o disseste Santo Augustinho, ou S. Geronymo; tiró-o porem do Evangelho. Chorou Christo na morte de Lazaro, & derão a razão destas lagrimas os circumstantes, que as virão correr dizendo, que erão por ser Lazaro seu amigo: *Ecce quomodo amabat eum.* E certamente Christo este nome de amigo deu a Lazaro morto: *Lazarus amicus noster.* O amigo de Christo maior, & mais antigo, era Ioão Baptista, como elle mesmo se chamou, *amicus sponsi*, assim entendem todos os Expositores, entendendo pello esposo a Christo, & pello amigo do Espoço a João. Logo se por ser Lazaro amigo de Christo, *amicus noster*, celebra Christo sua morte com lagrimas, *lacrymat us est Iesus*, sendo João o amigo de Christo por razões maiores, *amicus sponsi*, como he de crer, que ouvindo sua morte, & morte tão cruel, não celebrasse Christo sua morte com lagrimas! Por isso digo que a razão de Christo se retirar a hum deserto, afastado da communicação da gente no tempo que ouvia a morte de seu amigo Ioão, foy para a celebrar mais livremente cõ lagrimas, porque com lagrimas mais que com palavras, se devia celebrar a morte de Ioão, *Quod cum audisset, &c.* Por esta mesma razão dizia eu fideis, q̄ nas exequias do nosso João, assim como fal lava melhor o silencio que a voz, assim melhor declamavam as lagrimas que as palavras.

*Ioan. 3.
Corn. ibid.*

E pois que hemos de fazer? Hemos de callar, ou hemos de chorar? Callar, nam he licito; deixar de chorar não he justo. Apontarei pois as razões, que o tempo presente nos offerece, & as palavras, que tomei por tema, nos descobrem, que se me nam engano, vem mui accomodadas á presente acção.

Mandava Deos Nosso Senhor, que o matador se recolhesse a huma daquellas Cidades de refugio, & dahi não sahisse, atè a morte do Pontifice; porem tanto que o Pontifice fosse morto, logo o matador se sahisse fõra da Cidade. Isto querem dizer as palavras que tomei por te-

ma;

(3)

ma: *Remanebitque ibi homicida, donec Sacerdos magnus moriatur; postquam* Sam. 34.
autem ille obierit, revertetur homicida in domum suam. Entrou Chrit-
tãos, nesta nossa Cidade da Bahia este matador, ou este mal, que nos
mata; & depois de haver morto em Pernambuco mais de setecentas
pessoas, veyo a esta terra, & nos tem morto já outras tantas, & nam
sabemos quantas ainda matará, já o Pontifice he morto, porq já mor-
reo o nosso Arcebispo, o Senhor Dom João da saudosa lembrança; re-
sta agora, que o matador se vâ, ou que acabe este mal que nos mata.
Ordenaçam era divina, que aquelle matador habitasse na Cidade, atè
a morte do Pontifice: *Donec Sacerdos magnus moriatur;* tambem nam
duvido, que seja ordenaçam divina, que este matador habite em nossa
Cidade, atè o termo que Deos sabe; mas porque nam ferâ tambem a-
tè a morte do Pontifice: *Donec Sacerdos magnus moriatur?* Ordem era
de Deos, que morto o Pontifice, logo o matador se fosse: *Postquam au-*
tem ille, obierit, homicida revertetur in domum suam; por que nam lerâ
tambem ordem de Deos, que este matador se vâ, & saya da nossa ter-
ra; pois que he já morto o Pontifice?

Duas cousas respondo a isto fieis; primeira que morto o nosso Pon-
tifice, temos grande conjectura para cuidar, que este matador se vâ, ou
que este mal que nos mata, se acabe. Segunda, que se morto o Pontifi-
ce, ainda todavia o mal continua; he final que Deos nam quer que se vâ
porque ainda nam cessaram as causas de elle entrar. Por huma, & ou-
tra causa, temos muita razam de celebrar com lagrimas, a morte do
nosso Pontifice; mas com esta distincam, que pella primeira causa, te-
mos razaõ de chorar sobre elle, & nõs sobre nõs; & pella segūda causa,
temos razam de chorar sobre nõs, & nam sobre elle. Vamos à primei-
ra causa.

Despois que este matador entrou na nossa Cidade, ou despois que
começou este mal, que deprecaçoens publicas, & particulares senam
tem feito a Deos, & a seus Santos, para que elle se vâ? Fizeramse No-
venas diante do Santissimo Sacramento, & da Virgem Santissima; fi-
zeramse publicas Procissõens, tomaramse por intercessores aquelles
tres santos, & amigos de Deos; São Sebastiam, Padroeiro da peste nos
Reynos de Portugal; S. Gonçalo Portuguez, de tantos milagres, Sam
Francisco Xavier, a quem tantas Cidades tem tomado por Padroei-
ro da peste, & o que mais admira, no tempo em que esta Cidade, fez
voto de o tomar por Padroeiro; & com tudo nam sahio da Cidade este
matador, porque ainda foy continuando este mal. No Para lipomenon
prometeo Deos a Salamam, que mandando elle a pestilencia, sobre al-
guma Cidade, & seu povo arrependido fizesse oraçam naquelle tem-
plo,

2. Part. 7. plo, aonde estava a Arca de Deos com o Manà, elle do Ceo, poria os olhos sobre seu povo, & cessaria o mal: *Si misero pestilentiam in populum meum, conversus autem populus meus deprecatus me fuerit, &c. Ego exaudiam de Calo, & sanabo terram eorum;* O Manà, não he este Divino Sacramento? a Arca de Deos, não he a Santissima Virgem? não se orou tantas vezes diante deste Manà, & diante desta Arca? como logo não acabou a pestilencia? como não cessou o mal?

Não he de menos admiração, que tomando nós por intercessores a tres Santos tão amigos de Deos, em outros tempos tão poderosos, S. Sebastião, S. Gonçalo, & S. Francisco Xavier, agora parece que não tiverão poder para nos livrar. Por Ezechiel diz Deos Nosso Senhor, que se acazo elle mandar sobre algũa Cidade a pestilencia, & nessa Cidade estiverem, Noè, Daniel, & Job, Santos grandes seus amigos, não ferião poderosos, para livrar com suas intercessões, nem ainda seus proprios filhos: *Si immisero pestilentiam super terram illam, & Noè, & Daniel, & Iob fuerint in medio ejus, tunc ego dicit Dominus Deus, non liberabunt filium, aut filiam;* notavel argumento da justa indignação de Deos. Noè, de quem testifica a Escritura, que achára graça nos olhos de Deos, Noè invenit gratiam coram Domino? Daniel, cuja oração foi poderosa pera fechar as bocas vorazes dos Leões famintos: *Misit Dominus Angelum suum, & conclusit ora Leonum?* Iob, cujas orações o mesmo Deos sollicitou pera perdoar áquelles tres amigos insolentes: *Ite ad servum meum Iob, & servus meus Iob orabit pro vobis?* Tres Santos tão amigos de Deos, tão poderosos em outros tempos com suas orações, agora diz Deos, que não hade ouvir, que não serão poderosos para livrar com suas intercessões, nem ainda a seus proprios filhos: *Non liberabunt filium, aut filiam?* Notavel argumento, torno a dizer, da justa indignação de Deos! O mesmo nos succede a nós Christãos, com os nossos Santos; a tres Santos tão milagrosos, tão amigos de Deos, tão poderosos em outros tempos, não ouve Deos agora, para q̄ este mal se vâ, ou para q̄ este matador saia da nossa Cidade? Que heide dizer senão que tem Deos determinado, que este matador habite na nossa Cidade até a morte do nosso Pontifice: *Manebit que homicida donec Sacerdos magnus moriatur?* Pois já o nosso Pontifice he morto, podemos esperar, que seja tambem ordenação de Deos, que elle se vâ, porque ordenaçam era de Deos, que morto o Pontifice, se sahisse da Cidade o matador, *postquam autem, &c.*

E se isto assim for Christãos, quam justificadas causas temos de celebrar com lagrimas suas exequias? Basta que para levantar Deos a mão do castigo, que tem merecido nossas culpas, não bastão as inter-

cessões

(5)

cessoens de tres Santos tão grandes, & que haja de morrer para isso o
nosso Pontífice? Hum Prelado de tantas prendas, tão affivel, tão cor-
tes, tão benigno, em fim manso, & humilde de coração, hade mor-
rer, para que todos não morramos? Assim se hade comprir em nosso 1.ª. m. 23.
Pontífice, o que do Pontífice Summo profetizou Annas: *Expedi ut*
unus homo moriatur pro populo ne tota gens pereat, que importava mor-
resse hum, para que não morressem todos? Hum Prelado, que se o cô-
siderarmos, segundo os dotes da natureza, toy de hum engenho raro,
Prêgador de tres Reys, Mestre jubilado, Examinador das tres Ordens
Militares, Cenfor dos livros que se ham de imprimir; Guardiaõ do
Cõvento de Lisboa, & Coimbra, Provincial da mesma Provincia, &
Visitador Geral da Provincia dos Algarves? Se o considerarmos se-
gundo os dotes da graça, leafe o capitulo terceiro da primeira Epif-
tola de S. Paulo à Timotheo, & achareis nelle em algum grao todas
aquellas virtudes, que o Apostolo delejava em hum Bispo perfeito. 1.ª. ad Tim.
Unius uxoris virum, sobrium prudentem, ornatum, pudicum, hospitem, c. 3.
doctorem; non vinolentum, non percussorem, sed modestum; non litigiosum,
non cupidum, sed domus sue bene praeositum, filios habentem subditos cum
omni castitate. Discorrei brevemente por todas.

Quanto ao primeiro dote, *unius uxoris virum*, esposo de huma sã
esposa, entende S. Ambrosio, que o Bispo não hade ter pensamentos
de passar a outro Bispado; nam faltou quem tivesse este pensamento Ded. S. S.
do nosso Arcebispo; mas he certo, que nem por pensamento lhe pas- cap. 4.
sou; chegaraõlhe aos ouvidos estas vozes, & respondeo, que a sua via-
gem havia de ser para a sepultura, & esperava que o seu Reyno, seria
o do Ceo. Longe estava de pretender outro Bispado, o que de conti-
nuo suspirava pella sua cella. S. Pedro Celestino, que de Monge ha-
via subido ao trono Pontificio, não achando socego no Palacio, de cõ-

Quando S. Pedro Apostolo se vio no socego do Tabor contemplã-
do a gloria de Christo transfigurado, & levado daquella gloria, ou da-
quella quietação, pedio ao Senhor licença para fabricar alli tres cellas, Mat. 17.
& ficar-se alli com elle para sempre: *Bonum est nos hic esse, si vis faciamus*
hic tria tabernacula; estes pensamentos de Pedro, a primeira vista tam Luc. 21
louvaveis, avaliou S. Lucas por ignorancias: *Nesciens quid diceret*; E
porque ham de ser ignorancias huns pensamentos tão santos? Por vè- Sylv. de
tura que seja o que hum Autor sente, tirando-o de Abulenfe, que Sam Abul. 9.
72

B

Pedro

Pedro como estava já eleito Pontifice, falava aqui como tal, *Petrus hic lo uebatur ut Pontifex*, & devia Pedro ter os pensamentos na obrigação de sua Igreja, & não na contemplação do Tabor; devia attender à acção de Bispo, & não á contemplação de Monge. Bem, & pois não podia Pedro muito bem ter hum, & outro pensamento? Não podia mui bem ter o pensamento na cella de Monge, & mais no Palacio de Bispo? Nam podia lembrar-se muito bem do Pontificado de Roma, & mais da cella do Tabor? Não he possível, não se compadecem estes pensamentos; & se Pedro a isso se persuadia; se Pedro cuidava estar em Roma Papa, & Monge no Tabor, era esse mui nescio pensamento: *Nesciens quid diceret*, & se alguém alli o cuidasse de Pedro, também merecia como Pedro a mesma nota de nescio, *nesciens quid diceret*; porque semelhanes pensamentos alli como lam faceis de pronunciar aos ignorantes, lam mui difficultosos de crer aos prudentes; parece, que estou entendido. Se os pensamentos nosso Prelado eram das cellas do Tabor, como podiaõ ser pensamentos do Pontificado de Roma? Se de continuo suspirava pella cella, como podia anhelar a maior Bispado? Se isso era assim, ou se assim alguém delle o presumio, bem fõra de razão vão semelhanes pensamentos, *nesciens, &c.*

Quer S. Paulo o Bispo Sobrio, *Sobrium*. A sobriedade he hũa virtude, que modera as demasias do copo; assim com a abstinencia he huma virtude que tempera as demasias do prato. O nosso Prelado como he notorio, comia por onças, & no vinho nam tocava; por isso acrescenta o Apostolo, que não hade ser o Bispo amigo de vinho, *non inolentum*. Ao mesmo S. Timotheo permitia S. Paulo, uzar de hum pouco de vinho, *utere modico vino*; porem o nosso, nem pouco nem muito. Não cuideis Christãos, que he pouca prova de santidade, a sobriedade do vinho; não digo que nisso consiste a santidade, mas digo que he della grande sinal, & grande meyo para ser santo. Por sinal de grande santidade que havia de ter o menino Joaõ, disse o Anjo a seu Pay Zacarias, que não havia de tocar o vinho, ou cousa semelhante, *vinum, & siceram non bibet*. Por meyo principal que o Anjo deu ao Pay de Samstampera a santidade do filho que havia de nascer, foy o mesmo de não tocar o vinho, porque perguntando Manuê ao Anjo, que havia de fazer o filho para ser santo, *quid vis faciet puer?* Respondeo, que nam tocasse o vinho, ou cousa semelhante, *vinum, & siceram non bibat*. E pois nisso consiste a santidade, não tocar o vinho? Não dizem isto os Anjos, mas dizem que he sinal de santidade, & que he meyo para ser santo, *vinum non bibet*, disse o Anjo de Joaõ, *vinum non bibat*, disse de Sãõ o Anjo. E se esta virtude se achou em nosso Pontifice em tam alto grao, af-

sem como nelle podia ser meyo para ser santo, porque não poderá ser final de Sua Santidade.

Diz mais o Apóstolo, que hade ser o Bispo prudente, *prudentem*. Quem pôde duvidar da prudencia, do que soube governar, sessenta & cinco Conventos de Religiosos, & Religiosas da tua Ordem, sem queixas, sem odio, sem invejas, sem facçoês? Admira a prudencia de Salamam, em compor a contenda de duas mulheres, sobre huma pretensão, *audiuit hoc Israel, &c. videntes sapientiam Dei esse in eo*, que prudencia tam singular he necessaria para compor sem queixa, as pretensões de tantas molheres, quantas sam as Religiosas, que governa hã Provincial de S. Francisco em Portugal.

3. Reg. 32

Porem mayor sem comparação, foy a prudencia com que governou Arcebispo. E em que esteve essa prudencia? Esteve na mansidam com que governou, na brandura com que acabou, o que sòmente cõ o rigor se acaba. Venceo com a palavra, o que outros com a espada não vencem, porque acabou com amoeftação, o que outros não acabão com a censura, que he a espada da Igreja; & esta he a prudencia, que Christo quer nos seus Bispos. Quando Christo mandou os primeiros Bispos da Igreja, fazer seu officio pello mundo, disse que os mandava como ovelhas entre lobos, *Ecce ego mitto vos, sicut oves inter lupos*, parece, que para governar homens lobos, mais a proposito era a fortaleza de Leão, que a mansidão de ovelha; diga logo Christo, eu vos mando como Leões; & não, eu vos mando como ovelhas, *sicut oves*. Assim o dictava a prudencia humana, mas não a de Christo; a prudencia de Christo, não he governar os homens feroz com fereza de Leão, senão com mansidão de ovelha, esta he a prudencia que Christo quer, como logo clara, & expressamente explicou, porque assim como disse aos Apóstolos, que fossem como ovelhas entre lobos, logo immediatamente tirou por conclusão, que fossem prudentes como a serpente, *Stote ergo prudentes sicut serpentes*, como se fosse o mesmo, governar os feros com mansidão de ovelha, que governar os rebeldes com prudencia de serpente, *sicut oves, sicut serpentes*.

Mat. 10.

Mat. 10.

Quem pode ignorar a mansidão, com que o nosso Prelado governou? Quãtas censuras fulminou em tres annos, que foy Arcebispo; estrondosas, nem huma sô, particulares, mui poucas. Pois quem pôde negar que tinha prudencia de serpente, tendo a mansidão de ovelha? A censura, he a espada da Igreja; no Bispo prudente a censura he a palavra, porque no Bispo prudente, he a espada a palavra; assim o revelou Christo a S. Ioão no Apocalypse. Vio hũa misteriosa imagem, q̃ entre outros misterios, tinha na boca huma espada, & de ore ejus gla-

Apoc. 1.

dus. Todos os Expositores Sagrados dizem, que nesta figura, ou fosse o mesmo Christo, ou fosse algum Anjo, quiz Deos significar a Ioam, qual havia de ser o Pontifice na vida, & no governo; & porque razão hade ter a espada na boca, & nam em a mam? o lugar da espada he a mam, & nam a boca; a boca he lugar da palavra, & nam da espada; como logo tem a espada na boca, & nam na mam? Nam he esta figura de hum Bispo Santo na vida, & prudente no governo? A espada da Igreja, nam he a censura? Pois quiz significar Christo a Joam, que no Bispo Santo, & prudente, a censura he a palavra, porque no Bispo Santo, & prudente, a palavra he a espada, *de ore ejus gladius*; quem ignora, que a espada da censura, que o nosso Prelado, communmente maneava contra os rebeldes, era a palavra com que os rendia? A palavra era a sua espada. porque a palavra era a sua censura; para a qual nam era tam a proposito a força de Leam, como a mansidão de ovelha, em que Christo colocou a prudencia dos primeiros Bispos, como ovelhas na mansidão, para serem na prudencia como serpentes, *sicut oves, sicut serpentes.*

Quer mais S. Paulo o Bispo ornado, *ornatum*, ornado no habito, como atraz explicou, *in habitu ornato*; & se preguntares, que cousa seja habito ornado, responde S. Basilio, que he o habito acomodado com o decoro, & com a dignidade; com o decoro da pessoa, & com o excelente da dignidade, *acomodatus cum decoro, & dignitate.* O habito da pessoa do nosso Arcebispo, foy sempre o de seu Padre S. Francisco, o habito da dignidade, foram os mais ricos Pontificaes, que nenhum Prelado teve no Brazil. E pois avalia S. Paulo por virtude, o que a primeira vista parece vaidade? Senam fora virtude, não o desejara S. Paulo no Bispo Catholico, *ornatum*. Porque assim como escolher para ornato da pessoa, o habito mais humilde, he virtude religiosa, assim o procurar para ornato da dignidade, o Pontifical mais precioso he virtude da Religiam, porque he ornamento pertencente ao culto divino, & honra do mesmo Deos. Lede o capitulo 39. do Exodo, & vereis a Moyses todo occupado por ordem de Deos, a preparar o Pontifical do Summo Sacerdote todo de seda, & ouro, ornado de toda a sorte de pedraria; & pois nisso se occupa Deos, & nisso se occupa Moyses? Si, que he pera o culto divino, & honra do mesmo Deos, & he virtude da Religiam procurar, que as vestes pertencentes ao culto divino sejam as mais ricas, & mais preciosas que podem ser.

Quando Christo se transfigurou no Tabor, nam sómente se refundio aquella gloria em seu corpo, mas tambem se communicou as suas vestiduras, que ficavão alvas com a neve, *vestimenta ejus facta sunt*

De Reg.
brev. in-
ter. 210.

Exod. 39.

Mat. 18.

sunt alba sicut nix. Os efeitos daquelles quatro dotes gloriosos, q̄ nesta
 occasiã trãfiguraram a Christo, nam sam glorificar, & a fermolear as
 vestes, sam glorificar, & afermolear os corpos, he Theologia, &
 doutrina de Sam Paulo, *surget corpus spiritale, surget in gloria, &c.* 1. Corinth.
cap. 15.
 Como logo aqui a gloria de Christo no Tabor, nam sô se communi-
 ca ao corpo, mas tambem se communica às vestiduras, *vestimenta
 ejus?* O mesmo Sam Paulo deu a razam: *Christus non semetipsum
 clarificavit, ut Pontifex fieret, sed qui loquutus, & ad eum, filius meus es
 tu;* constituirã o Eterno Padre a Christo nesta transfiguraçã Ponti-
 fice de sua Igreja com aquella voz, que do Ceo se ouviu: *Hic est filius
 meus dilectus,* como o mesmo S. Pedro, que a ouviu testifica, *accipiens á* 2. Petr. 1.
patre honorem, & gloriam, voce de lapsa; & quiz o Eterno Padre mostrar
 que a gloria do Pontifice, nam hade estar sô na alma encerrada, mas
 que tambem se ha de comunicar ao corpo, nam sô se hade commu-
 nicar ao corpo, mas que tambem se hade refundir nas vestiduras, porq̄
 nam sô a gloria do corpo, mas tambem a gloria das vestiduras, fazem a
 hum Pontifice glorioso, *transfiguratus est, vestimenta ejus, &c.* E se
 este he o ornato que S. Paulo queria no Pontifice, *ornatum,* quem pô-
 de negar no nosso Pontifice esta virtude, que escolhendo para sua pes-
 soa o habito mais humilde, procurasse para sua dignidade; o Pontifical
 mais precioso.

Diz mais Sam Paulo, que hade ser o Bispo Prêgador, assim
 entendem a palavra *Doctorem.* O Concilio Tridentino diz, que a
 principal obrigaçã do Bispo, he o prêgar: *Predicationis munus,
 quod Episcoporum præcipuum est.* O nosso Prelado, nam foy sô Prê-
 gador, mas Prêgador Real; nam sô prêgou Arcebispo, mas as ve-
 zes, que vimos, & admiramos, & entã mereceo melhor a digni-
 dade de Arcebispo, quando melhor exercitou o officio de Prêgador.
 Assim no Tabor, como no Jordã, se ouviu aquella voz do Eterno
 Padre, em que reconhecia a Christo por Filho: *Hic est filius meus di-
 lectus,* disse no Jordã, *Hic est filius meus dilectus,* disse no Tabor; com-
 tudo, como diz Sam Paulo; no Tabor constituiu o Eterno Padre a
 Christo Pontifice da Igreja, & nam no Jordã; pois se a forma das
 palavras foy a mesma, porque nam obrã no Jordã o mesmo effei-
 to, que no Tabor? Porque nam hade ser Christo, Pontifice no
 Jordã, & hade ser Pontifice no Tabor? Estã muito clara a razã:
 porque no Jordã, nam tinha Christo ainda o exercicio da Prêga-
 çã, se bem se preparava para isso com aquella humidade; po-
 rem no Tabor já tinha Christo o exercicio de Prêgador, por
 tres annos; por isso na forma das palavras com que o Eter-

no Padre o constituiu Pontifice, lhe fez logo o auditorio como a Prêgador, *ipsum audite*, o que não fizera no Jordão para nos ensinar, que então se merece melhor a dignidade de Pontifice, quando melhor se exercita o officio de Prêgador. E se o nosso Prelado, não lo foi Prêgador, mas Prêgador Real, não sò prêgou sendo Arcebispo, mas as vezes que vimos, & admiramos, quam bem merecido teve com a dignidade de Pontifice, o titulo de Prêgador, *Doflorem*.

Quer S. Paulo o Bispo amigo dos pobres, & peregrinos, *Hospitalem*. Sabida he entre os Juristas, & Theologos a obrigação, que os Bispos tem de repartir aos pobres, tudo o que lhes resta de sua congrua, & honesta sustentação, o qual se entende dos que comem rendas da Igreja, & não dos que sò tem huma congrua, como são os Bispos ultramarinos; donde se segue, que os que torem amigos da pobreza são dignos de mayor louvor. O nosso Prelado todos os Sabbados dava esmola a mais de duzentos pobres; pello discurso do anno fazia esmolas secretas, não poucas. Nas festas feiras mayores, dava de vestir aos pobres, a quem lavava os pès; despachava todas as petições de esmolas, & perdoens, a que a justiça, & a piedade davão lugar.

De sua modestia, como quer o Apostolo, *modestum*, quem pôde duvidar? Sò quando lhe chegavão o coxim para ajoelhar, ou lhe araltavão a cadeira para se assentar, se indignava. Nunca se assinou Dom Joam; a muitos moradores visitou, contra o que uzão os Prelados mas soberanos, & he o que em primeiro que tudo admirou S. Ambrosio, na visita da Virgem Santissima a Santa Isabel, *superior venit ad inferiorem*. Os seus criados poz sempre à sua meza como amigos, nam como criados; forão as duas demonstraçoens de Christo para com os seus, sentallos à sua meza, *ut edatis, & bibatis super mensam meam, & telos em conta de amigos, & não de criados, non dicam vos ser-vos, sed amicos*. A estes teve sempre como o Apostolo queria, *subditos cum omni castitate*; porque bem notoria he a sojeição com que criou a sua familia, & quanto nella zelou qualquer sombra de menos pureza.

Quer mais S. Paulo, que não seja o Bispo litigante, ou demandista, *non litigiosum*. Longe estava de ser demandista, o que não poucas vezes cedeo de seu direito, por escutar demandas, o que foy tão liberal de sua jurisdicção. E sendo assim, que por direito divino são as mitras sobre as coroas, & sobre os cetros os bagos, com aquelle excessso, com que o lagrado excede ao profano, & o eterno ao temporal, elle por escutar demandas, sojeitou algũa vez o bago ao cetro, & a coroa á mitra.

Mandou Christo a S. Pedro, que lançasse a linha ao mar, & a moeda

Lib. 2. in
Luc. c. 11.

Luc. 22.
Joan. 15.

da que viesse na boca de hum peixe tirasse, & desse pello tributo, que injustamente lhe pedião. *Alite hamum, & eum piscem, qui primus ascen-* *Mat. 17.*
derit tolle, & aperto ore ejus in-venies stateram, illum summens da pro me,
& t e. Quem não vê neste milagre o empenho que Christo faz dos dois
 maiores attributos de sua divindade, o poder, & saber? Se Christo, &
 Pedro erão izentos de tributos, como o mesmo Christo disse: *Ergo li-*
beri sunt filij, para que empenha Christo seu poder, & saber, assim de
 pagar o tributo que nam deve? Para que? para escusar contendas, em
 materias de izençoens, que de ordinario lenão acabão sem litigios; &
 Christo nam queria, que os primeiros Bispos de sua Igreja fossem de-
 mandantes, ainda que para isso fosse necessario, ceder de seu direito.

Diz ultimamente S. Paulo, que nam ha de ser o Bispo cobiçoso, *non*
cupidum. Longe estive de cobiçoso, o que em vida nada quiz, & na
 morte nada teve. Em vida nada quiz, o que sendo Provincial recebeo
 largos benefices, que tem os Provinciaes de sua Ordem? O que sendo
 Arcebispo recebeo as offertas que se devem aos Arcebispos? Si, & tor-
 no a dizer, que em vida nada quiz, porque de todos estes benefices, de
 todas estas offertas, nada queria para si, porque tudo dispendia nas o-
 bras dos Mosteiros, tudo nos palacios Arcebispaes. *Quid mihi est in*
caelo, & á te quid volui super terram: dizia El-Rey David com toda a *Pf. 72.*
 verdade a Deos, Senhor, que tenho eu no Ceo, & na terra, que quero
 fôra de vós? Que diga David com verdade, que no Ceo nada tinha,
 concedo; porque ainda naquelle tempo, não estava no Ceo a humani-
 dade de Christo, que era do sangue, & descendencia de David; mas q̄
 diga David com verdade, que da terra nada queria, sendo hum Rey,
 que ajuntou tanto ouro, que conquistou tantas terras? Si, & cõ mui-
 ta verdade; porque esse ouro nam o queria David para si, senam para o
 templo de Deos, que Salamam seu filho edificou, estas terras conquif-
 tadas, nam as queria para si, senam para o Reyno de Israel, que ampli-
 ficou para gloria do mesmo Deos, & ajuntar, & conquistar dessa for-
 te, he o mesmo, que não querer couza algũa nesta vida, *& á te quid vol-*
ui per terram?

E se na vida nada quiz, tambem na morte nada teve; na morte nada
 teve morrendo Arcebispo? Si, & torno a dizer, que na morte nada te-
 ve; porque poucos dias antes de morrer, por publica escritura, fez doa-
 çam de tudo quanto tinha. Bem podera o nosso Arcebispo haver licen-
 çã do Summo Pontifice, para testar na morte como costumam outros
 Arcebispos Regulares; porem não quiz, porque queria morrer, como
 Religioso pobre, & não como Arcebispo rico. Esta distincão ha en-
 tre o testamento, & a escritura, entre vivos, que o testamento para va-
 ler

Hebr. 9.

2. Reg. 1.

ler he necessaria a morte do testador, antes da morte nada val, he texto de Sam Paulo, *ubi enim testamentum est, mors intercedat necesse est testatoris*; o que nam tem a escritura, que logo antes da morte tem valor, & logo faz perder todo o dominio da couza que se dá; de sorte, que quem morre com escritura de doçam morre pobre, nada tem quando morre; o que morre com testamento, ainda morre rico, ainda morre senhor do que tem; pois eis aqui o que fez o nosso Prelado, nãm quiz morrer com testamento, por nam morrer senhor; quiz morrer com doçam, por nam morrer rico, & com verdade se pòde dizer, que na morte nada teve, porque em todo o rigor de direito, já antes de morrer nada tinha. Poucos dias antes de morrer El Rey David, mandou ao Profeta Natam, que ungisse, & aclamasse por Rey, a seu filho Salamam; feilo assim o Profeta, & foy Salamam do povo aclamado Rey de Israel; & para que, se esse nam he o direito das gentes? O direito das gentes he, que Rey morto, Rey posto, que morra David primeiro, & despois de morto David, seja Salamam aclamado Rey; porei David como Santo, nam duvidou privarse do Reyno, & com elle de tudo o mais quanto possuia para poder dizer com verdade, que na morte nada teve, assim como com verdade disse, que na vida nada quiz, & á te *quid voluit super terram?* Isto fez David, & isto mesmo fez o nosso Arcebispo; & muy longe esteve de ser cobiçoso, *cupidum*, o que isto fez, o que em vida nada quiz, & na morte nada teve. Havendo sido pois o nosso Arcebispo tal, qual Sam Paulo desejava fosse hum Bispo mui perfeito, como vimos, *unius uxoris virum, sobrium, &c*. Que razam ha de sentimento, que para naõ morrerem os demais, fosse necessario, que hum tal Pontifice morresse? Que para sahir da nossa Cidade este matador, que nos acaba, esperasse Deos, que o nosso grã de Sacerdote morresse, *donec Sacerdos magnus moriatur*.

Porem se isto assim na he, Christãos, se morto o nosso Pontifice ainda este matador nam sahir da Cidade, porque ainda o mal continua temos fundamento para cuidar, que ainda Deos nam quer que saya porque ainda as causas de elle entrar duram. Eu sey que em Pernambuco, entrou este matador, & que morrendo o seu Pontifice eleito, elle nam saio, porque ainda o mal continuou. Pois porque nam podemos temer o mesmo? Se nòs somos cúmplices nos mesmos delitos porque nam temeremos ser punidos com os mesmos castigos? No tempo em que os fieis vendiam suas herdades, & punham o preço dellas aos pès dos Apostolos, Annanias vendendo certo campo, reservou para si certa quantidade, & o restante poz aos pès de Sam Pedro. Perguntoulhe o Apostolo, por quanto vendera o campo? Mentio elle n

pre

preço, & por este peccado ficou logo alli morto de repente. Veyoda-
hi a pouco sua mulher Saphyra, fezlhe S. Pedro a mesma pergunta, &
respondeo ella com a mesma mentira; entam deu S. Pedro contra ella
esta terrivel sentença: *Ecce pedes eorum, qui sepelierunt circum tuum ad
ostium, & efferent te;* ahi estam já á porta os que levaram a enterrar teu
marido, e sperando por ti para te levarem á sepultura; & foy assim. Não
reparo já neste tam repentino, & grave castigo destes dous cazados,
por falta ao parecer tam leve, posto que nam faltava ali que reparar;
fò reparo, que estando ainda Saphyra viva, estejam já os da Misericor-
dia com a tumba á porta, esperando para a levar a enterrar, *ad ostium,
efferent te.* Que venha a tumba buscar a Annanias, que está morto, o-
bra he de Misericordia enterrar os mortos; mas que venha buscar a
Saphyra, q'està viva, parece temerario p'ela m'êtc? Poré não foi senão mui
acertado juizo. Pecou Saphyra o mesmo peccado de Annanias, foy
Annanias castigado por esta culpa, com a morte apressada; pois fizeraõ
de conta estes enterradores, que havia de ser castigada com a mesma
penna. Morreo Annanias por mentiroso, porque nam hade morrer
Saphyra por mentirola? Foy sepultado Annanias, porque não hade ser
sepultada Saphyra? Porque onde sam as culpas as mesmas, he justa ju-
sticia de Deos, que sejam os mesmos os castigos; por isto havendo le-
vado á sepultura a Annanias: *Qui sepelierunt circum tuum,* tornam a es-
perar por Saphyra com a tumba: *ad ostium, & efferent te.* Se as culpas
da Bahia, sam as mesmas que as de Pernambuco, porque nam temere-
mos nós que sejam os castigos os mesmos? Pernambuco, morto o seu
Pontifice, ainda he castigado, porque ainda o mal continuou a matar;
a Bahia, morto o seu Pontifice, como não temerá o mesmo castigo, co-
mo nam temerá tambem, que o mal continue.

E pois quanta razão temos de celebrar com lagrimas, & exequias
do nosso Pontifice? Morto o nosso Pontifice, tinhamos grandes espe-
ranças de que este mal acabasse; pois Deos Nosso Senhor mandava, q̄
morto o Pontifice, se fuisse da Cidade o matador, *postquam autem, &c.*
Porém vendo que morto elle, o matador nam se vai, temos muita ra-
zam para cuidar, que nam quer Deos, que se vá, porque quer, que a
inda dure o castigo. Por hũa, & outra causa dizia eu, q̄ tinhamos mui-
ta razam de chorar; mas com esta distincão, que pella primeira causa
temos razam de chorar sobre elle, & nam sobre nós; pella segund
causa temos razam de chorar sobre nós, & nam sobre elle. Ilustre
mos hũa, & outra cousa com a divina Elcritura.

Morreo Aram, primeiro Summo Sacerdote do povo de Deos, &
diz a Elcritura, que chorava sobre elle todo o povo, por espaço de trin-

Num. 20.

ta dias: *omnis autem multitudo videns occubuisse Aaron, flevit super eo triginta diebus*: Não diz que choraram sobre si, senam, que choraram sobre elle, *flevit super eo*. E porque nam choraram tambem sobre si, na perda de hum tam grande, & tam benemerito Pötifice, como Aram? Na causa da morte de Aram, está a razaõ: disse a o mesmo Deos a Moyses: *Eo quod incredulus fuerit mihi ad aquas contradictionis*; E foy o caso, que rebelandose o povo de Deos contra Moyses, & Aram pella falta de agua, que padecia, acodiraõ elles a Deos, Deos mãdou q̄ fallassem a hũã pedra, & que ella daria agua, *Loquimini ad Petram*; Elles com algũã desconfiança, que a pedra ouvesse de dar agua, em lugar da palavra feriram a pedra com a vara: *Percutiens bis scilicem*; por esta desconfiança, pois mãda Deos, que morra Aram, *eo quod incredulus fuerit mihi ad aquas contradictionis*. Muitos dos Expositores Sagrados dizem, que este peccado de Aram foy sò venial, porque sò foy huma desconfiança leve, de poder dar a pedra agua; foy porem mortal o peccado do povo, porque foy huma rebelleam gravissima contra Deos, & seus servos. Pois se o peccado de Aram foy leve, & o peccado do povo foi grave, como morreo Aram, & fica o povo vivo? Esta cõsideraçam sem dvida, cavou os animos daquelle povo, para fazerẽ esta justa cõsideraçãõ: o nosso Pötifice morre, & nõs ficamos vivos! Elle sò venialmente peccou, & nõs gravissimamente peccamos, & com tudo Deos mata a elle, & nam a nõs! A elle por pouco, & nam a nõs por muito! Oh quãta razam temos de chorar sobre elle, *flevit super eo*? Por ventura, nam sam maiores nossos peccados, do que podiam ser os de hum Pontifice tam Religioso como o nosso? Pois se para nõs vivermos morreo elle, porque para acabar o mal que nos mata, esperou Deos, que elle morresse, quanta razam temos de chorar sobre elle, & nam sobre nõs? Devemos chorar como choraram os do povo de Deos, na morte do seu Pontifice, nam sobre si, senam sobre elle, *flevit super eo*.

Aug. ibi.
1. 53.

Luc. 23.

Porem se morto o nosso Pontifice, ainda o mal continua em matar, temos muita razam de chorar sobre nõs, & nam sobre elle, porque he final, que ainda entre nõs fica a causa do castigo. *Filie Hierusalem nolite flere super me, sed super vos ipsas flete, & super filios vestros*, dizia Christo áquellas piedosas mulheres, que com as lagrimas nos olhos o seguiam para o Calvario; filhas de Jerusaleim, nam choreis sobre mim, mas chorais sobre vòs, & chorai sobre vossos filhos. Porque nam haviam de chorar sobre hum espectáculo tam digno de lastima, como Christo hia com huma Cruz às costas para o martyrio? O mesmo Senhor deu a razam; *Quoniam ecce venient dies, in quibus dicent: beata steriles, & ventres, qui non genuerunt*; via o Senhor, que

quê morto elle ainda ficava sobre todos o castigo, que estava preven-
do, *ecce venient, &c.* Pois razam tinham de chorar sobre si, & nam so-
bre elle. *Nolite flere super me, sed super vos.* Se morto o nosso Pontifice,
ainda o castigo fica sobre nós, razam temos de chorar sobre nós, &
nam sobre elle, & com a mesma razam que Christo, ás filhas de Ieru-
salem, nos poderia dizer a nós o nosso Pontifice, *nolite flere super me,
sed super vos flete.*

Estas sam razoens commuas, & que a todos nos tocam; porem
nós os Religiosos, ainda temos sobre estas, & outra razam mui particu-
lar de celebrar com lagrimas, as exequias deste Illustrissimo Prelado;
o amor com que amava todas as familias Religiosas. Nós os da Com-
panhia de Iesus eternamente confessaremos este amor. Nosso Reve-
rendo Padre Geral, sendo informado do amor, com que este Prelado
amava nossa Companhia, lhe mandou de Roma a carta de participa-
çam de todas nossas boas obras, a qual senam costuma mandar senão
aos grandes amigos. Pois quanta razam temos de sentimento os da
Companhia. Lembrame, que querendo Christo, dar aos de sua cõpa-
nhia as novas da morte de Lazaro, o fez com estas notaveis pala-
vras: *Lazarus amicus noster dormit*, Lazaro nosso amigo dorme,
& porque elles nam entenderam a fraze, lhes disse o Senhor cla-
ramente, como Lazaro era morto, *tunc dixit illis manifesté, La-
zarus mortuus est.* Notai, que quando chama a Lazaro amigo, *a-
micus*, nam diz que morrera, senam que dormia, *dormit*; porem
quando diz claramente, que morrera, *mortuus est*, calla entam
o nome appellativo de amigo, & sò diz o nome proprio de Lazaro, *La-
zarus mortuus est.* E qual será a razam? A razam deu o mesmo
Christo na palavra, *amicus noster*, nosso amigo; era Lazaro ami-
go de Christo, & de sua Companhia, (que por isso nam disse:
amicus meus, meu amigo, senam, *amicus noster*, nosso amigo] E
quiz hir dispendo os animos dos de sua companhia, para ouvir
as tristes novas da morte de hum tam grande amigo como Lazaro.
Callar o nome de amigo, parecia ingratitude; dar de repente a no-
va com a lembrança do amor, aos de sua companhia; parecia nova in-
toleravel; pois que remedio? Confessa a amizade, *amicus noster*, & dà
a nova da morte, debaixo da metaphora de sono, *dormit*, para que al-
sim dispostos os animos dos seus, tivessem animo para ouvir de-
pois a nova clara, *tunc dixit illis manifesté, &c.* Nam foy menor o a-
mor do nosso Pontifice aos da Companhia de Iesus, que foy o amor
de Lazaro aos da companhia de Christo. Nós confessaremos sempre,
que assim como elle podia dizer com Ioaõ, *amicus sponsi*, nós podemos

dizer com Christo, *amicus noster*. Pois quanta razam temos os da cõpanhia de sentimento? Eis aqui as razoens, porque eu disse no principio, que nas exequias do Illustrissimo Senhor Dom Ioam da Madre de Deos, primeiro, & dignissimo Arcebispo desta Diocesi, melhor falava o silencio, que a voz, melhor declamavam as lagrimas, que as palavras.

E entre tantas razoens de sentimento, nam ha tambem algũa razam de alivio? Si, ha duas razoens, que muito nos devem consolar. A primeira pertence à sua gloria; a segunda ao nosso proveito. A sua gloria pertence à consideraçam da morte, que teve tam santa, & tam conforme com a vontade de Deos; porque alem de se confessar geralmẽte, & receber todos os Sacramentos, esteve as ultimas quatro horas da agonia, com os olhos sempre fixos, em huma imagem de Christo crucificado, sem jámais os apartar. Quem pode duvidar da Santidade daquella alma, que como a Alma santa, assim tinha os olhos fixos em seu amado Esposo; ao menos nam tinha muy longe de Deos o coraçam, quem assim teve a Deos tam perto dos olhos? Aquelles Santos Patriarchas, & amigos de Deos antiguamente, todos morriam com os olhos da esperança fixos neste senhor futuro; o nosso Pontifice, quiz morrer com os olhos fixos no mesmo Senhor presente; & se aquelles se salvaram naquella esperança, este porque senam salvaria nesta sê.

est. 6

A nosso proveito pertence a consideraçam, de que morto o nosso Arcebispo, nos alcançará de Deos outro de seu mesmo espirito, & de sua mesma condiçam. Moveme a crer isto, a doaçam que poucos dias antes de morrer, fez de todo o seu Pontifical, ao Arcebispo successor; por que podemos crer, que naquelle Pontifical (como Elias na capa a Eliseu) deixou seu espirito a seu successor. Quando ouve de morrer Aram, mandou Deos a Moyses, que lhe despisse o Pontifical, & que o vestisse a Eleazaro seu successor: *Cumque spolia veris Aaron vestibus suis, indues Eleazarum*; E porque razam hade vestir Eleazaro o Pontifical de seu antecessor? Nam fora melhor fazer outro de novo ajustado à sua escriptura? Foy por ventura para que Eleazaro com o Pontifical de Aram vestisse o espirito, & condiçam de Aram; porque considerando Eleazaro, que aquelle Pontifical fora de hum Pontifice tam brando, & tam afavel como Aram, vestisse com o Pontifical a brandura, & affabilidade de Aram seu antecessor, *cumque spolia veris, &c.* Não acaso, mas com especial providencia de Deos dispoz o nosso Arcebispo a seu successor todo o seu Pontifical, para que lembrado este de quam brando, & quam affavel fora seu antecessor; vista com o Pontifical seu espirito, & sua condiçam, assim como Eleazaro com o Pontifical de Aram, o espirito, & condiçam de Aram.

Num. 20.

Estas

Estas são as razões, que sobre as de sentimento, temos hoje de cõ-
 loração. Sò falta lembrar a todos, os obsequios devidos à alma do nos-
 so Pontifice, o respeito a seu cadaver, as honras a suas cinzas; porque
 todo o obsequio, toda a honra, toda a adoração, que lhe dermos, tudo ^{Deut. 4.}
 he devido á sua pessoa à sua dignidade, a seus beneficios. Morreo Moy- ^{Num. 34.}
 ses por ordem de Deos no Monte Nebo, & morreo Aram, por ordem
 do mesmo Deos no Monte Hor; toy Moyles sepultado por mãos dos
 Anjos, & foy Aram sepultado por mãos dos homens; assim se entende
 o *sepelivit eum Dominus* do Texto Sagrado. Se a dignidade de Aram
 he mais sagrada, que a de Moyles, & Aram morreo como Moyles, por
 disposição de Deos, porque dispoem Deos, que Moyles seja enterra-
 do por mãos de Anjos, & Aram por mãos de homens? Por isso mes-
 mo, porque Aram era Pontifice, & Moyles nam. As honras, os fune-
 rais dos que nam são Pontifices, corram embora por mãos de Anjos,
 corram por mãos de quem Deos quizer, que os funerais do que he
 Pontifice, quer Deos, que corram por conta dos homens, & nam dos
 Anjos, porque aos homens convem; & nam aos Anjos, honrar as cin-
 zas dos seus Pontifices; & toda a honra, & toda adoração que se dá
 ao cadaver do Pontifice, toda he justa, toda he merecida à sua digni-
 dade.

Morto Moyles, escondeulhe Deos sua sepultura, de sorte que nin- ^{Deu 1.34.}
 guem soubesse aonde estava: *non cognovit homo sepulcrum ejus*; Nam
 leyo porem, fizesse o mesmo à sepultura de Aram; a razão que dá
 os Expositores Sagrados he, para que o povo nam desse ao corpo de
 Moyles, mais honra da que se lhe devia; nam chegasse a darlhe adora-
 ções de divino, & idolatrasse? Pergunto, & no corpo morto, não ha-
 via o mesmo perigo? Aram, nam era irmam de Moyles; o irmam de
 Deos, nam he Deos? Se Deos tivera irmam assim como tem Filho, ha-
 via o irmam de Deos, ser Deos, assim como o Filho de Deos, he Deos;
 logo se Aram era irmam de Moyles, como nam ha o mesmo perigo de
 Aram; ser adorado por Deos, & em Moyles si? A razão he, porque
 Aram, era Sacerdote Pontifice, & Moyles nam, & as adorações ao
 Pontifice Sacerdote, nam são perigosas, não são idolatrias, porq̃ todas
 lhe são devidas. Na estimação de Deos, os Pontifices Sacerdotes tã-
 bem são Deos nas honras, & adorações, posto que o nam sejam na
 substancia. *Dixi non detrahes*, nam murmureis dos Deos, disse elle, que-
 rendo dizer, que nam murmurassem dos Pontifices Sacerdotes; & pois ^{Exod. 22.}
 os Pontifices Sacerdotes são Deos? Nam são Deos na substancia,
 mas são Deos no respeito, & adoração, q̃ se lhes deve, & toda
 quanta honra toda quanta adoração se lhes fizer, nenhuma he peri-

gosa; nenhuma he idolatria, porque toda lhes he devida. Pois eis aqui porque Deos encobre o sepulcro de Moyles, & nam de Aram, porque a adoraçãõ, que o povo desse às cinzas de Moyles, seria idolatria, por ser hõra, que sò a Deos se deve; & a adoraçãõ, que se desse às cinzas de Aram, nam seria idolatria, porque toda a honra, toda a adoraçãõ, he devida às cinzas de hum Pontifice. Naõ he logo demasiada, antes bem merecida toda a honra, toda a adoraçãõ, que dermos às cinzas do nosso Pontifice, nam sò por Pontifice, mas por Pontifice nosso, taõ benevolo, tam affavel, & tam benemerito.

E já desta honra, ou desta veneraçãõ vejo eu grandes prenuncios na nobre, & louzavel açãõ do muito R. Cabido, Sedevante, em confirmar por publico edital, todas as disposiçõens de officios, & beneficios, que Sua Illustrissima havia feito em vida. Quando David andava em sua vida, com aquelles santos pensamentos de edificar o Templo de Deos, dispoz, & nomeou todos os officios, & beneficios, assim Sacerdotes, como Liviticos, q̃ haviam de servir no Templo. Leasse o capitulo 23. até 26. do Paralipomenon, aonde largamente se relatam. *Par. 23.* Morreo finalmente David, & Salamam, que lhe succedeo assim no Reyno, como na fabrica do templo, quando ouve de nomear os ministros, que nelle haviam de servir, mandou, que em tudo se guardasse a disposiçãõ de David, que servissem aquelles mesmos, que David nomeara, & na mesma forma, que David dispozera: *Et constituit juxta dispositionem David officia Sacerdotum in ministerijs suis, & Levitas ordine suo: & janitores in divisionibus suis;* emfim mandou que tudo ficasse, como El-Rey David tinha em vida disposto. E pois Salamam, a quem Deos dotou de tanta sabedoria, nam teria prudencia para fazer outras disposiçõens ainda mais acertadas? Sim faria, mas devia Salamam esse respeito a seu antecessor, devia esse amor, a seu pay David, que ficassem esses officios, & esses beneficios de sorte, que elle em vida dispozera; & nisto mostrou Salamam, nam sò sua prudencia, mas o conceito grande, que tinha de seu pay. E nam he o mesmo em termos, o que fez o muito R. Cabido Sedevacante no publico edital. *2. Par. 8.*

E acrescenta esta cortezia considerar, que o Cabido Sedevacante, como succede na jnrisdicçãõ, & poder mesmo do Pontifice defunto, podia justa, & licitamente dispor outra cousa, se assim pareceisse bem; mas julgando por boas as disposiçõens do Pontifice defunto, encarece sua cortezia, quanto se pòde encarecer. A Salamam, nam sò como a Rey, que era, mas como a Padroeiro, competia a nomeaçãõ de todos os officios, & beneficios dos que houvessem de servir no templo, com tudo nam quiz senam estar pellas disposiçõens de El-Rey morto. E pois se em

em Salamam estava o poder, porque nam dispoem de outra forte as
 coufas? A Escritura o diz: *Sic enim praeceperat David homo Dei*; tinhao ^{Ibid.}
 mandado assim David, que foy hum homem de Deos. E pois pello
 haver mandado David, nam podia Salamam mandar outra coufa, pois
 tinha o mesmo poder? Sim podia, mas nisso esteve o excesso do amor,
 respeito, cortezia, & do conceyto que Salamam tinha de David; man-
 dou o assim David, que foy hum homem de Deos, *homo Dei*? Pois isso
 se guarde. Ahi esteve o excesso de cortezia do nosso muito R. Cabido,
 que tendo poder para desfazer todas as disposicoens, que o Pontifice
 morto fizera em vida, quiz estar por todas, lò porque assim o avia mã-
 dado hum Prelado tam Religioso, & tam servo de Deos, *sic enim pra-*
ceperat David homo Dei.

E vòs ò alma ditosa, se estais já em lugar de paz, como esperamos
 na Misericordia divina, como nos promete vida tam Religiosa, como
 nos assegura tam santa morte; já lograis a cella, que suspirais com mui-
 to maior ventagem do que cuidaveis; se o Rey da Gloria, como con-
 fio, vos meteo dentro daquella cella vinaria, que he a Gloria, aonde
 ordena a seus amigos, a caridade de seu infinito amor. E se assim he, ^{Cam. 3}
 quam boa troca foi a do Bispado da terra, pello reynado do Ceo? Quã
 boa a troca do Bago, pello cetro, da mitra pella coroa! O que importa
 he fazer agora là no Ceo, o officio de Avogado, que câ tinhais na ter-
 ra; porque segundo S. Paulo, o officio de Pontifice, & o officio de A-
 vogado sam o mesmo officio. Fazei com Deos Nosso Senhor, que nos
 livre destas infirmidades, que nos matam, porque nam sois vos Pon-
 tifice, que nam vos saibais compadecer de nossas infirmidades, *non ha-*
bemus Pontificem. qui non possit compati infirmitatibus nostris, porque tã- ^{Heb. 4}
 bem como nòs as padecestes, & tambem como nòs, dellas morrestes,
tentatum autem per omnia. Sobre tudo vos pedimos, nos alcanceis de
 Deos hum Pontifice manso, & humilde de coraçam como vòs, porque
 este he o Pontifice mais semelhante a Christo, que he a regra de toda
 a perfeiçam, o qual nos encaminhe pellos caminhos da graça, para os
 prados da gloria, *ad quam nos perducatur, &c.*

Faculdade de Filosofia
 Ciências e Letras
 Biblioteca Central

F I M.